



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO DE SOCIOLOGIA**



SHARLENE SOUZA PRATA

**RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO
TRABALHO: UM ESTUDO DA INFORMALIDADE NA FEIRA DAS
TROCAS EM ARACAJU.**

São Cristóvão - SE

2013

SHARLENE SOUZA PRATA

**RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO
TRABALHO: UM ESTUDO DA INFORMALIDADE NA FEIRA DAS
TROCAS EM ARACAJU.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, mestrado de Sociologia, para obtenção do título de mestre.

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. Maria Helena Santana Cruz.

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

P912r Prata, Sharlene Souza
Relações sociais de gênero e divisão sexual do trabalho : um estudo da informalidade na feira das trocas em Aracaju / Sharlene Souza Prata ; orientadora Maria Helena Santana Cruz. – São Cristóvão, 2013.
140 f.

Dissertação (mestrado em sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2013.

1. Sociologia. 2. Divisão do trabalho por sexo. 3. Trabalho informal. 4. Mulheres - emprego. 5. Feiras. I. Cruz, Maria Helena Santana, orient. II. Título.

CDU 316.334.22

SHARLENE SOUZA PRATA

**RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO
TRABALHO: UM ESTUDO DA INFORMALIDADE NA FEIRA DAS
TROCAS EM ARACAJU.**

Esta dissertação foi julgada adequada para a
obtenção do título de Mestre em Sociologia e
aprovada em sua forma final pela Orientadora e
pela Banca Examinadora.

Aprovada em 27 de setembro de 2013,

Prof(a). Dr(a). Ada Augusto Celestino Bezerra-UNIT

1ª Examinadora

Prof. Dr. Péricles Moraes A. Júnior- UFS

2º Examinador

Prof(a). Dr(a). Maria Helena de Santana Cruz

Orientadora

São Cristóvão
2013

Este trabalho é dedicado a todos os trabalhadores da
Feira das Trocas que buscam na Informalidade
uma alternativa de sobrevivência.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Maria das Graças e Jailton Prata, muito obrigado pelo amor, cuidado e incentivo nesta trajetória. Sem o carinho e dedicação de vocês, chegar até aqui, seria quase impossível.

À minha irmã Sheilla pelo companheirismo, amizade incondicional, cumplicidade nas dores e alegrias. De você guardo as afinidades, os sorrisos, as lágrimas e o eterno companheirismo, pois sua presença sempre será necessária em minha vida, te amo minha irmã, meu recanto. Ao meu cunhado Eduardo, pelo exemplo de amizade e pela constante prontidão em ajudar a todos.

À professora Dr^a Maria Helena Santana Cruz, pela confiança depositada, pela orientação e presteza. Credito uma grande admiração pela professora e a intelectual que és. Guardo da senhora o sentimento de amadurecimento teórico e serenidade. Foi graças a esse encontro, ainda enquanto aluna de uma disciplina isolada, que pude fortalecer a escolha de um caminho, trilhado com a sua orientação, com muito respeito e seriedade. Meu muito obrigado pelos ensinamentos e diálogo.

A todos os/as camaradas que constroem o PSOL, em especial a CRS e o Coletivo Feminista de Aracaju, por todo aprendizado e pela luta em busca de outra sociedade igualitária, justa e livre de opressões. Agradeço a todos aqueles que compartilharam de sonhos, lutas, desde o começo de um necessário aprendizado nas fileiras do Movimento Estudantil. Foi aqui que pude encontrar novos significantes e a partir daí, me ressignificar. Meu muito obrigada a todos vocês.

A Luige, maior incentivador na vida acadêmica. Quero te agradecer pela paciência em trilhar comigo esse caminho que se apresenta tão difícil em determinados momentos. Agradecer por todo amor e carinho que tens me dedicado nestes últimos anos. Saiba que sem você este caminho estaria muito mais difícil e sem graça. Te amo!

Um agradecimento especial aos trabalhadores da feira das trocas, pelos diálogos, entrevistas, facilitações em contatos, histórias, etc., Vocês são parte essencial desse trabalho e não poderia deixar de agradecer e dedicar esse trabalho a todos vocês.

Enfim, sei que omiti o nome de várias pessoas que contribuíram para que este momento pudesse se iniciar e ser concretizado. Por isso, quero agradecer de modo geral para todos que contribuíram com este processo, direta ou indiretamente. A vocês, meu muito obrigado.

“Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana”. (MARX, 1983, vol. 1, t. 1, p. 50).

“Acreditar, como dizem, que as contradições do capital e do trabalho não existem, ou que nunca serão reconhecidas e que jamais sofrerão a ação daqueles que mais sentem seus impactos devastadores, exige que também se acredite que o povo nada mais é do que cegos idiotas para sempre hipnotizados pelas promessas da “circulação econômica” universalmente benéfica do capital, embora os fracassos monstruosos do sistema afetem diretamente a vida de bilhões de pessoas”. (MÉSZÁROS: 2002)

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Foto da cidade de Aracaju, capital sergipana.	32
FIGURA 2: Portão de entrada da Feira das Trocas.	34
FIGURA 3: Fiscalização percorre Feira das Trocas.....	35
FIGURA 4: Feirante com pertences retirados da Feira após o seu fechamento.	37
FIGURA 5: Comerciantes fazem barricadas na Av. Tancredo Neves na tentativa de reaver seus pertences que ficaram retidos após fechamento da Feira das Trocas.....	37
FIGURA 6: Comerciantes tentando retirar irregularmente seus pertences que ficaram retidos após fechamento da Feira das Trocas.....	38
FIGURA 7: Após fechamento da Feira das Trocas na Av. Tancredo Neves, trabalhadores voltam a comercializar na Av. Marechal Rondon/Aracaju.....	39
FIGURA 8: Trabalhadores voltam a comercializar na Av. Marechal Rondon.....	39
FIGURA 9: Terreno alugado pelos feirantes para o funcionamento da Feira das Trocas.	40
FIGURA 10: Após fechamento da Feira na Tancredo Neves feirantes voltam a comercializar na Av. Marechal Rondon.....	41
FIGURA 11: Apreensão de produtos sem nota fiscal na Feira das Trocas/Aracaju	105
FIGURA 12: Apreensão de motocicletas sem nota fiscal na Feira das Trocas/Aracaju..	110

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Distribuição dos empregos formais por faixa etária (em %)	56
GRÁFICO 2: Relação dos trabalhadores da Feira das Trocas que já possuíram vínculo empregatício formal por sexo	61

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Faixa etária dos trabalhadores da Feira das Trocas por sexo.....	55
TABELA 2. Nível de escolaridade por sexo dos trabalhadores da Feira das Trocas.....	58
TABELA 3: Estado civil por sexo.....	60
TABELA 4: Localização de domicílio por sexo entre os trabalhadores da Feira das Trocas.....	62
TABELA 5: Situação domiciliar por sexo dos comerciantes da Feira das Trocas.....	63
TABELA 6: Amostra dos comerciantes por idade em que começaram a trabalhar, por sexo (em %)......	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACAFT** – Associação dos Comerciantes Autônomos da Feira das Trocas.
- CEHOP** – Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas.
- DIEESE** – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos.
- ECINF** – Economia Informal Urbana.
- EMSURB** – Empresa Municipal de Serviços Urbanos.
- EMURB** – Empresa Municipal de Obras e Urbanização.
- FUNDAT** – Fundação Municipal do Trabalho.
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- MP** – Ministério Público.
- MTE** – Ministério do Trabalho e do Emprego.
- OIT** – Organização Internacional do Trabalho.
- PMA** – Prefeitura Municipal de Aracaju.
- PM** – Polícia Militar
- PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
- SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
- SEIDES** – Secretaria de Estado de Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social de Sergipe.
- SSP** – Secretaria de Segurança Pública

SUMÁRIO

RESUMO	12
ABSTRACT	13
INTRODUÇÃO	14
1. Considerações sobre o objeto de Estudo.....	15
1.2. Procedimentos Metodológicos	25
1.3. Estrutura da Dissertação.....	29
CAPÍTULO I – O CENÁRIO E O CAMPO EMPÍRICO DA PESQUISA	31
1.1 Contextualizando o cenário da pesquisa.....	31
1.2 Acesso ao campo empírico da pesquisa e aos seus respondentes.....	42
CAPÍTULO II- ABORDAGEM CONCEITUAL E DIMENSÕES ANALÍTICAS	45
2.1 Transformações do Trabalho e fim da centralidade do trabalho?.....	45
2.2 Relações Sociais de gênero e Divisão Sexual do Trabalho.....	48
2.3 Noções acerca da Informalidade.....	51
CAPÍTULO III – PERFIL DOS/AS TRABALHADORES(AS) INFORMAIS	57
3.1 Perfil e itinerário ocupacional dos trabalhadores/as na Feira das Trocas.....	57
3.1.2 Renda e Divisão Sexual do Trabalho.....	69
3.2 Breves Considerações.....	73
CAPÍTULO IV – NUANCES DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA INFORMALIDADE	75
4.1 Condições de Trabalho e Jornada dos Trabalhadores Informais.....	75
4.2“ <i>A obrigação de casa é da mulher mesmo!</i> ”: Percepções dos Trabalhadores(as) acerca do Trabalho Reprodutivo e seus impactos no Trabalho Produtivo.....	89
CAPÍTULO V – IMPLICAÇÕES DO TRABALHO INFORMAL-ILEGAL-ILÍCITO NO COTIDIANO DOS TRABALHADORES/AS	103
5.1 Apontamentos sobre a Informalidade-Illegal e os seus sentidos na cotidianidade dos trabalhadores/as da Feira das Trocas.....	103
5.2 As mulheres trabalhadoras e suas experiências de “fuga da legalidade” frente às exigências de qualificação do mercado de Trabalho.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	123
APÊNDICES E ANEXOS	129

RESUMO

As relações de trabalho nas últimas décadas foram marcadas por uma série de mudanças que resultou no processo de reestruturação produtiva, cujos efeitos são visualizados por meio da informalidade, flexibilização e precarização das condições de trabalho. Dentro desse contexto está o nosso palco de investigação e análise, a saber, a Feira das Trocas, situada na cidade de Aracaju-SE. Esta feira durante muitos anos e até os dias atuais aglutinou uma grande parte da mão-de-obra que não era absorvida pelo mercado de trabalho formal. Por se tratar de uma feira em que historicamente o poder público não exercia nenhum tipo de controle direto/fiscalização, sempre fora marcada por práticas não apenas informais, mas também de cunho ilegal/ilícito. Simultaneamente a essa conjuntura relatada se observa uma ascensão do número de mulheres no mercado de trabalho. É possível identificar essa situação não somente em âmbito nacional, como também no campo empírico dessa pesquisa. É evidente o aumento do número de trabalhadoras na Feira das Trocas nos últimos anos. Diante desse cenário buscou-se analisar neste estudo as relações sociais de gênero no trabalho informal através da Feira das Trocas no município de Aracaju-SE, atribuindo-se especial destaque, a configuração assumida pela divisão sexual e a precarização que incide, especialmente, sobre a mão-de-obra feminina, frente às transformações que o mundo do trabalho vem atravessando. Para tanto foram realizadas 15 entrevistas semiestruturadas ou não-diretivas com comerciantes da Feira das Trocas, dentre estas, 8 mulheres e 7 homens. Do mesmo modo, também se elaborou um levantamento de alguns indicadores socioeconômicos. Os resultados alcançados através da pesquisa demonstram que as mulheres ainda estão submetidas a uma divisão sexual do trabalho assimétrica, visto que elas são responsabilizadas quase que exclusivamente pelas tarefas domésticas dentro dos seus lares, bem como as atividades que elas exercem fora de casa também estão vinculadas diretamente àquelas atribuições tidas como femininas, isto é, extensão dos afazeres domésticos. Contudo, queremos também enfatizar algumas alterações que sinalizaram para uma nova fase do trabalho das mulheres, muito embora esta não seja suficiente para que visualizássemos uma ruptura com a chamada “sexualização das ocupações”.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho, Relações Sociais de Gênero, Divisão Sexual do Trabalho, Informalidade, Feira das Trocas.

ABSTRACT

Labor relations in recent decades have been marked by a series of changes that resulted in the restructuring process, whose effects are visualized by means of informality, flexibility and precariousness of working conditions. Within this context is our stage research and analysis, namely, the Exchange Fair, located in the city of Aracaju-SE. This fair for many years and until today coalesced a large part of the hand labor that was not absorbed by the formal labor market. Because it is a fair that historically the government did not exercise any direct control / supervision, had always been marked by practices not only informal but also imprint illegal / illicit. Simultaneously to this conjuncture reported noted a rise in the number of women in the labor market. You can identify this situation not only nationally, but also in the field this empirical research. Clearly the increase in the number of workers in the Fair of the Exchanges in recent years. In this scenario we have analyzed in this study the social relations of gender in informal employment through the Fair of the Exchanges in the city of Aracaju-SE, giving special emphasis, the configuration assumed by the sexual division and instability that focuses especially on the labor, female labor, compared to the changes that the world of work comes through. Therefore, we conducted 15 semi-structured interviews or non-directive to marketers Fair Exchanges, among these, 8 women and 7 men. Similarly, also produced a survey of some socioeconomic indicators. The results achieved through the research show that women are still subjected to a sexual division of labor asymmetric, since they are blamed almost exclusively for domestic chores within their homes, as well as the activities they perform outside the home are also linked those assignments directly taken as feminine, ie, extension of the housework. But we also want to emphasize some changes that signal a new phase of women's work, although this is not enough for see a break with the call "sexualization of occupations."

KEYWORDS: Labour, Social Relations of Gender, Sexual Division of Labor Informality, Fair Exchanges.

INTRODUÇÃO

Uma série de transformações marcou de forma profunda as relações de trabalho nas últimas décadas. Tais mudanças estão diretamente ligadas à crise econômica enfrentada pela economia capitalista desde a década de 1970 e pôs “em xeque” a hegemonia do modelo Fordista¹ de produção, tendo em vista que este não oferecia soluções céleres e eficazes à crise que o mercado atravessava. Em resposta a esse processo, desponta no Japão uma nova estrutura produtiva como alternativa eficiente e rápida aos problemas que surgira perante a crise. Essa nova estrutura produtiva foi chamada por David Harvey (1992) de “Acumulação Flexível” e caracterizava as práticas que surgiram com o intuito de quebrar a rigidez do Fordismo e consequentemente flexibilizar as relações de trabalho.

Dentre outros elementos constitutivos desse novo cenário do mundo do trabalho, podemos mencionar as alterações nos processos produtivos e nas formas de organização de trabalho – com a introdução de novas técnicas de gestão e a introdução da tecnologia microeletrônica – além do aumento do desemprego e da informalidade. Harvey também explica que:

A acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do Fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracterizam-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 1992, p.140)

O conjunto dessas mutações no mundo do trabalho, também foi chamado por alguns autores de processo de “reestruturação produtiva” e expressa não só as variações na organização produtiva e nas relações de trabalho, como também a própria reconfiguração do trabalho e da classe trabalhadora. Isto quer dizer que a busca descomedida pelo aumento da produtividade e superação da concorrência para vencer a crise do capital, impulsionou a elevação das taxas de desemprego e precarização das condições de trabalho. (ARAÚJO, AMORIM, e FERREIRA, 2004).

Em razão disso, uma série de debates e reavaliações de modelos conceituais vem ressurgindo na Sociologia do Trabalho desde então, questionando principalmente

¹Esse modelo de produção caracteriza-se pelo trabalho repetitivo e massificado e pelo consumo também em massa.

as continuidades/descontinuidades desse processo, e os impactos deste para divisão sexual do Trabalho. É dentro desse debate que se insere a presente dissertação.

É interessante salientar que dentro desse contexto, a Sociologia do Trabalho aponta nos estudos contemporâneos para o avanço da “Precarização do Trabalho”. Essa expressão é utilizada para caracterizar as relações de trabalho atuais que estão alicerçadas em atividades instáveis e inconsistentes, com base em trabalhos de tempo parcial, em subcontratações, terceirizações, empregos temporários e informais. Concomitantemente a esse processo, estudiosos do Trabalho vêm sinalizando também para o fenômeno da feminização do mundo do trabalho em escala global. No entanto, apesar deste quadro ser visto inicialmente com certa euforia, faz-se necessário colocarmos em questão, quais as condições em que se deram essa inserção massiva da mulher?(CAPELLIN, 2009; ANTUNES, 2001).

Em resposta a este questionamento, destacamos o pensamento de Hirata (2007) alegando que, o trabalho precário é hoje predominantemente feminino, e isto se deve ao fato de que são nesses empregos (informais, de tempo parcial e terceirizado) que as mulheres conseguem de modo mais fácil articular as atividades domésticas e cuidado com os filhos (trabalho de reprodução das condições sociais da vida) ao trabalho na esfera pública (trabalho produtivo, que gera bens e riquezas etc). É conveniente ressaltar que tal conciliação de tarefas aparece como responsabilidade exclusiva do sexo feminino. Deste modo, tudo isso acaba representando para elas regressão dos direitos sociais e trabalhistas, salários inferiores e ausência de proteção sindical (HIRATA, 1998, e ANTUNES, 2006).

1.1 – Considerações sobre o objeto de estudo

Mediante ao contexto exposto, convém ressaltar que esse estudo está inserido dentro desta problemática mais ampla que busca entender os impactos da reestruturação produtiva para a divisão sexual do trabalho, visualizando de forma mais específica, como o trabalho precário informal incide sobre a mão de obra feminina. Neste sentido, nossa pergunta de partida busca compreender em que medida as atividades que as trabalhadoras informais desempenham na Feira das trocas reproduzem o mesmo modelo tradicional de divisão sexual do trabalho?

Vale frisar que a percepção do que seja “modelo tradicional de divisão sexual do trabalho” se refere diretamente ao fato de que muitas mulheres continuam

assumindo as mesmas funções atribuídas a elas secularmente, associadas à esfera doméstica, como por exemplo, as ocupações ligadas ao cuidado, à destreza manual, a paciência etc. Ou visualiza-se ainda que, na medida em que as mulheres não conseguem se desvincilharem da esfera doméstica, acabam assumindo as profissões mais precarizadas no mercado de trabalho, uma tendência muito forte com o processo de reestruturação produtiva.

Destarte, alguns indicadores do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2010) nos dão o panorama que respalda nosso problema de pesquisa, demonstrando que no Brasil a proporção de trabalhadoras com registro formal é de 41,6%, enquanto para os homens essa razão sobe para 58,4%. Conclui-se que o sucessivo aumento do número de mulheres sem registro formal provavelmente resultou no ingresso recente daquelas que só encontram oportunidades na informalidade (GUIMARÃES, 2007). Além disso, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) demonstram que apesar do aumento da participação feminina no trabalho formal, os índices de informalidade entre as mulheres alcançavam o número de 69,2 % entre as mais jovens e 82, 2% entre as mais idosas.

Evidencia-se também que, a análise da divisão sexual do trabalho na localidade, proporcionará a mensuração dos impactos diferenciados desse processo de precarização do Trabalho segundo a dimensão de gênero. De acordo com Hirata (1998), ainda são limitados os estudos numa perspectiva de gênero na Sociologia do Trabalho.

Deste modo, é importante destacar que o principal objetivo deste estudo é analisar as relações sociais de gênero no trabalho informal através da Feira das Trocas no município de Aracaju, atribuindo-se especial destaque, a configuração assumida pela divisão sexual e a precarização que incide, mormente, sobre a mão-de-obra feminina, frente às transformações que o mundo do trabalho vem atravessando.

Neste intuito tem-se como objetivos específicos: Caracterizar o perfil dos trabalhadores na informalidade no Brasil e em Sergipe com destaque para o município de Aracaju; elucidar as diferenciações entre o trabalho masculino e feminino no que diz respeito às experiências e condições deste, formas de inserção na Informalidade demonstrando como o extratrabalho feminino contribui para a atual situação desfavorável das mulheres; verificar como se expressa a divisão sexual do trabalho na organização familiar, os papéis atribuídos a homens e mulheres; investigar os impactos gerados pelo recente episódio do fechamento da Feira na vida dos trabalhadores/as, bem

como os conflitos causados pela desproteção social e condição ilegal do trabalho de homens e mulheres com destaque para este último.

Procurou-se estabelecer uma relação implícita com o trabalho informal, cotidiano e a cultura, no interior da qual se desenvolvem, e de como a cultura faz da educação um poderoso mecanismo também responsável por demarcar os lugares e as diferenças entre os gêneros. Procuram-se destacar as transformações, a história e as significações sociais atribuídas ao exercício do trabalho informal.

A fim de situar melhor os reflexos dessa temática na literatura sobre Trabalho, serão indicados com base na revisão da literatura, alguns trabalhos que versaram sobre o assunto ressaltando desde já que, este não obteve a mesma abrangência em âmbito local e nacional.

Cabe advertir que não iremos nos ater na presente introdução sobre produção nacional, devido à amplitude que esse debate obteve nacionalmente. Em face dessa constatação, abordaremos essa discussão teórica em um capítulo à parte, elencando as obras de maior notoriedade, que dialogam com o presente estudo. A revisão de literatura refere-se ao levantamento do assunto do tema pesquisado. Abrange artigos com resultados de pesquisas, pontos de vista diversificados de autores, livros técnicos, etc. Procurou-se levantar os conceitos-chave da pesquisa e, depois, tratar cada conceito aprofundando nos aspectos etimológicos (origem da palavra), históricos, evolução, significado atual e mostrar resultados de pesquisas sobre o conceito.

Resta agora discorrer brevemente sobre a temática em sua esfera local. Neste sentido, o primeiro trabalho que se avulta é a dissertação de Barbosa (2003) – “Políticas Públicas e Informalidade em Aracaju”. Nesta, o autor irá alavancar a discussão sobre a relação que o Estado mantém para com o desenvolvimento do setor Informal referente ao fomento de políticas públicas que viabilizam o trabalho informal como resposta ao aumento do desemprego. Barbosa então questiona a postura do Estado, que em certa medida aponta a informalidade como saída frente ao desemprego, demonstrando que tal atitude denota ambiguidade, contraditoriedade e até ilegalidade por parte do Estado.

Para além desse debate, surge outro promovido pela pesquisa de Santos (2006) que abrangeu as feiras e mercados do centro urbano de Aracaju, evidenciando o crescimento do número de mulheres chefes de família nas atividades informais. A explicação para esse fenômeno consiste na dificuldade que as mulheres possuem em

articular família e trabalho formal. Por isso, as mulheres veem no trabalho informal a alternativa mais viável de ocupação.

Destaca-se ainda outra abordagem recente realizada por Cruz (2011) que parte da perspectiva teórica de gênero. A autora fará uma apreciação, alicerçada em dados, sobre as formas de inserção na Informalidade, mostrando ser esta alternativa de ocupação de setores vulneráveis da população.

Não obstante os estudos sobre a Informalidade apresentarem-se muitas vezes como novidade e aparecerem de forma recorrente nas pesquisas acadêmicas, evidencia-se, no entanto, que este não é um elemento novo no mundo do trabalho, datando inclusive dos primórdios da Revolução Industrial. Do mesmo modo, embora se tenha a compreensão nítida da polêmica que rodeia a origem do trabalho informal no Brasil, faz-se relevante historicizar e contextualizar a temática que fundamenta o problema desta pesquisa, tendo em vista que as mudanças e permanências desse processo colaboram para o entendimento de como este se tornou um problema sociológico.

Historicamente o trabalho informal manifestou-se no Brasil, de forma mais clara, na transição da sociedade escravocrata para a capitalista. Apesar de conceitualmente a expressão só se forjar na década de 1970, a caracterização deste já havia se dado de alguma forma por volta de 1930-1940 quando ocorre o processo de formalização do trabalho com a criação das leis do trabalho que garantiam direitos aos trabalhadores, especialmente durante o Estado Novo (NORONHA, 2003).

Nesta fase, a informalidade representava apenas uma oposição à formalidade, uma vez que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil não eliminou as formas e relações de trabalho tipicamente não capitalistas, apenas elas subordinaram-se ao capital. O trabalho informal era visto apenas como resultado de uma economia semi-industrializada, isto é, um atraso provisório. (NORONHA, 2003). Deste modo, o debate que irá surgir na década de 1960 traduzia a ideia de que a informalidade representava o descompasso na relação entre a urbanização, industrialização e trabalho assalariado formal. O trabalho informal era a imagem das “incompletudes” da modernidade brasileira (SILVA, 2011).

Entretanto, observa-se que a informalidade irá ganhar uma nova dimensão na atualidade. A crise que o capitalismo enfrenta desde a década de 1970 levou à tentativa de reestruturação do capital em escala global com o intuito de alcançar os mesmos índices de acumulação e hegemonia no espaço produtivo. Esta fase também

ficou conhecida pelo que Harvey (1996) chamou de “acumulação flexível” e foi igualmente impulsionada pelas novas tecnologias e técnicas de gestão de trabalho. O autor trava uma batalha de ideias ao afirmar que não vivemos na pós-modernidade, mas um momento de profundas mudanças capitaneadas pelo colapso do sistema capitalista a partir de 1973, que rompeu com o modelo de produção fordista/keynesiano do pós-guerra (1945), que durante quase três décadas teve como base o conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configuração de um poder político-geográfico, dando passagem ao chamado modelo de acumulação flexível, trazendo consigo um período de rápidas mudanças, fluidez e incerteza. Nessa direção, trata-se de mais uma fase de desenvolvimento do capitalismo e de suas forças produtivas, onde o mercado financeiro exerce grande poderio, portanto, não se trata de uma transição para outro modo de produção ou de sociedade propriamente dita.

No decênio de 1980, esse processo se intensifica e ganha colorações mais intensas e extensas com a crise e o fim, no Brasil, do modelo de Estado Desenvolvimentista, e o crescente recuo da ação pública sobre a esfera produtiva e, principalmente, a regulação no mundo do trabalho (ANTUNES, 2006).

Mediante a essa conjuntura, os anos de 1990 foram marcados por uma ruptura na crescente formalização do trabalho. Por volta de 1994 consolida-se o avanço da flexibilização por meio de relações de trabalho precárias, com ocupações terceirizadas, temporárias, de tempo parcial e o crescimento da informalidade. Até os primeiros anos do século XXI, apenas 40% dos brasileiros desfrutavam de proteções mínimas, 60% viviam na informalidade (NOGUEIRA, 2004). Já em 2009 os indicadores de assalariamento alcançaram o percentual de 55,6% para os homens e 44,4% para as mulheres (IBGE, PNAD).

No entanto, no caso brasileiro especificamente, é notória a expansão do trabalho formal nos últimos anos, no início do século 21, apesar de não ser um crescimento tão vertiginoso a ponto de apontar para uma redução efetiva da informalidade. Pode ser visto, por exemplo, nos dados da PME/IBGE², que houve uma redução do contingente de trabalhadores/trabalhadoras da informalidade, de relações sem carteira de trabalho. Todavia, é visível também, que por trás dessa expansão,

² IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Mensal de Emprego 2010. Mulher no Mercado de trabalho. Perguntas e Respostas. In: <http://www.ibge.gov.br:80/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme-nova/defaulttestudos.shtm>. Acesso em 23/03/2012.

houve também um *processo de desproteção do trabalho feminino*, com redução geral do trabalho protegido com contrato formal.

Vimos o aumento significativo do trabalho feminino em setores de *baixa produtividade* na definição da CEPAL³, logo, em atividades de baixos rendimentos, com pouca ou nenhuma seguridade, quase todas desregulamentadas. De acordo com dados da CEPAL, a diminuição da informalidade não só claramente beneficiou mais os homens do que as mulheres, mas, além disso, entre estas também foi mais estratificada, concentrando-se especialmente nas mulheres de maior renda. Como resultado desta evolução, 82% das mulheres ocupadas do grupo dos 20% mais pobres da população trabalham atualmente em setores de baixa produtividade, uma proporção que no quintil de maior renda se reduz a cerca de 33%. Em 2009, a distância entre as ocupadas alcançou seu valor máximo.

Esta ampliação das brechas entre as mulheres se explica em parte pelas múltiplas formas como a desigualdade de gênero atravessa a articulação entre os mercados laborais e as famílias. A pressão que exerce sobre os domicílios a carga de cuidados segue uma pauta muito regressiva, porque continua recaindo basicamente sobre as distintas modalidades e recursos (econômicos e familiares) que os domicílios dispõem para resolvê-la. A presença de crianças pequenas nos domicílios empurra as mulheres de menor renda a inserir-se no emprego informal em medida muito maior que as mulheres de rendas superiores. Essa disparidade tem se acentuado nos últimos vinte anos, já que para as primeiras o emprego em setores de baixa produtividade praticamente não se reduziu, o que contrasta com a notória queda do emprego em setores de baixa produtividade entre mulheres dos quintis superiores que têm filhos pequenos.

Nos dados da PME/IBGE, observa-se ainda, o grande percentual de mulheres na condição de trabalhadoras informais, equivalente a mais de 50% das ocupadas. Outro dado verificado foi a menor quantidade percentual de mulheres que têm a proteção da Seguridade Social, em comparação aos homens. Observa-se que houve um aumento da quantidade de mulheres na condição de conta própria, logo, de uma atividade tipicamente informal.

³ CEPAL/Nações Unidas. MUDANÇA ESTRUTURAL PARA A IGUALDADE. Uma visão integrada do desenvolvimento. **Síntese**. San Salvador, 27 a 31 de agosto, 2012.

No entanto ao contextualizarmos o cenário brasileiro, não estamos querendo amarrar a realidade local numa camisa-de-força, apenas apresentar subsídios para pensá-la melhor, até porque a situação em que se deu o crescimento da informalidade no Estado e no município possui também outras nuances e particularidades, que complementam tal contexto. Segundo Oliveira (2009) o problema da concentração fundiária e a conseqüente precariedade de vida rural/agrícola levaram muitos agricultores nos últimos anos a migrarem para capital Sergipana. Contudo, o mercado de trabalho perdeu a capacidade de absorção da mão-de-obra, o que colaborou para a ampliação da taxa da população desocupada entre os anos de 1985-2005 e conseqüentemente do avanço da Informalidade principalmente em Aracaju como saída frente ao desemprego.

Convém destacar ainda que, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA, 2003) a Informalidade em Sergipe alcançou o número de 123.690, essa cifra representou um percentual de cerca de 60% da população. Em torno de 81,76% desse total desempenhavam atividades por conta própria; 6,26% eram empregadores; 0,204% empregados com carteira assinada, 6,49% empregados sem carteira assinada e os não remunerados representou cerca de 3,25% desse total.

Ao nos remetermos aos aspectos diferenciados por gênero da pesquisa supracitada, identifica-se que há uma predominância masculina no setor informal, isto é 77.388 são homens, ou seja, 62,56% do total, enquanto as mulheres estão em torno de 46.302 mil o que corresponde à porcentagem de 37.44%. Dados mais recentes revelam outras variantes que nos ajudam a compreender esse panorama.

Em um levantamento feito pela Fundação Municipal de Trabalho (FUNDAT, 2009) e pela Empresa municipal de serviços urbanos (EMSURB),⁴ que possuíam o cadastro de 3700 feirantes, segundo a área de atuação entre homens e mulheres na Informalidade, temos os números abaixo. Numa população de 3700 cadastrados (EMSURB 2009), identifica-se que 2228 deles estão voltados para a questão alimentícia, sendo que deste número, 46,0 % eram mulheres e 53,9 homens. No artesanato temos um número de 55 pessoas, sendo que 63,6% destas pessoas eram

⁴ Dados fornecidos pela EMSURB, mas já utilizados em artigo de: CRUZ, Maria Helena S. A “condição informal”: *Vulnerabilidades e potencialidades na atividade em Aracaju*. In: **Ensaio Econômico: Conceitos e impasses do desenvolvimento regional**. Ricardo O. L. de Melo e Dean Lee Hansen (orgs.), UFS: 2011.

mulheres e 36,3% são homens. No ramo de Ferragens denota-se que entre 49 vendedores, 21 eram mulheres (42,8%) e 28 eram homens (57,1%). No tocante a produção de bijuterias, as mulheres despontam como maioria, pois num total de 122 feirantes, o percentual de mulheres era de 71,3% (87 mulheres), já os homens estavam num quantitativo de 35, representando 28,6% do total. Também podemos salientar a participação feminina no ramo de confecções: elas representam 68,7% (360 mulheres): em um universo de 524 pessoas somente 164 homens (31,3%) estão ocupados nesta área.

No que se refere às informações mencionadas anteriormente, o que podemos perceber é que permanece a predominância feminina nas atividades em que são tidas como extensão das atividades domésticas, aquelas que exigem as qualificações tácitas femininas como a paciência, minuciosidade, desenvoltura manual, tendo em vista que elas são maioria no trabalho artesanal, na confecção de bijuterias dentre outros, já os homens prevalecem no ramo de ferragens.

Uma questão a se indagar sobre esses dados são os indicativos que revelam o predomínio de homens no setor alimentício, sendo que de forma genérica, os dados empíricos no país demonstram a supremacia feminina nessa área. O IBGE (2009) divulgou alguns números quanto à distribuição dos ocupados por setor de atividade e por sexo. Neste as mulheres representam 4,8% do total dos que compõem o setor alimentício, enquanto os homens estão em um número de 3,2%. Uma possível explicação para os indicadores sergipanos encontra-se na elucidação da própria EMSURB quando afirma que muitas vezes o homem só aparece como titular do ponto, com a participação financeira, mas quem trabalha realmente é a mulher.

Os registros estatísticos revelados nesta introdução tem a função de revelar também a dimensão das metamorfoses do mundo do trabalho e de como o objeto deste estudo pode estar inserido neste contexto. Acredita-se que o histórico recente da Feira das Trocas reflete o “boom” que houve com relação ao crescimento da informalidade no país e na região, como também o processo feminização e conseqüente precarização desta mão-de-obra.

Conforme a tradição oral presente no campo empírico desta pesquisa, a Feira das Trocas surgiu em Sergipe há mais de 35 anos. Desde seus primórdios esta Feira tinha o caráter informal com estreitas ligações com a ilegalidade e ilicitude. Sua composição era eminentemente masculina, e apesar de dialogar com uma boa clientela, possuía apenas um número reduzido de feirantes.

Nos últimos 11 anos foram observadas transformações substanciais nesta Feira, principalmente pela proporção adquirida com o número de trabalhadores que surgiram, sem contar com o fato de ela ter sido durante muitos anos um reduto eminentemente masculino e verificarmos uma realidade diversa na atualidade. Portanto, para lançar o olhar sob esse fenômeno faremos uso da categoria divisão sexual do trabalho, buscando entender a posição ocupada por essas mulheres na esfera do trabalho fora de casa e como este tem relação com o trabalho dentro de casa.

Reforçamos a imprescindibilidade deste tipo de análise, afirmando que, pretendemos com este estudo muito mais que uma avaliação sociográfica (descrição das diferenciações entre os sexos nas atividades sociais). Compartilhamos da compreensão de Kergoat (2000) quando assegura que Divisão sexual do trabalho é muito mais que isso. É articular essa descrição sobre as assimetrias com uma ponderação sobre os processos pelos quais a sociedade faz uso dessa diferenciação para hierarquizar as atividades. A divisão sexual do trabalho está no cerne do domínio que os homens exercem sobre as mulheres. Logo, argumentar em termos de divisão sexual do trabalho é ao mesmo tempo vincular esta a uma sociologia das relações sociais de gênero.

Com efeito, é importante destacar novamente que a literatura sobre o tema associa a criação de empregos com vínculos frágeis e temporários ao aumento do número de mulheres no mercado de trabalho. Na Europa presencia-se o panorama do emprego feminino fortemente dominado pelo Trabalho de tempo parcial em que 33,5% da população ativa segundo Eurostat (Apud HIRATA, 2004) e nos países da América Latina, de modo mais evidente, o Brasil, o quadro predominante, de modo geral, é o Trabalho informal, caracterizado pela ausência de estatuto de emprego e proteção social (HIRATA, 2004, p.16). Tal situação expressa à existência de uma divisão sexual também no trabalho produtivo, haja vista que a informalidade vem se transformando em um reduto feminino.

Perante a esse cenário, alguns questionamentos ainda permanecem com objetivo de compreender melhor essa realidade, tendo em vista que alguns apontadores que apresentamos contrariam de certa forma a argumentação explanada neste trabalho⁵. Não obstante, cogitamos neste estudo que os índices que marcam uma preeminência masculina na Informalidade não levam em consideração um retrato que vislumbramos no quadro atual: a de que existiria uma informalidade mais voltada para mulher e outra

⁵Refere-se aos indicadores IPEA (2003), assinalando que a Informalidade é composta por 62,56% de homens e 37,44% de mulheres.

para o homem. Algumas pesquisas⁶ demonstram que muitos empreendimentos dentro dos lares, relações de trabalho instáveis, empregos sem vínculos empregatício, baseado em acordos estariam vinculados à mulher. Já aquelas funções atreladas ao empreendimento próprio na esfera pública estariam ligadas ao homem.

Assim, com base nessa literatura e no que foi observado da realidade empírica, lançamos a *seguinte hipótese*: a de que o modelo tradicional de divisão sexual do trabalho que destina as mulheres à informalidade, também se reproduz dentro dessa mesma informalidade tendo em vista a tendência a estruturação de hierarquias ou separações visíveis neste “setor”. De outro modo, pressupomos: existiria uma informalidade mais voltada para homens e outra mais voltada para mulheres?

Dados mais genéricos apontam para o fato de que existe uma predominância masculina entre as pessoas ocupadas na economia informal urbana - 70% do total⁷, demonstrando que os trabalhadores por conta própria são homens. Isso indica a existência de relações de gênero, pela desigualdade de acesso a estas atividades entre homens e mulheres, e pela tendência delas a apresentar menor grau de iniciativa para desenvolver negócios próprios, em função das práticas culturais e dos estereótipos socialmente criados, como expressões das relações de poder que atravessam a organização social, como observou Lobo (1991). Ao mesmo tempo, não podemos esquecer-nos de mencionar que as mulheres têm menos acesso ao crédito (HIRATA, 2004, p.11).

De modo mais específico, visualiza-se que as mulheres inseridas na feira das trocas, assumem predominantemente aquelas funções tidas como extensão da atividade doméstica, isto é, funções ligadas ao setor alimentício. Além disso, já foi detectado que muitas mulheres aparecem na Feira apenas nos dias de sábado. Este fato poderia estar relacionado à questão de que as atividades domésticas continuam sendo atribuições delas, dificultando sua saída à esfera pública.

Outra questão nos faz reafirmar a *hipótese*: apesar do ascenso do número de mulheres na Feira das Trocas, conforme o cadastro da ACAFT (2003) elas continuam com um quantitativo inferior se comparadas aos homens- representando pouco menos de um terço do número de trabalhadores do sexo masculino. Essa realidade também é

⁶ Um bom exemplo deste tipo de estudo encontra-se no artigo de: NEVES, Magda de Almeida. Trabalho e gênero: permanências e desafios. Sociedade e Cultura, julho-dezembro, 2006/vol.9, nº002, Universidade Federal de Goiás, PP.257-265.

⁷ Dados fornecidos por CARREIRA, Denise (org.). **Igualdade de gênero no mundo do trabalho**: projetos brasileiros que fazem a diferença. São Paulo: Cortez; Brasília, FIG, 2004.

notória quando verificamos o número de mulheres nas Feiras públicas na cidade de Aracaju. Os dados já mencionados na presente introdução demonstram tal afirmação.

Caberia mencionar também, como forma de apreender outras extensões dessa realidade, o caso das mulheres assumirem comumente funções tidas como extensão das atividades domésticas ainda está associado à outra questão: a de que suas qualificações tácitas (não formalizadas, aquelas adquiridas ao longo de suas vidas) serem utilizadas pelo mercado de trabalho, mas não reconhecidas como qualificações na esfera produtiva e que por isso, elas sempre assumem os postos menos qualificados, confirmando a concepção de que as diferenças entre homens e mulheres engendram desigualdades quanto ao valor dos seus trabalhos (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Outrossim, vale ressaltar que a pergunta de partida desta pesquisa está fundamentada na conjectura de que o avanço da Informalidade estaria atingindo homens e mulheres de maneira diferenciada e que da mesma forma a tão comentada mudança no mundo do trabalho não possui o mesmo significado para a mão-de-obra masculina e feminina. Assim, na tentativa de entendermos tal situação em seus aspectos sociais mais profundos é que justificamos este estudo.

1.2. Procedimentos metodológicos.

No tocante aos aspectos metodológicos da pesquisa adotar-se-á como critério *a pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso*, como forma de tentar obter uma compreensão minuciosa dos significados e particularidades situacionais dos entrevistados (RICHARDSON, 2009). Ademais a opção “estudo de caso” possibilita apreendermos as relações que envolvem determinado indivíduo, grupo ou comunidade (RUDYO, 1998) no seu diálogo também com processos sociais mais amplos. Refutamos de antemão, os monólogos em que vem se transformando os estudos de caso, inserindo este estudo num quadro de discussão mais extensa (MAZZOTTI, 2006).

Precipualemente é importante destacar que foram utilizadas nesta pesquisa uma série de dados estatísticos produzidos por instituições que são referências neste quesito (IBGE, OIT etc). Entretanto queremos rechaçar de antemão as posturas anti-sociológicas das pesquisas que se utilizam de tais dados apenas para dar sustentação científica aos seus estudos. (MERLLIÉ, 1996; DESROSIÈRES, 1995)

Destaca-se que o registro estatístico é resultado de um conjunto de construções sociais. As inscrições estatísticas são frutos de uma atividade

eminentemente teórica, marcada por análises e interpretações que sofrem variações devido à heterogeneidade das condições de pesquisa. Em outras palavras, as estatísticas não são uma mera descrição do real, e para ilustrar tal afirmação, poderíamos refletir sobre como seria possível contabilizar o número de desempregados sem uma definição teórica sobre o que seria o desemprego. Antes de qualquer coisa, faz-se necessário enxergar as inscrições estatísticas enquanto objeto da análise sociológica, ou seja, realizar a crítica aos dados e enxergá-los enquanto produtos fabricados, buscando identificar os mecanismos que exerceram influência sobre a pesquisa. (MERLLIÉ, 1996; DESROSIÈRES, 1995)

Outrossim, no que se refere especificamente ao campo de análise empírica dessa investigação, será enfatizada primordialmente a Feira das Trocas, situada na cidade de Aracaju, capital de Sergipe. Nesta, foram utilizados como recurso de coleta de dados, a observação direta e “não participante”. Segundo Goode e Hatt (1977), a observação não participante é geralmente “quase participante”, isto é, pode-se inserir em atividades do grupo pesquisado sem que se faça necessário “fingir papéis”⁸ ou disfarçar-se, o que neste caso seria bastante complexo.

Além disso, foi realizado um levantamento com fontes secundárias (sites, jornais locais: INFONET e CIFORM) e (cadastro de órgãos estatais). Também fizemos uso de fontes primárias, obtidas por meio de 15 entrevistas semiestruturadas ou não-diretivas que foram realizadas com os comerciantes da Feira das Trocas, dentre elas (8) mulheres e (7) homens com a finalidade de revelar as experiências vividas por esses feirantes bem como contribuir com a história do referido local, as formas de organização desta, já que a falta de fiscalização desse espaço por parte do Estado compromete a elaboração de fontes oficiais.

Michelat (1980) nos diz que numa pesquisa qualitativa só um pequeno número de pessoas será entrevistada já que não precisa haver representatividade estatística enquanto critério de seleção da amostra. Por isso, a escolha dos sujeitos entrevistados pode ser justificada através de dois critérios: O primeiro deles é que a maioria dos feirantes que foram selecionados para entrevistas eram aqueles que tinham um vínculo mais forte com a Feira: os que possuíam um Box, que tinham uma jornada de trabalho na Feira que extrapolasse o dia de sábado, que acompanhasse a Feira pelo menos há alguns meses, ou seja, que conhecesse mais a realidade em que estava inserido, podendo assim contribuir com os objetivos desta pesquisa.

⁸Expressão usada por Aaron Courelein: Teoria e método em pesquisa de campo.

E o segundo critério diz respeito ao papel que esses trabalhadores exerciam dentro daquele ambiente, papel esse que era reforçado pelos critérios mencionados anteriormente.

Reafirma-se aqui que a utilização de *entrevistas semiestruturadas ou não-diretivas*, tinha o intuito de dar mais liberdade aos entrevistados, possibilitando o entendimento da riqueza de suas experiências cotidianas partindo de temas de sua própria estrutura de referência como também permitindo que elas sejam entendidas nos seus próprios termos (MAY, 2004). Ressaltamos também que neste tipo de entrevista o entrevistado também tem a função de investigador do problema que lhe é apresentado, não apenas o entrevistador. Desta forma, este último possui somente o papel de suporte ou de um facilitador (MICHELAT, 1980).

Entretanto, conforme Goode e Hatt (1977) nos alertavam, não deixamos de encarar a entrevista enquanto processo social isto é, fruto de uma interação entre o entrevistador e o entrevistado, isso quer dizer que ela se altera conforme a relação estabelecida entre entrevistado-intervistador. Segundo os mesmos autores, é preciso reforçar que a entrevista não é uma mera conversa, ela possui o objetivo de coletar informações do entrevistado sobre o seu problema de pesquisa e que a sua aplicabilidade deve ser feita da forma mais criteriosa possível. Convém lembrar ainda que, de acordo Michelat (1980) a entrevista não-diretiva permitiria a compreensão de níveis mais profundos na captação dessas informações.

No que diz respeito à análise dos dados, na parte inicial deste trabalho, procurou-se encontrar certa regularidade ou ausência desta, nos dados obtidos. Com base nos argumentos apresentados por Goode e Hatt (1977) entende-se que a representação por frequência ou tabulação seria a forma mais simples e apropriada de demonstrar os dados da pesquisa.⁹ Mesmo assim, conforme os mesmos autores essa perspectiva também pode incorrer em erros normalmente associados ao uso do senso comum. Não foram utilizadas percentagens na apresentação dos dados, pois compartilhamos da perspectiva destes autores quando afirmam que apesar desta ter uma função de simplificar o problema de comparação, ela também acaba escondendo comparações absolutas que muitas vezes são mais relevantes para a pesquisa do que as comparações relativas.

“(…) Embora as percentagens auxiliem muito na comunicação por simplificação, são também susceptíveis de conduzirem a erro por obscurecerem fatos significativos. Isto ressalta a importância de nunca

⁹ De acordo com Goode e Hatt (1977), a distribuição por frequência se resume “a apresentação numa coluna de qualidades diferentes de um atributo, ou valores diferentes de uma variável, junto com as entradas em outra coluna mostrando a frequência da ocorrência de cada uma das classes.”

apresentar uma tabela de percentagem sem também mostrar os números absolutos que elas representam” (Goode e Hatt, 1977, p. 442).

No tocante a análise do conteúdo das entrevistas não-diretivas, Michelat (1980) alega que todos os pormenores da entrevista possuem uma significação. Sendo assim, a apreciação dos elementos precisa ser extenuante: “(...) Consideramos as entrevistas não-diretivas como uma produção de sintomas que caberá a nós interpretar e organizar e que frequentemente apresentar-se-ão sob forma de “detalhes”.” (MICHELAT, 1980, p. 203).

Ainda convém lembrar que nesta empreitada, o papel do sociólogo é semelhante ao do psicanalista, buscando encontrar significado a partir do conteúdo apresentado. Entretanto, o pensamento do indivíduo não está livre de condicionantes sociais, mesmo quando demonstra ser resultado de uma experiência individual. Segundo Michelat (1980) a particularidade de cada sujeito consiste na forma como este faz a síntese dos modelos culturais dos grupos sociais a que pertence.

Outra discussão que perpassa a própria concepção do fazer Sociológico, diz respeito à necessidade de se estabelecer técnicas de ruptura com o senso comum para objetivação do conhecimento, ou seja, para que seja possível transformar o conhecimento pesquisado em uma preleção científica. Neste sentido, temas como este que está sendo abordado neste estudo dificultam a objetivação da pesquisa, pois favorecem a histórica tentação do sociólogo de fornecer respostas aos problemas sociais, uma função que não cabe nem a este profissional, nem a esta ciência. (Bourdieu, et all, 1999)

Com isso, não estamos fazendo coro à defesa de uma “neutralidade axiológica” ou de uma “neutralidade das técnicas”, do contrário, estamos chamando a atenção para a recorrente contaminação da produção do sociólogo pelo senso comum, o que Bourdieu (1999) chamou de “senso comum erudito” ou “sociologia espontânea”. Essas prenoções provocam a “ilusão do saber imediato” e retiram a domínio científico sobre o objeto estudado.

Contudo, sabemos que o abandono das noções comuns não é algo fácil de ser alcançado haja vista que o sociólogo é produto do próprio mundo que ele descreve, por isso, Bourdieu (1999) nos alerta para a recorrente imprecisão entre o senso comum e o saber científico na Sociologia e nos diz que “a familiaridade com o universo social constitui um obstáculo epistemológico por excelência” (Bourdieu, et all, 1999, p. 23). Em virtude dessa imprecisão entre o senso comum e o saber científico, é que se impõe à atividade do sociólogo uma vigilância epistemológica, isto é, o sociólogo precisa utilizar-se de várias técnicas para a objetivação do conhecimento. Não obstante, os autores supracitados acrescentam que: “A influência das noções comuns são tão fortes que todas as técnicas de objetivação devem ser

utilizadas para realizar efetivamente uma ruptura que na maior parte das vezes é mais professada do que concretizada". (BOURDIEU, et all, 1999, P. 24)

1.2.1 - Estrutura da Dissertação

A presente dissertação está estruturada por meio de cinco capítulos. No *primeiro capítulo* faremos uma breve descrição histórica sobre as transformações que a Feira das Trocas tem atravessado nos últimos 11 anos, bem como contextualizar, ainda que rapidamente, a região em que se insere o campo desta pesquisa. O intuito desta incursão histórica é compreender como a Feira das Trocas tornou-se nos últimos anos um grande reduto para mão-de-obra que estava fora do mercado de trabalho formal, principalmente quando nos referimos às mulheres. Além disso, pincelaremos rapidamente como se deu o acesso aos atores dessa pesquisa, e algumas das problemáticas que envolveram esse “processo social”.

No *segundo capítulo* serão esboçadas algumas discussões conceituais presentes na Sociologia do Trabalho fazendo uma concisa digressão analítica sobre estes. A abordagem pontuada neste capítulo irá expor como o processo de mudanças que o mundo do trabalho tem atravessado nas últimas décadas contribui para alavancar discussões e produções teóricas que questionam ou reafirmam a Sociedade do Trabalho e a sua centralidade. Ademais também situaremos o lugar da categoria gênero frente aos novos modelos produtivos buscando entender como a nova divisão sexual do trabalho reflete-se na precarização do Trabalho. Ainda interroga-se como a questão Informal pode ser conjugada e entendida diante desse contexto.

No *terceiro capítulo* traçaremos o perfil socioeconômico dos trabalhadores e trabalhadoras da Feira das trocas, descrevendo também seu percurso ocupacional enquanto trabalhador/a formal/informal/desempregado/a em Aracaju e correlacionando esses dados com outros que abrangem a região nordeste e o Brasil.

Ainda ressaltaremos no *capítulo quatro* como a divisão sexual do trabalho afeta as duas esferas do trabalho. Sob esse ponto de vista, demonstraremos como esses trabalhadores e trabalhadoras vivenciam as condições objetivas do trabalho produtivo e reprodutivo: a jornada e o seu ritmo de trabalho, a remuneração, o tipo de trabalho que desempenham e como se evidenciam as assimetrias existentes entre o trabalho masculino e o feminino nas duas esferas do trabalho, dentre outros fatores.

No *quinto capítulo* explicar-se-á como se apresenta o cotidiano daqueles trabalhadores e trabalhadoras que vivem a ilegalidade: até que ponto eles estão envolvidos com atividades ilegais/ilícitas? Qual a relação que eles estabelecem com a sociedade e como esta mesma sociedade os veem. Como o poder público interfere nessa realidade. Quais os impactos da retirada desses feirantes do local que eles estavam estabelecidos há 9 anos. Isto tudo será abordado sem abandonar a perspectiva de gênero.

Por fim, com base na pesquisa empreendida, constata-se a existência de grandes alterações no que se refere ao trabalho feminino nos últimos anos: maior inserção no mercado de trabalho e em ocupações que antes eram estritamente masculinas. No que diz respeito aos casos investigados na Feira das Trocas não se pode falar que a renda obtida pelas mulheres que lá trabalham cumpre apenas o papel de complementariedade. Têm-se a compreensão que embora os rendimentos sejam aviltantes, na maioria dos casos as mulheres tem a função de mantenedora da família. Para além dessa questão, concluímos, portanto, que as mudanças que ocorreram não foram suficientes para alterar a configuração assimétrica entre homens e mulheres nas relações de trabalho tão pouco modificar as relações de poder desvantajosas para as mulheres que se estabelecem não apenas na esfera privada, como também fora dela.

CAPITULO I– O CENÁRIO E CAMPO EMPÍRICO DA PESQUISA

1.1- Contextualizando o cenário da pesquisa

Para que haja uma maior compreensão sobre a pesquisa de campo que iremos desenvolver, torna-se imprescindível apresentarmos um pequeno histórico sobre o lócus de coleta empírica desta pesquisa e o que ela nos apresenta de peculiar. Além disso, também se faz relevante caracterizar socioeconomicamente a região em que se insere a Feira das Trocas.

O campo empírico da pesquisa abrange a Feira das Trocas que está situada no município mais populoso de Sergipe – a capital Aracaju– com 571.149 habitantes. Segundo Censo Demográfico (IBGE¹⁰, 2010), naquele ano a população total do Estado de Sergipe era de 2.068.031 habitantes, isto significa que ele é o sexto Estado menos populoso do país¹¹. Em 2007, o Índice de Desenvolvimento Humano do Estado de Sergipe era de 0,770, considerado médio pela classificação do IBGE se comparado a outros Estados do Brasil. Em 2009, Sergipe possuía uma expectativa de vida em torno de 71,6 anos e uma taxa de mortalidade infantil que girava em torno de 31,4% ao ano. (IBGE, 2010)

Referente à economia sergipana, os dados de 2008 assinalam que a economia sergipana tem participação de 0,6% no Produto Interno Bruto nacional. A composição do Produto Interno Bruto do Estado é a seguinte: agropecuária, 5,2 %; indústria, 33% e serviços, 61,8 %. O Produto Interno Bruto *per capita* gira em torno de R\$9.779,00 e tem como produtos de grande exportação, o suco de laranja, cimento, açúcar, calçados, etc. (IPEA, 2010). Sergipe é um Estado relativamente bem servido no que concerne ao comércio, tendo destaque o comércio do centro de Aracaju e os três shoppings, além do grande comércio desenvolvido nas cidades de Itabaiana, Lagarto e Tobias Barreto, o que, de fato, movimentava bastante a economia sergipana. Outros municípios com grande concentração populacional são: Nossa Senhora do Socorro (160.827), Lagarto (94.861), Itabaiana (86.967), São Cristóvão (78.864), Estância

¹⁰ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA–IBGE.. **Censo Demográfico 2010.** (2010b) Disponível em: <www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=se> Acesso em 10 fev 2013.

¹¹ Considerado o menor entre os 26 Estados do país, Sergipe está localizado na região Nordeste, e se divide em 75 municípios.

(64.409), Tobias Barreto (48.040). Os serviços de saneamento ambiental são insuficientes: 87% dos domicílios possuem acesso a água; 53% das residências apresentam rede de esgoto. Esse déficit de saneamento ambiental interfere diretamente na taxa de mortalidade infantil estadual – 31,4 a cada mil nascidos vivos, uma das médias mais altas do país. A expectativa de vida da população sergipana, assim como em todo o Brasil, está apresentando aumento a cada ano, atualmente é de 70,3 anos. O analfabetismo atinge 16,3% da população. O índice de homicídio é de 25,8 por mil habitantes.

É dentro desse contexto que se insere a Feira das Trocas, que desde seu surgimento, sempre esteve associada à ilicitude, haja vista a ausência de regularização/fiscalização e a consequente comercialização de produtos contrabandeados, frutos de pirataria ou até mesmo furtados. Em razão desse quadro de ilicitude, a referida Feira sempre tentou driblar o poder público para não ser extinta, mudando-se sempre de local a cada tentativa do Estado de tentar eliminá-la, se fixando sempre em diversas regiões periféricas da capital sergipana. Outro fator que merece destaque e sempre marcou a imagem e a história da Feira das Trocas é o fato de que sempre foi formada majoritariamente por grupos de trabalhadores do sexo masculino.

A Feira das Trocas possui uma longa trajetória histórica no município de Aracaju. Com mais de 35 anos de existência, conforme relatos dos entrevistados, esta Feira já se instalou em diversos locais da periferia aracajuana, dentre eles podemos citar: a área conhecida como antiga “Leste ferroviária” no Siqueira Campos, mudando-se em seguida para Av. Augusto Franco, também no bairro Siqueira Campos; posteriormente a Rua Riachão foi seu novo endereço localizada no bairro Getúlio Vargas em frente ao CEASA; ainda foram para Av. Maranhão (18 do Forte) e para a Praça dos expedicionários (Siqueira Campos). No entanto os meandros que envolvem a saída dos feirantes deste último local irão afetar profundamente os destinos e amplitude da Feira.

Nos últimos anos, a Feira das Trocas transformou-se e ampliou-se com a chegada e instalação de novos trabalhadores e, principalmente, trabalhadoras informais na localidade. A explicação para esse episódio, talvez estivesse no histórico recente da Feira, isto porque, pois por volta de nove anos atrás o governo concedeu em caráter provisório um terreno baldio situado na periferia de Aracaju para que esta pudesse funcionar. Buscaremos agora expor um pouco dos percalços que ocasionou a regularização deste espaço da Feira, o posterior fechamento e o seu ressurgimento.

Esse processo teve início em abril de 2002 quando houve uma operação do Ministério Público (MP) junto a Polícia Militar que acabou afastando a Feira das Trocas da Praça dos Expedicionários em Aracaju. No entanto, como de costume, os feirantes acabaram ocupando outro local, distante apenas 50 m do antigo: o passeio central da Avenida 7 de setembro, no centro da cidade, impossibilitando a passagem de pedestres na localidade. O Ministério Público (MP) queria a retirada deles deste ponto, mas eles resistiram. Foi então que o MP solicitou da Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA) a doação de um terreno para que a Feira pudesse funcionar.

A PMA por sua vez, autorizou a Empresa Municipal de Serviços Urbanos (EMSURB) a encontrar um terreno que atendesse as condições para o comércio desses feirantes. Em razão disso, em maio de 2003 a Feira das Trocas foi transferida para Rua Carlos Correia, no bairro Siqueira Campos (periferia aracajuana) sob a condição de que só poderia funcionar de segunda a sexta. Levando em consideração que historicamente o dia de maior movimento na Feira sempre fora o sábado, já poder-se-ia prevê que esta condição não seria atendida. E foi o que ocorreu. Eles foram vender seus produtos aos sábados e isso ocasionou uma grande confusão por causa dos feirantes que já trabalhavam no local.

Dessa forma, mais uma vez a Feira das Trocas foi obrigada a se retirar da região em que estava, porém logo encontraram outro lugar para ocupar: um terreno baldio ao lado do terminal de ônibus do Bairro Industrial (um terreno quase em frente ao mercado municipal, mas que não pertencia a prefeitura, mas ao Departamento de Estradas e Rodagens – DER). Aquele era o quarto local em que a Feira se estabelecia desde que foi retirada da Praça dos Expedicionários. No mês de julho deste mesmo ano, o MP concordou em deixar que a Feira das Trocas pudesse permanecer no mesmo lugar e instruiu a PMA a buscar junto ao Governo Federal a cessão do terreno. A PMA concordou, mas desde o início pontuou que não iria fazer melhorias no logradouro. Todavia essa alternativa também não deu certo, pois não conseguiram a doação do espaço. Dias depois, o MP consegue chegar a outro acordo sobre a situação da Feira, que passaria a funcionar em um terreno ao lado do terminal da Rodoviária Nova, Zona Oeste de Aracaju. Descobriu-se posteriormente que este terreno também não pertencia ao Estado e sim a um empresário. Foi quando por fim, o Estado cedeu por cinco anos o terreno vizinho ao Sindicato dos Taxistas, também situado na Av. Tancredo Neves, bairro Capucho (periferia da capital). Foi neste local que eles permaneceram durante quase 9 anos.

Figura 2: Portão de entrada da Feira das Trocas/ Aracaju.



Fonte: Infonet-data: 02/06/2012.

Nesta fase em que se discutia a regularização de um espaço público para a Feira é que surgiu a Associação dos comerciantes autônomos da Feira das Trocas (ACAFT). Quase nove meses depois da regulamentação do espaço, a Feira das Trocas já era pauta da Imprensa Sergipana novamente, pois o presidente da recém-criada ACAFT estava cobrando um valor exorbitante para que os feirantes pudessem adentrar na Feira. Na ocasião o Ministério Público Estadual entrevistou e recomendou que os feirantes não pagassem nada.

Mais adiante, no mês de julho de 2004 a ACAFT se pronunciou publicamente com a intenção de pressionar as autoridades públicas a padronizar as barracas e aterrar o local. Contudo, a Empresa Municipal de Obras e Urbanização (EMURB) se recusou fazer a obra, alegando não ter material. Já a Prefeitura declarou que não poderia fazer isso porque o terreno era do Estado e precisaria da autorização da Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas (CEHOP). Provavelmente a sequência desses fatos seja o indício de que os comerciantes começariam a agir por conta própria, realizando eles mesmos as melhorias necessárias e as construções de alvenarias tão presentes na Feira (mesmo sem autorização para construção destas).

Quiçá foi esta condição que contrasta com a História da Feira que fez com que esta ganhasse uma nova dimensão na atualidade. É claro que isso não impediu que

ocorressem, até há pouco tempo, constantes investidas policiais, mesmo com o aumento no número de trabalhadores no local e o crescimento da clientela, até porque a fiscalização no que diz respeito à procedência das mercadorias ficou a cargo da Secretaria de Segurança Pública (SSP).

Figura 3: Fiscalização percorre Feira das Trocas/Aracaju.



Fonte: Infonet – Data: 02/06/2012.

A referida Feira também possui uma dinâmica distinta das demais, haja vista a própria condição ilegal em que se encontrava. Mesmo ocupando um terreno do Estado, seu funcionamento e a sua fiscalização se apresenta de forma diferenciada das outras, primeiro porque o poder público não exercia um controle sobre esta e segundo porque apesar de funcionar todos os dias e possuir boxes, muitos vendedores só apareciam aos sábados (dia de maior movimento) e não possuíam um local fixo. Assim, em face dos motivos expostos anteriormente, muitos deles sequer contribuíam financeiramente para permanecerem naquele local.

No entanto, essa situação que atraiu um público de comerciantes diversos e que perdurou durante 9 anos, teve seu fim no dia 02 de junho de 2012. Uma operação conjunta entre Ministério Público, Polícia Militar e Secretaria da Fazenda pôs fim à Feira das Trocas naquela localidade. Segundo os mesmos, a operação foi motivada pelas denúncias de irregularidades na ocupação daquele local. O Ministério Público também afirmou que a desocupação deveria ter se dado em 2008 quando o prazo da cessão do terreno havia se esgotado. Falou também que a ACAFT empenhou-se na tentativa de renovação dessa cessão, mas que não obteve êxito. A desocupação total do terreno se deu no dia 08/06/2012.

Os comerciantes foram pegos de surpresa, já que não houve qualquer tipo de notificação para esses trabalhadores. Vários batalhões da PM fortemente equipados e armados chegaram a Feira e deram apenas 10 minutos para que os comerciantes retirassem todos os seus pertences, depois eles bloquearam a entrada no local. Como os comerciantes não tiveram tempo hábil para isso, muitos não conseguiram retirar seus instrumentos de trabalho e ficaram de vigília durante esse processo de desocupação na tentativa de reaver os seus pertences

Figura 4: Feirante com pertences retirados da Feira após o seu fechamento/Aracaju



Fonte: Infonet – Data: 02/06/2012.

Tal postura do Estado acabou provocando a reação desses feirantes que realizaram barricadas no local e denunciaram na imprensa alguns desmandos cometidos pela polícia e pelo Estado de modo geral. Contudo, a resistência desses comerciantes não apresentou resultado e no dia 08 de junho deste mesmo ano, os estabelecimentos foram destruídos causando grande descontentamento entre os feirantes.

Figura 5: Comerciantes fazem barricadas na Av. Tancredo Neves na tentativa de reaver parte dos seus pertences que ficaram retidos após fechamento da Feira das Trocas/Aracaju



Fonte: Infonet-Data: 04/06/2012.

Figura 6: Comerciantes tentando retirar irregularmente seus pertences que ficaram retidos após o fechamento da Feira das Trocas.



Fonte: Infonet-Data: 06/06/2012.

Duas semanas após o ocorrido os trabalhadores da Feira das Trocas voltaram a se reagrupar para comercializarem seus produtos, agora, quase em frente à antiga Feira (na Avenida Marechal Rondon, próximo ao terminal de ônibus da Rodoviária Nova em Aracaju). Todavia, as ininterruptas batidas policiais com o intuito de retirarem eles do local acabaram afugentando grande parte desses comerciantes, talvez por falta de perspectiva. Muitos trabalhadores alugaram galpões para continuarem comercializando seus produtos, já no caso das mulheres, elas retornaram aos seus lares e aguardaram o desfecho dessa história. A ACAFT disse que o comércio funcionaria assim (ocupando um terreno) até que ocorresse a sua regularização. Outra vez, a ACAFT, na figura de seu presidente, proferiu que teria cadastrado parcialmente os vendedores da Feira das Trocas junto ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) enquanto microempreendedores. A ACAFT também entrou na justiça para tentar revalidar o termo de cessão de uso do imóvel, mas não conseguiu. O Ministério Público por sua vez entrou com uma ação civil pública pedindo a dissolução da ACAFT devido à tendência a ilegalidade tão presente naquele comércio. Os promotores entendem hoje que os feirantes não podem fazer uso de nenhum espaço público.

Figura7: Após fechamento da Feira das Trocas na Av. Tancredo Neves, trabalhadores voltam a comercializar na Av. Marechal Rondon/Aracaju.



Fonte: Infonet-Data: 15/06/2012.

Figura 8: Trabalhadores voltam a comercializar na Av. Marechal Rondon.



Fonte: Infonet-Data: 27/07/2012.

Após várias negativas por parte do poder público no sentido de doar um terreno para que a feira pudesse funcionar, os comerciantes da Feira das Trocas resolveram pela primeira vez em mais de 30 anos, alugar um terreno localizado na Rua de Mato Grosso, Siqueira Campos (periferia Aracajuana), o que contrasta com todo histórico de ocupação de terrenos públicos. Para além de uma estratégia de sobrevivência, essa ação tinha o intuito de reconstruir a imagem da Feira das Trocas, desassociando-a do seu próprio passado. Por isso a iniciativa do Presidente da Associação em intitular agora este comércio como “Feira de Novos e Usados”, passando a Associação a chamar-se de “Associação dos Comerciantes da Feira de Novos e Usados”. Acredita-se, que essas duas últimas ações da associação tinha o claro intento de negar o perfil informal, ilegal e ilícito o qual a Feira é associada. Porém, não dava para esperar que uma Feira que se forjou com este viés, iria negar tão rapidamente a sua história. E foi isso o que ocorreu.

Figura 9: Terreno alugado pelos feirantes para o funcionamento da Feira das Trocas/Aracaju



Fonte: Infonet, Data:20/08/2012.

A Feira das Trocas não permaneceu durante muito tempo no terreno alugado na Rua Mato Grosso. Inicialmente é importante frisar que nem todos os feirantes tiveram condições financeiras de pagar o aluguel daquele terreno. Isso contribuiu para que ocorresse uma separação da Feira das Trocas durante alguns meses, pois os feirantes que não conseguiram pagar o terreno alugado continuaram trabalhando na mesma ilegalidade ocupando um local próximo a saída da Cidade coexistindo concomitantemente com a outra Feira das Trocas. Esta realidade permaneceu até o mês de março de 2013 quando os comerciantes que pagavam aluguel na Rua Mato Grosso desistiram daquela localidade, também por questões financeiras, e se juntaram a outra feira que ocupava um terreno do Estado.

Identificamos a partir dessa conjuntura que qualquer ação que tenha o intuito de descaracterizar a imagem da Feira irá de encontro à própria “natureza” desta, visto que, não é isto que esses trabalhadores procuram quando vão para lá. Ao passo que, talvez fosse à inclinação clandestina e ilegal que fez da Feira o que ela era há pouco tempo e que em proporções distintas ainda a faz. Esses fatores associados ao

fator “liberdade¹²” atraíram muitos comerciantes, homens e mulheres, a irem para a Feira e ajustarem seus horários como quisessem, sem com isto causar-lhes prejuízos. Neste sentido a Feira torna-se local privilegiado de observação do trabalho informal na capital sergipana, através da dinâmica e história da mesma, as condições de trabalho aí existentes, as estratégias de sobrevivência, evolução do trabalho informal feminino ao longo dos anos e a relação com o Poder Público.

Figura 10: Após fechamento da Feira das Trocas na Tancredo Neves feirantes voltam a comercializar na Av. Marechal Rondon/ Aracaju.



Fonte: Infonet – data: 25/07/2012.

De acordo com o Presidente da ACAFT quando a Feira das Trocas ocupava o terreno do Estado, chegou a possuir mais de 300 construções (pequenas lojas onde os vendedores comercializam seus produtos) e mais de 200 comerciantes cadastrados, isso sem computar aqueles que só apareciam aos sábados. Tudo isso demonstrava à proporção que alcançou a Feira nos dias em que esteve com o espaço regulamentado, mas sem fiscalização estatal.

Dito isto, faz-se necessário analisarmos as aspirações que levaram os homens e, sobretudo as mulheres a esse tipo de atividade, colocando “em xeque” o que a Informalidade representa para elas, abandonando ideias prévias de que ele/as teriam o espírito empreendedor ou que ao contrário, esta foi a; única alternativa que lhes restou diante de um quadro de desemprego, sem com isso negarmos o episódio do crescimento das atividades femininas junto aos empregos sem carteira assinada.

¹²A liberdade a que nos referimos, diz respeito ao fato de que muitos deles iam para Feira, vendiam os produtos que quisessem sem que precisassem necessariamente pagar impostos.

1.2 - Acesso ao campo empírico e aos respondentes da pesquisa

Cabe salientar que as condições de irregularidade, ilegalidade e ilicitude em que se encontra Feira acarretou numa série de empecilhos para a pesquisa de campo. Não obstante a Feira ter ocupado por mais de nove anos um espaço público não significou para o Estado uma maior preocupação com esta população. Do contrário, constatou-se que nenhum dos órgãos responsáveis pelas Feiras Livres no município (EMSURB, EMURB, SETRAB, SEIDES, FUNDAT) assumiu a responsabilidade pela fiscalização, cadastramento ou acompanhamento da Feira em questão, o que nos impossibilitou de exibir algumas fontes oficiais sobre a Feira das Trocas especificamente.

Além disso, é importante frisar que, a tendência histórica a prática de atividades ilegais desses feirantes e a conseqüente tentativa de extinção desta por parte Estado, ocasionaram algumas implicações no que se refere ao processo de coleta de dados por meio das entrevistas e observação direta. A primeira dificuldade enfrentada diz respeito à desconfiança dos feirantes para com todos aqueles que chegam lá buscando informações. Esses comerciantes vivem amedrontados, pois já sabem que seus produtos de origem duvidosa podem ser apreendidos a qualquer momento. Portanto, muitos feirantes precisam certificar-se antes de fornecer qualquer informação de que a pessoa não tem nenhuma ligação com a Polícia ou com o poder público. Assim, o princípio que vigora para boa parte deles é o silêncio.

Ainda no tocante aos percalços percorridos, é importante registrar que a operação Policial, capitaneada pelo MP, que fechou a Feira das Trocas causou não só não apenas transtornos aos trabalhadores como também grandes dificuldades à pesquisa de campo: apenas alguns trabalhadores resistiram e ocuparam um terreno próximo, a maioria deles voltou aos seus lares e ficou aguardando o desfecho dessa história. Quando eles conseguiram locar um terreno muitos retornaram, mas nem todos os feirantes tiveram condições de pagar o aluguel. Isso contribuiu para que outra parcela de feirantes que precisavam trabalhar, mas que não tinham renda ocupasse outro terreno do Estado. Essa situação atrapalhou ainda mais o acesso a esses feirantes, haja vista a existência de duas Feiras. Neste momento, grande parte das entrevistas realizadas foram com aquelas pessoas que já havia estabelecido um contato prévio.

Do mesmo modo não podemos esquecer-nos de mencionar que, devido à situação financeira, boa parte desses feirantes habitavam em condições precaríssimas de vida, locais ermos, de difícil acesso por não haver pavimentação, e muito perigosos, principalmente para quem não pertencia àquelas regiões referidas. Não raramente, tal situação fazia da realização de cada entrevista uma aventura.

Outra questão que merece alusão é o fato da sede da ACAFT ficar situada na própria Feira das Trocas (Av. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju). Com o fechamento desta, a documentação que ficava em posse da Associação passa para a casa do atual Presidente da Associação, de forma totalmente desorganizada. Sem contar com o fato de que a concentração dessa papelada toda nas mãos de uma única pessoa (o Presidente Gilson Omena) extremamente desconfiada emperrou por diversas vezes o acesso a esses dados.

No tocante às entrevistas realizadas, foi preciso estabelecer inicialmente uma relação de confiança com os comerciantes para depois explicar a cada um deles o caráter da pesquisa e da contribuição valorosa que eles poderiam fornecer. Do mesmo modo garantimos a essas pessoas o sigilo absoluto das informações fornecidas e só ligava-se o gravador com a autorização dessas. Igualmente, não insistimos em questões que os entrevistados consideravam embaraçosas ou que simplesmente não queriam falar.

Nestes termos, com o intuito de uma melhor apreensão do objeto estudado, foram apresentadas as sinuosidades e as especificidades que envolveram nossa pesquisa de campo. Ademais, vale frisar que os resultados que serão expostos posteriormente, irão tomar como base empírica o levantamento realizado pela ACAFT no ano de 2003, mas principalmente 15 entrevistas realizadas com alguns trabalhadores da Feira das Trocas, dentre eles, oito mulheres e sete homens.

CAPITULO II – ABORDAGEM CONCEITUAL E DIMENSÕES ANALÍTICAS

Este capítulo tem por intuito apresentar uma breve discussão teórica acerca dos conceitos e categorias que contribuirão para algumas reflexões referentes ao nosso campo de pesquisa empírica. Para tanto, faz-se preciso abordar, ainda que de forma incipiente, uma possível interlocução entre alguns conceitos/categorias que dialogam de forma recorrente com o nosso objeto de estudo, quais sejam: Trabalho, Trabalho Informal, Gênero e divisão sexual do trabalho.

De outro modo, essa incursão teórica é justificada em razão da necessidade de demarcar, dentro do vasto campo de discussão da Sociologia do Trabalho, onde está situada esta pesquisa. Portanto é preciso transitar, mesmo que rapidamente, sobre alguns conceitos que permeiam o cerne deste estudo. Têm-se a clareza que numa perspectiva ontológica¹³ da categoria Trabalho, existe um extenso debate sobre o que é o Trabalho. Não queremos nos debruçar sobre este assunto, apenas mostrarmos a perspectiva teórica que nos apoiamos e assim compreendermos porque chamamos de Trabalho a atividade desempenhada na Feira das Trocas. A partir daí podemos trazer a baila as outras categorias que são tão caras à reflexão do objeto empírico em questão.

A abordagem teórico-metodológica utilizada para a apreensão da questão de gênero, trabalho, desenvolveu-se de forma particularizada, especificada e localizada historicamente, objetivando a captar os nexos que estruturam as representações dos participantes da pesquisa.

2.1 – Transformações do Trabalho e Fim da Centralidade do Trabalho?

Os pensadores clássicos da Sociologia já caracterizavam o capitalismo enquanto uma “Sociedade do trabalho”. Muito embora saibamos que os estudos do trabalho perpassam uma série de correntes do pensamento social, daremos enfoque ao amplo debate que o marxismo tem testemunhado entre os seus teóricos principalmente da segunda metade do século XX ao início do século XXI. Nestes, a questão da

¹³ A palavra Ontologia vem do grego: “Ontos” que significa “ser” e “logos” que quer dizer “estudo”, isto é, ontologia é o estudo do ser, ou em outras palavras, busca entender as relações sobre a natureza do ser. Georg Lukács foi um dos autores que mais deram atenção no pensamento marxiano as categorias fundamentais que regem a vida do ser social, por isso escreveu nos anos de 1960 “Para uma ontologia do ser social”, procurando enriquecer os principais conceitos no pensamento de Karl Marx.

centralidade do Trabalho reaparece junto à importância na filosofia de Marx como categoria ontológica fundamental da existência humana. Para alguns desses teóricos, o trabalho possui um grande valor no conjunto dos escritos marxianos, por ser a atividade afirmadora da vida, que forma a existência dos indivíduos e instaura-lhe um caráter social. É no trabalho que se manifesta a superioridade humana ante os demais seres vivos. Ele seria a realização do próprio homem, a fonte de toda riqueza e bem material.

A questão do trabalho e suas implicações, como também, o estudo das relações que envolvem o capitalismo e a interferência dos aspectos social, econômico e político, interessaram especialmente ao pensamento marxista. Daí a necessidade da referência a esse pensamento durante a abordagem do assunto.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. [...] Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX¹⁴, 1982, p.149).

Partindo de uma perspectiva ontológica desta categoria, o sentido real de Trabalho está ligado ao modo como o homem se apropria da natureza com o intuito de transformá-la nos bens necessários à sua reprodução social. Igualmente, à medida que o homem realiza o intercâmbio com a natureza e a transforma, modifica também a sua própria natureza, num processo de transformação mútua que converte o trabalho social num elemento central do desenvolvimento humano (MARX, 2010, p. 211-212).

No entanto, esse trabalho que é central e fundamental à vida do ser social, transformou-se na sociedade capitalista em trabalho assalariado, adotando a configuração de alienado (trabalho forçado, que se opõe a livre criação humana e onde a riqueza produzida torna-se propriedade de outros). Isto quer dizer que, o que era finalidade central do ser social vai se transformar agora em meio de subsistência (ANTUNES, 2008). Em razão disso, o trabalhador não se satisfaz no trabalho, não se reconhece nele, ao contrário, se degrada e desumaniza. Logo, há um predomínio da dimensão abstrata do trabalho restringindo sua dimensão concreta de trabalho útil (ANTUNES, 2005).

¹⁴ MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política**. Vol 1, Livro primeiro: O processo de produção do capital – Segunda edição. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

A força de trabalho vendida será incorporada ao capital em forma de capital variável, de modo que, por meio do processo da produção, valorize o capital inicial e este seja incrementado na mais-valia (tempo que o operário gasta na produção de mercadorias, sem receber nada por isso. Ela está inserida na teoria do valor “trabalho”, gerando, assim, lucro para o capitalista). A mais-valia é o motor de todo o processo e todo o interesse do capital está centralizado nela. Ricardo Antunes¹⁵ afirma que: “os capitais exigem a desregulamentação do trabalho que implica na desregulamentação dos direitos e das leis do trabalho e assim na desconstrução da Justiça do Trabalho”.

Destarte, é este trabalho que irá sofrer alterações profundas no capitalismo contemporâneo, levando a diminuição do proletariado fabril estável, ao desemprego estrutural, ao aumento do setor de serviços e do novo proletariado precarizado dentre outras mudanças. Tais mudanças ocasionaram uma avalanche de pesquisas abordando a temática e antecipou várias indagações no que se refere a paradigmas teórico-metodológicos. O debate então que surgira questionava a perda da centralidade do Trabalho ou anunciava o seu fim. Com perspectivas analíticas muito distintas, para não dizer opostas, os principais expoentes dessa concepção que colocava “em xeque” a sociedade do Trabalho eram: Claus Offe, André Gorz, Habermas e Robert Kurz.

Entretanto, parece que ao negar a centralidade o trabalho, alguns desses autores estariam na verdade confundindo Trabalho com emprego, não captando a dupla dimensão do trabalho. A crise econômica das últimas décadas e o acirramento das suas contradições ocasionou o avanço do desemprego no mundo. Entretanto a redução de postos de trabalho não significou o “Adeus ao Proletariado¹⁶”. Concordamos que a introdução de novas tecnologias no processo produtivo contribuiu para que houvesse a redução do tempo de trabalho socialmente necessário na fabricação de mercadorias, acarretando, é claro, a redução dos empregos formais e a precarização das condições e vínculos de emprego. Todavia, a diminuição dos postos de trabalho assalariado não implica afirmar que o Trabalho no seu sentido de auto-realização desapareceu, pois este, enquanto condição concreta de sobrevivência permanecerá enquanto houver humanidade. Considerar que este deixou de ser central para vida das pessoas face ao desemprego estrutural é analisar esse processo apenas na sua aparência fenomênica.

¹⁵ ANTUNES, Ricardo. **Dimensões da crise e metamorfoses do trabalho**. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: ano XVII, nº 50, p. 81, abr.1996.

¹⁶Expressão que faz referência à obra de André Gorz em “Adeus ao Proletariado” de 1980.

Para Antunes (2004) o eixo do debate sobre a centralidade do trabalho passa pela necessidade de partir para uma noção ampliada do que seja Trabalho para entendermos os novos desdobramentos da classe Trabalhadora, não limitando este ao trabalho assalariado. Assim, com a ampliação desse conceito, a compreensão do que é atualmente a classe trabalhadora também se alargaria, abrangendo a totalidade dos assalariados, dos homens e mulheres que vendem sua força de trabalho para (sobre) viverem. Não se restringir ao trabalhador manual direto, mas compreender a totalidade do trabalho social, coletivo, os trabalhadores produtivos e os improdutivos também (que não produzem diretamente mais-valia), o proletariado rural, os desempregados e os trabalhadores precarizados, isto é, a classe-que-vive-do-trabalho.

"O que vem ocorrendo no mundo contemporâneo é uma maior inter-relação, maior interpenetração entre as atividades produtivas e improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre as atividades laborativas e as atividades de concepção, entre produção e conhecimento científico, que se expandem fortemente no mundo contemporâneo." (ANTUNES, 2005, p.39).

Neste sentido a categoria gênero, trabalho e Informalidade colaboram para deixar ainda mais evidente a compreensão teórica apresentada da abrangência da categoria Trabalho, tendo em vista toda complexidade e heterogeneidade da classe trabalhadora nos dias de hoje. O conceito de trabalho e relações de classe e gênero foi tratado por meio da articulação das esferas da produção e reprodução, o trabalho assalariado e a família, visando a colocar em evidência os elementos subjetivos, as representações dos trabalhadores e, em especial, das trabalhadoras que participam da construção do mundo, muitas vezes completamente diferentes das ideias daqueles que estão no poder.

2.2- Relações Sociais de Gênero e Divisão Sexual do Trabalho

Para compreendermos o trabalho de homens e principalmente das mulheres, Hirata (2007) nos diz que é preciso elaborar um novo conceito de Trabalho que inclua a concepção de gênero e o trabalho doméstico. Neste sentido, vale destacar que entendemos “gênero” enquanto categoria analítica que busca distinguir o sexo biológico das representações do que seja o masculino e o feminino, construídas sócio-historicamente e que resulta em relações de poder que permeiam todas as esferas sociais (SEGNINI, 1998).

Assim sendo, reforça-se nesta pesquisa a premência de se estabelecer a articulação entre as categorias Trabalho e gênero, haja vista que é a utilização da categoria Gênero que vai propiciar o alargamento do conceito de Trabalho (HIRATA, 1998) à medida que considera o trabalho doméstico como tal (não só o emprego assalariado na esfera produtiva). Segundo Scott (1995), a perspectiva de gênero permite a apreensão de duas dimensões:

“Gênero enquanto elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças perceptíveis entre os sexos,... e gênero enquanto forma básica de representar relações de poder em que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis” (SCOTT, 1995, p.).

Dessa forma, são as representações do que seja o masculino e o feminino que vão fundamentar a divisão sexual do trabalho, que por sua vez contribui para esse processo de construção de identidades e papéis, conferindo atividades de forma assimétrica aos homens e mulheres de acordo com o que se espera de cada um dos sexos (SILVA, 2005). E mesmo com as transformações do mundo contemporâneo, a divisão sexual do trabalho se recria, visto que, ainda cabe à mulher a responsabilidade das atividades reprodutivas, e ao homem a função de provedor do lar, do trabalho produtivo.

Em virtude disso é que se faz necessário considerar as categorias “divisão sexual do trabalho” e “relações sociais de gênero” como indissociáveis: “A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo” (KERGOAT, 2000, p.01). A expressão “Relação social” indica a existência de uma contradição, um combate pelo poder e oposição. (HIRATA e KERGOAT, 1998)

Porquanto, esta percepção que inter-relaciona esses conceitos será utilizada na presente pesquisa, pois a sua imprescindibilidade se faz à medida que revela os percalços que levaram as mulheres a assumirem majoritariamente funções precárias. Nesse aspecto, Lobo acrescenta:

“A problemática da divisão sexual do trabalho se articula com a categoria gênero e abre espaço para se pensar as novas questões que preocupam a Sociologia do Trabalho e o seu questionamento, a subjetividade no trabalho, e as identidades no trabalho, o problema de igualdade e diferenças e as formas contemporâneas da gestão e de políticas sociais.” (LOBO, 1991, p. 201).

Ainda como forma de caracterizar melhor esta categoria que é utilizada para pensar a realidade empírica em questão, Kergoat (1989) adverte que a divisão sexual do

trabalho é consequência de relações socialmente construídas na História, estabelecendo valor e hierarquia conforme as diferentes sociedades e momentos históricos. A autora também nos coloca que a divisão sexual do trabalho é um fenômeno presente em todas as culturas e sociedades; sua organização varia no tempo e no espaço e não consiste em única forma de divisão do trabalho, mas às outras se articula.

É por isso que, embora estejamos em um período histórico, em que vigora a crise de emprego, visualiza-se de forma cada vez mais frequente a participação das mulheres nos trabalhos dentro e fora dos lares. Isso porque, as condições diferenciadas de gênero foram apropriadas pelo mercado de trabalho e a posição das mulheres na economia foi alterada no capitalismo Contemporâneo. Todavia, segundo Hirata (2004), esse cenário só foi possível porque novas desigualdades foram reinventadas no capitalismo contemporâneo: as mulheres sofrem mais com o desemprego¹⁷, a pobreza e a precariedade.

A base explicativa para a evidente desvalorização dos papéis que as mulheres exercem na sociedade e conseqüentemente no mercado de trabalho, está nos próprios princípios que norteiam a Divisão Sexual do Trabalho, isto é, a ideia de que existem ocupações masculinas e outras que são femininas. A imagem da mulher ainda está associada ao “universo hierarquicamente subalternizado da reprodução do mundo doméstico” (BRITO apud MARCONDES; *et al*, 2003, p. 93).

“Essa forma particular da divisão social do trabalho (divisão sexual do trabalho) tem dois princípios organizadores: o princípio da separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulher) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço.” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.599).

Foi a lógica de hierarquização dos trabalhos segundo o sexo que permitiu que o trabalho desempenhado na esfera doméstica não fosse reconhecido. Da mesma forma, as mulheres continuam responsáveis por atribuições entendidas como extensão das atividades domésticas, e estas por sua vez não são valorizadas, em detrimento dos homens que “se apropriam das funções com maior valor social adicionado.” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.599).

¹⁷ De acordo com Helena Hirata, apesar de verificar-se um crescimento no número de empregos e trabalhos remunerados de mulheres estes coexistem com os maiores índices de desemprego.

“Por essa perspectiva encontram-se os trabalhadores dotados das atribuições de seus gêneros e, por elas, hierarquizados no valor de suas atividades. A assimetria e a hierarquia entre os trabalhos desenvolvidos por homens e mulheres espelham a forma desigual com que se relacionam na sociedade e, assim, o trabalho é dividido conforme a organização que permeia as relações de gênero.” (MARCONDES; *et all*, 2003, p.92).

Assim, tal conceito torna-se emblemático para se pensar a Feira das Trocas, não só para se entender o processo que levam as mulheres a assumirem esses postos tão precarizados, como também, e, sobretudo, porque a mulher no contexto da Feira assume funções tidas como “femininas”. Destarte, constatamos que a “divisão sexual do trabalho” é uma categoria primordial para que haja apreensão do processo de construção das práticas sociais a partir de uma base concreta, tornando visível a intensificação da exploração do trabalho que atinge de maneira mais aguda a mão-de-obra feminina.

Por conseguinte, não é demais reforçar a compreensão de que a divisão sexual do trabalho requer a utilização de outras dimensões explicativas como, por exemplo, “a atribuição diferenciada das tarefas domésticas, ou mais, as relações de poder entre os sexos não só no trabalho, como também na família e na sociedade” (HIRATA, 1998, p. 15).

2.3 - Noções acerca da Informalidade.

A despeito de termos afirmado anteriormente que a Informalidade é um fenômeno que data dos primórdios da Revolução Industrial, iremos nos ater neste tópico a discussão histórica que envolve a origem conceitual da concepção de “setor informal”.

Esse enfoque conceitual justifica-se também porque segundo Carpio e Novacovsky, uma das categorias de análise que contribuiu na América Latina para caracterizar as condições de inserção ocupacional de amplos setores da população pobre urbana é a noção de *informalidade* ou de *setor informal urbano* (CARPIO & NOVACOVSKY, 1999, p. 11). De acordo com Carpio & Novacovsky,

A categoria *informalidade* se incorporou às ciências sociais do continente quando estas se enfrentaram com a necessidade de explicar o crescimento e a persistência de amplos setores da população que não conseguiam se incorporar aos novos espaços de integração social, econômica e territorial gerados pelos processos de urbanização e modernização da metade do século XX (CARPIO & NOVACOVSKY, 1999, p. 11).

O debate em torno da informalidade se inicia nas ciências sociais no início dos anos 70, com um programa de pesquisa da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que se desenvolveu com um estudo sobre o Quênia, em 1972, e, na América Latina, sobre o emprego na República Dominicana, em 1973, prosseguindo com os estudos do Prealc (Programa Regional del Empleo para América Latina y el Caribe), em meados da década (MELO e TELES, 2000).

Melo e Teles (2000) fazem um balanço dos desenvolvimentos acerca desse conceito. Nos estudos sobre o Quênia, de 1972, este é caracterizado como um “país do Terceiro Mundo”, no qual haveria dois mercados de trabalho: *o setor formal e o informal*. O primeiro seria o mercado de trabalho cujo funcionamento das atividades foi definido contendo barreiras à entrada, com recursos externos, sistema de propriedade impessoal, operando em mercados amplos e protegidos por cotas e tarifas, grande escala de produção, processos produtivos de tecnologia moderna e intensivos em capital e mão-de-obra qualificada. Já o segundo seria definido pela inexistência de barreiras à entrada, aporte de recursos de origem doméstica, propriedade individual, operando em pequena escala, processos produtivos intensivos em trabalho, atuando em mercados competitivos e não-regulados. Os autores ressaltam que esse estudo teve enorme impacto e que essa concepção prevaleceu nos trabalhos posteriores que analisaram o mercado de trabalho das chamadas “economias em desenvolvimento”. Apesar disso, ressaltam que, quando se trata de falar sobre mercado informal, sua natureza e composição, não há consenso. Melo & Teles, consideram que o conceito não é definido de forma rigorosa. O conceito de setor informal popularizou-se rapidamente ao longo dessas três últimas décadas, a ponto de dificultar seu perfeito entendimento (MELO & TELES, 2000, p. 6), aparecendo na mídia e na literatura científica representando vários fenômenos distintos.

Nesta pesquisa identificam-se alguns aspectos referentes à percepção dual da organização da economia urbana. O termo dual mencionado aqui faz alusão ao entendimento que a OIT possuía sobre a organização do Trabalho, dividindo este em duas frações: O setor formal cujas unidades produtivas eram organizadas e era constituído de emprego assalariado, e o setor informal em que as unidades produtivas não eram organizadas e estava relacionado à auto-ocupação (CACCIAMALI, 1983). Do mesmo modo, a OIT também entendia que o setor informal resultava do excedente de

mão de obra, que estes não eram regidos pela legislação trabalhista, e que essas atividades tinham um baixo nível de produtividade e rendimento.

Em contrapartida, surgiram alguns estudos na década de 1980 com o intuito de negar a concepção dualista do mercado de trabalho a exemplo do trabalho de Cacciamali (1983). Neste a autora irá direcionar algumas críticas às investidas teóricas que associava o Trabalho Informal à pobreza e a não regulamentação, visto que essa compreensão mascara os baixos salários do setor formal e esconde ainda a heterogeneidade do Informal. Além disso, ela argumentará também que a produção informal era definida pela própria dinâmica do capital mais do que pelo excedente de mão-de-obra. Segundo Braga (2006) tais proposições rompem com a percepção dualista do mercado de trabalho tendo em vista que concebe o Setor Informal enquanto:

“... Resultado do movimento econômico realizado pelo setor formal, subordinando as atividades informais. A definição do setor informal deixa também de ser a facilidade de entrada e passa ser as características da organização produtiva, o que significa uma completa reformulação do conceito de setor informal, visto que este não é mais suficientemente elástico para absorver o excedente de mão-de-obra que não consegue se empregar no setor formal, ao mesmo tempo em que o reconhecimento da heterogeneidade interna ao setor invalida a hipótese de que apenas as pessoas mais pobres sejam seus únicos ocupantes.” (BRAGA, 2006, p.05).

Na década de 1990 esse tema ganhará novos contornos haja vista a heterogeneidade da classe trabalhadora e o avanço das formas de trabalho precarizadas tais como: contratação de trabalhadores sem registro formal na carteira (ilegal) trabalho em domicílio, o comércio ambulante, trabalho por conta própria, dentre outras formas contribuíram para diversificação do que seja informal. Em razão disso, tem-se ampliado o debate acerca da temática, já que existe uma imprecisão conceitual no sentido de oferecer uma caracterização que esteja conectada com a complexa realidade atual.

Sendo assim, a opção no presente texto consiste em fazer uso de um conceito mais amplo, o de Informalidade, formulado por Malaguti (2001) em detrimento de “setor informal.” A escolha deste deve-se ao fato de que a ideia de setor informal torna-se bastante restrito para dar conta dos novos desdobramentos do mundo do trabalho, bem como das diversas dimensões da Informalidade em face da reestruturação produtiva.

Com isso, o que se quer em linhas gerais, é asseverar a impossibilidade, diante de situações de trabalho heterogêneas, de entender a informalidade por meio de conceitos fechados, setoriais. Segundo Malaguti (2001) o setor informal expressa

apenas um aspecto da informalidade, pois existe setor informal no formal e vice-versa. Ou seja, para o autor, o setor formal e o informal são indissociáveis, já que para ele até as situações salariais mais claras contém informalidade, isto é, ocorre à margem da legislação trabalhista¹⁸.

Deste modo, a abordagem dualista que setorializa o trabalho formal e o informal não da conta de perceber a complexidade das relações de trabalho atuais. Portanto, há que se concordar com Malaguti (2001) quando assinala para a necessidade de se criar novos instrumentos de análise capazes de detectar e abarcar esta nova padronização do mercado desvendando sua lógica e suas formas de reprodução.

Com efeito, a concepção de Informalidade, adotada nesta pesquisa, engloba não só as atividades tradicionais como também as novas formas de trabalho precário. Na tentativa de entender as especificidades do Trabalho informal, Alves e Tavares (2006) nos apresenta algumas características relevantes para compreendermos quais seriam os trabalhadores informais na atualidade. A princípio, irão elencar três grupos de trabalhadores informais que são os tradicionais, os trabalhadores assalariados sem registro e os trabalhadores por conta própria.

Os *trabalhadores informais tradicionais* são aqueles que buscam uma renda individual ou familiar, que vivem do seu trabalho, mas que podem ter auxílio da família. Dentre esses podemos dividi-los entre os menos instáveis, que são os que prestam serviços (pedreiros, jardineiros, ambulantes etc.); os instáveis que ganham por serviço realizado (carroceiros, carregadores etc.) e os trabalhadores informais ocasionais ou temporários que são aqueles que perdem o emprego, e realizam algum “bico” (atividade informal), mas o seu objetivo é voltar ao trabalho assalariado. (ALVES e TAVARES 2006).

A OIT informou que 62% da mão-de-obra nacional está na informalidade. A este respeito, o então presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Francisco Fausto¹⁹ comentou: “Isso acontece por conta da globalização que, aliada ao neoliberalismo, tornou precário o emprego no Brasil”. Além disso, a coincidência do crescimento dos contratos atípicos em muitos países reforça os argumentos dos que consideram que esses contratos resultam do aumento da competição internacional por mercados. Os

¹⁸Para fortalecer o argumento apresentado, Malaguti fornece-nos o exemplo da funcionária pública que vende objetos durante o expediente, ou do ambulante que é casado com uma funcionária pública e que através dela obtém seu crédito.

¹⁹FAUSTO, Francisco. Mercado de Trabalho. Disponível em: <http://www.consultorjuridico.com.br>. Acesso em 20/06/2005.

países na periferia do mercado internacional sofreriam as consequências de formarem o elo fraco das cadeias produtivas internacionais. Sua vantagem competitiva é o baixo custo da mão-de-obra, que leva os países em desenvolvimento a competirem entre si.

A necessidade de ampliação da noção do que seja Informal na atualidade se dá face às alterações vivenciadas na contemporaneidade. Surgiram novas relações de trabalho que não são ajustadas pelas leis trabalhistas. Por isso, observamos hoje outro grupo de informais não convencionais, que são os *trabalhadores assalariados que não possuem registro em carteira* e que conseqüentemente não usufrui dos benefícios trabalhistas que a legislação assegura.

Por último, temos o segmento dos *trabalhadores por conta própria*. Eles produzem suas mercadorias e contam com a sua força de trabalho. Eles também podem fazer uso do trabalho familiar e em alguns casos subcontratam mão-de-obra. Muito embora possa haver a tentativa desse pequeno proprietário no intuito de acumular capital, esse pequeno negócio segue as mesmas leis de mercado (ALVES e TAVARES 2006). Devido ao fato dessas empresas não possuírem a tecnologia das grandes companhias elas intensificam a exploração desses trabalhadores.

Malaguti (2001) revela que as pequenas e micro empresas são hoje responsáveis por 70% dos empregos, todavia apenas 13% desse total são compostos por empregos formais. Isso quer dizer que o trabalho nas pequenas empresas é marcado pela ilegalidade, precarização, por desvios e pela desregulamentação dos direitos trabalhistas.

Em que pese ter apresentado algumas características que nos servem para enxergar o que representa a informalidade na atualidade, a realidade ainda é mais complexa. As formas de inserção de trabalhadores nessas atividades não podem ser captadas em toda sua dimensão, e é por isso que não se pode falar neste conceito enquanto um consenso, até porque não existe um padrão para os instrumentos de categorização.

Mesmo assim, concorda-se com Alves e Tavares (2006) quando estabelece que a Informalidade se insere no bojo da divisão social do trabalho e colabora para que haja a circulação e o consumo dos bens produzidos pelas empresas capitalistas e que essas atividades contribuem de forma contundente para a reprodução do capital. A despeito das inúmeras visões que apontam a informalidade como sinônimo de emancipação e empreendedorismo, sobressai-se aqui que os trabalhadores informais também são explorados (com baixas rendas e negação dos direitos sociais) e que em

tempos de acumulação flexível o capital não precisa da figura do patrão para controlar o trabalho.

É interessante lembrar ainda que a linha que separa o que é informal, o que é ilegal e o que é ilícito é muito tênue. A Informalidade de modo geral é marcada por questões ilegais. No entanto existem algumas informalidades que são mais rechaçadas que outras, e a Feira das Trocas é um bom exemplo disso. Muitas atividades que são desenvolvidas ou associadas à Feira das Trocas (contrabando, pirataria ou até mesmo venda de objetos furtados) estão circunscritas naquilo que chamamos de comércio ilegal. Machado (2008) ressalta que embora juridicamente as duas práticas sejam consideradas ilegais, – a própria informalidade de forma geral é permeada de aspectos ilegais – sabemos que no aspecto moral esses dois conceitos são muito distintos, incidindo sobre o segundo (ilegalidade) uma carga maior de negatividade.

Entende-se neste trabalho que a ilegalidade marca uma série de relações de trabalho seja ele formal ou informal. Em virtude disso a estigmatização de aspecto moral que recai sobre a Feira das Trocas pode ser discutida, já que existem ilegalismos mais aceitos socialmente que outros²⁰. De outra forma, afirma-se que nem todas as ações que são tipificadas como ilegais sofrem “condenações” por parte da sociedade. Em razão disso, não daremos o enfoque “taxativo” que se espera ao grau de ilegalidade em que está envolvida a atividade dos trabalhadores (as) que ali estão, porquanto não daria para medirmos nem quantitativamente, nem qualitativamente quais as práticas mais ou menos aceitáveis entre uma informalidade e outra. Ademais, cabe lembrar que o coeficiente de ilegalidade apenas complementarizará a análise que faremos com base nas outras categorias que já apresentamos nesta dissertação.

²⁰ Michel Misse em seu artigo “*Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro, 1996*” nos dá vários exemplos acerca dessa questão e afirma que “a corrupção policial provoca maior reação moral que a lavagem de dinheiro por grandes organizações financeiras”.

CAPÍTULO III- PERFIL DOS/AS TRABALHADORES(AS) INFORMAIS

Esse capítulo tem por objetivo trazer a tona alguns aspectos socioeconômicos e a trajetória ocupacional de uma pequena amostra da pesquisa de campo realizada com os trabalhadores da Feira das Trocas. Neste sentido, torna-se imperativo reconhecer que este texto irá analisar os dados coletados fazendo um recorte de gênero/sexo. Por isso, antecipa-se que as considerações que iremos explanar nesta pesquisa darão ênfase principalmente às trabalhadoras, ressaltando em determinados aspectos as informações dos homens entrevistados.

3.1 Perfil e itinerário ocupacional dos trabalhadores/as na Feira das Trocas

De acordo com o levantamento da ACAFT (2003), existia na Feira das Trocas mais de 144 comerciantes cadastrados, sendo que, deste número somente 36 eram mulheres. Entretanto, é importante mencionar que o cadastro realizado pela ACAFT além de estar um tanto desatualizado, pois não abrange as mudanças significativas que ocorreram nos últimos 10 anos na Feira, não faz referência aos episódios em que homens alugam seus boxes às mulheres, sendo que boa parte desses boxes permanecem no nome dele e são estes que estão com os nomes no cadastro. Assim sendo, como resultado da ocorrência relatada acima, colocaremos em evidência as entrevistas realizadas com os trabalhadores em detrimento do cadastro feito pela ACAFT, haja vista a discordância dos critérios utilizados para se cadastrar ou não um comerciante. Igualmente é preciso registrar que o método como se deu o cadastramento desses feirantes não foi claramente explicitado pelo Presidente da ACAFT, responsável por esse cadastramento.

Neste sentido, é importante lembrar outra questão que faz referência ao critério de escolha dos entrevistados: mais 90% da amostra da população pesquisada, possuíam construções na Feira (pequenas lojas), isto significa que, o texto faz referência especialmente, às pessoas que tem ou tinham uma trajetória na Feira das Trocas e uma relação de pertencimento para com ela, ou seja, elas não faziam parte do grupo que aparecia na Feira de forma esporádica.

Dito isto, daremos prosseguimento, apresentando algumas informações no tocante à faixa etária dos entrevistados, escolaridade, ao número de desempregados

antes da Feira, estado civil, quantidade de filhos, moradia, dentre outras variáveis, fazendo um comparativo em alguns casos com dados mais gerais, no âmbito do Estadual, Regional ou Nacional.

Deste modo, queremos demonstrar de forma geral, que a maioria da população da pesquisa encontra-se entre a faixa etária dos 41 aos 50 anos, representando numericamente (5) trabalhadores e percentualmente (33,3% dos entrevistados). Destes, registramos ainda que (3) eram homens e (2) mulheres. Também é substancial a parcela dos trabalhadores entre 36 aos 40 anos com o número de (4) entrevistados. As demais faixas etárias tiveram o mesmo percentual: entre 18 e 20 anos (2 entrevistados); dos 31 aos 35 (2 entrevistados) e os feirantes com mais de 50 anos representam apenas o total de (2 entrevistados). Para melhor visualização desses índices vejamos a tabela abaixo.

TABELA 1: FAIXA ETÁRIA POR SEXO, DA AMOSTRA DOS TRABALHADORES DA FEIRA DAS TROCAS.

Faixa etária	Feminino (%)	Masculino (%)	Total*
Dos 18 aos 20 anos	2	0	2 pessoas
Dos 31 aos 35 anos	0	2	2 pessoas
Dos 36 aos 40 anos	3	1	4 pessoas
Dos 41 aos 50 anos	2	3	5 pessoas
Mais de 50 anos	1	1	2 pessoas

Fonte: Elaboração própria obtida a partir da amostra da pesquisa de campo

Esses dados de certa forma confirmam a tendência nacional apresentada pela Economia Informal Urbana (ECINF 2005) que revela a concentração de pessoas entre as faixas de (25-39 anos) e (40 a 59 anos) totalizando 82,9% das pessoas envolvidas na economia informal. Esses índices também apresentam que a 2ª faixa etária apresentada é a preponderante com 45,6% do total, revelando que a Informalidade significa uma importante alternativa de ocupação para os trabalhadores com idade mais avançada.

A despeito do fato dos trabalhadores entrevistados, terem, na sua maioria, idade superior aos 30 anos, não podemos deixar de fazer referência a outro ponto muito comum na Feira das Trocas que é o trabalho de meninas (adolescentes entre 14-18 anos). Muitos comerciantes acabam levando suas filhas, sobrinhas, netas etc., por associarem a presença delas ao aumento da freguesia, e também porque muitos deles não têm sequer condições de pagar outros funcionários para ajudarem na rotina da

profissão. As meninas apesar da presença frequente e marcante não se reconhecem enquanto participantes da Feira, pois temem alguma retaliação pelo fato de serem menores de idade, optando por ficar na “invisibilidade”.

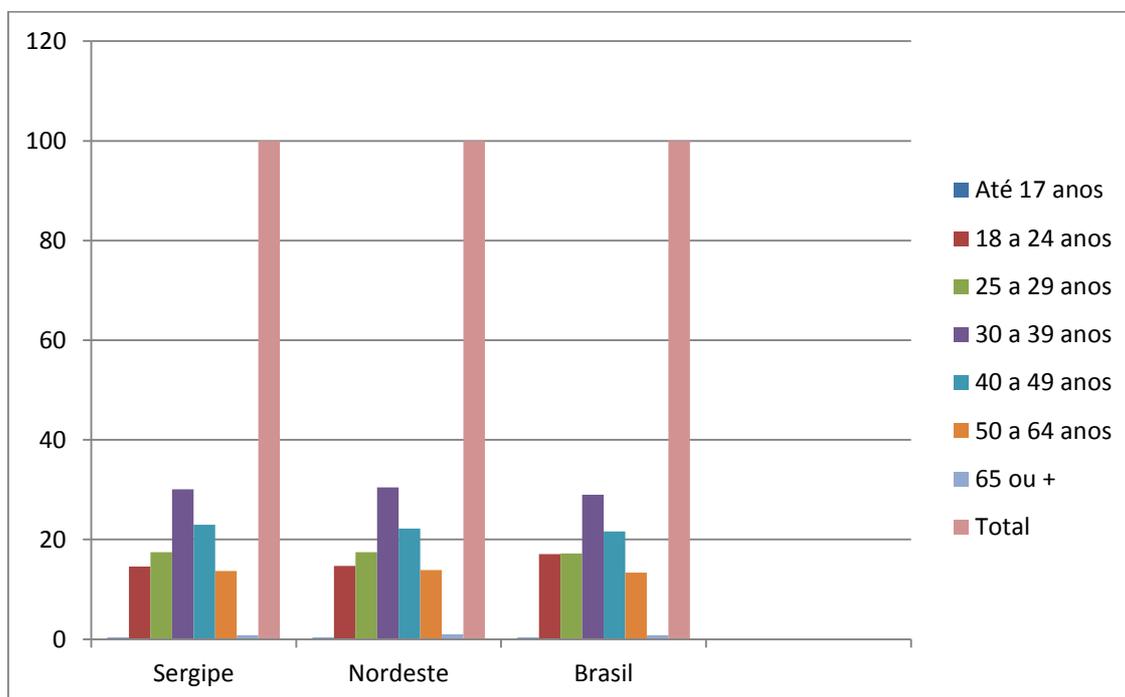
Além disso, convém ressaltar que 14 dos 15 entrevistados relataram já ter ficado desempregado/desocupado em alguma fase de suas vidas, sendo que (10) destes feirantes afirmaram que estavam desempregados/desocupados antes de adentrarem a Feira das Trocas. Neste sentido, podemos concluir que esses fatores combinados (faixa etária acima de 40 anos e o alto índice de desocupação) podem ter contribuído para a inserção desses trabalhadores na Feira das Trocas, haja vista todo receio e dificuldade que existe dos trabalhadores com idade mais avançada conseguir retornar ao mercado de trabalho, principalmente quando se fala em ocupação formal.

Com efeito, os dados nacionais apontam para um aumento no índice de desocupação na década de 90 até os primeiros anos do século XXI, como também confirmam a disparidade que abaliza para desvantagem da mulher no mercado de trabalho. No quesito distribuição dos empregos formais em Sergipe (2010) calcula-se que os homens assumiram 58,8% destes, enquanto as mulheres 41,2%. Já a respeito da desocupação por sexo também em Sergipe, verifica-se que os homens atingiram o número de 8.600 enquanto as mulheres representam quase o dobro desse percentual: 15000.²¹ Tais índices nos sugerem que o aumento da participação de mulheres na atividade informal, pode estar relacionado à ausência de empregos formais para estas. Vale frisar também que a realidade de desemprego não é algo específico desta localidade, mas que dialoga com os aspectos mais amplos já contemplados neste trabalho.

Ademais, os indicadores do MTE 2010 também são expressivos quando o assunto é distribuição dos empregos formais por faixa etária em Sergipe, no Nordeste e no Brasil, demonstrando que há uma redução brusca dos empregos formais depois dos 40 anos. A tabela a seguir divulga a afirmação precedente.

²¹ Dados do IBGE (2010)

GRÁFICO 1: DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGOS FORMAIS POR FAIXA ETÁRIA (EM %).



Fonte: Elaboração própria realizada a partir dos dados MTE. Rais.

A conjuntura nacional, regional e local reforça a alusão apresentada anteriormente, uma vez que indica uma baixa significativa dos empregos formais, tanto para os mais jovens como também uma queda no percentual para aquelas pessoas com mais de 40 anos. Podemos observar no gráfico acima que, em Sergipe, enquanto os trabalhadores com faixa etária de 30-39 anos assumem 30,1% dos empregos formais, os que têm idade entre 40-49 ocupam apenas 23% desses empregos. Antunes (2008) já anunciava essa tendência ao falar das mutações sofridas pela classe trabalhadora e de uma nova morfologia do trabalho, revelando certa disposição do mercado de trabalho em excluir os jovens que atingiram a idade de adentrar no mercado de trabalho, como também os chamados “idosos” pelo capitalismo, que abrange aquelas pessoas com idade acima dos 40 anos.

Paralelamente à exclusão dos jovens vem ocorrendo também a exclusão dos trabalhadores considerados “idosos” pelo capital, com idade próxima de 40 anos e que, uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem reingressar no mercado de trabalho. Somam-se, desse modo, aos contingentes do chamado trabalho informal, aos desempregados, aos “trabalhos voluntários etc. O mundo do trabalho atual tem recusado os trabalhadores herdeiros da “cultura fordista”, fortemente especializados, que são substituídos pelos trabalhadores

“polivalentes e multifuncionais” da era toyotista. (ANTUNES, 2008, p. 10)

Outro aspecto que pode estar relacionado aos fatores condicionantes que levaram em muitos casos esses trabalhadores irem à busca da Feira das Trocas diz respeito ao grande número de ocorrências de pessoas que já realizaram algum “bico” (atividade informal passageira) enquanto estavam desempregadas: 11 entrevistados responderam que já improvisaram algum bico, sendo que entre as mulheres as atividades mais comuns envolviam as atividades domésticas e o cuidado. Já entre os homens não houve regularidade nas atividades que foram citadas, nenhuma se sobressaiu ou se repetiu.

Os apontadores que indicam o grau de instrução da população entrevistada também são importantes para compreendermos em que medida a informalidade e as formas de trabalho precarizadas podem estar associadas à baixa escolarização/qualificação formal. A tabela 2 divulga a situação de escolaridade por sexo dos comerciantes da Feira das Trocas.

TABELA 2. NÍVEL DE ESCOLARIDADE POR SEXO DA AMOSTRA DOS TRABALHADORES DA FEIRA DAS TROCAS.

Escolaridade	Feminino	Masculino	Total dos entrevistados
Ensino fundamental incompleto	3	4	7
Ensino fundamental completo	-	1	1
Ensino médio incompleto	1	-	1
Ensino médio completo	1	2	3
Superior completo	-	-	0
Superior incompleto	1	-	1
Analfabeto	1	-	1
Ensino Técnico	1	-	1

Fonte: Elaboração própria obtida a partir da amostra da pesquisa de campo

Identifica-se na tabela acima que a baixa escolaridade é predominante nesta categoria de trabalhadores. Tal levantamento também nos revela que os maiores

percentuais no que tange a escolarização desses feirantes se concentram no ensino fundamental incompleto, representando a cifra de 7 entrevistados. Em conformidade com os índices acima descritos estão os números do ECINF (2005) revelando que 60,1% da população que está na Informalidade possuem no máximo o ensino fundamental.

Todavia, quando se observa esses números segmentando-os por sexo, verifica-se que apesar de haver maior incidência quantitativa de mulheres que cursaram apenas o ensino fundamental de forma incompleta, sobre a expressão numérica de (3) mulheres, presencia-se de outro modo, a participação feminina nos diversos níveis de escolaridade. Nesse quesito vale frisar que não estamos nos referindo apenas ao fato de haver registro de mulheres com escolaridade superior à dos homens, como também os casos de analfabetismo entre as mulheres revelado na amostragem com apenas uma mulher, mas que pode indicar a existência de outros casos na Feira.

Há ainda que se avultarem os indicativos que apontam para a participação feminina no Ensino médio, tanto completo como incompleto, onde temos a ocorrência de dois casos, igualando-se aí ao quantitativo de homens com o ensino médio completo (dois entrevistados). Do mesmo modo não podemos deixar de mencionar as ocorrências em que as entrevistadas, diferentes dos homens, relataram possuírem um curso técnico ou estarem cursando o Ensino Superior.

Em consonância com esses dados, os índices de âmbito nacional demonstram o avanço na escolarização das mulheres nos últimos anos, superando muitas vezes os números que fazem alusão à escolaridade masculina. Todavia, isso não significou para essas mulheres a admissão em postos mais qualificados ou um aumento da sua renda.

Assim, os dados locais ratificam a tendência nacional que assinala maior escolarização das mulheres, principalmente no que diz respeito ao ensino médio completo, superior completo e incompleto. Dessa forma não podemos associar de antemão a baixa escolarização como um fator determinante para invasão feminina nos trabalhos tidos como precários, até porque é o mercado que muitas vezes dita qual a função que a pessoa ocupará. Conforme declarações das trabalhadoras com escolaridade mais alta (técnico e superior), não surgiram oportunidades de emprego na área em que se formaram ou estão se formando. Logo, é necessário partir para outras estratégias de sobrevivência.

Adiante, a tabela 3 a seguir, exhibe o estado civil desses comerciantes por sexo.

TABELA 3: ESTADO CIVIL POR SEXO DA AMOSTRA DOS TRABALHADORES DA FEIRA DAS TROCAS.

Estado Civil	Feminino	Masculino
Solteiro	6	5
Casado	2	2
Viúvo	-	-
Divorciado	-	-

Fonte: Elaboração própria obtida a partir da amostra da pesquisa de campo

Nota-se acima que há certa equivalência entre o número de casados e solteiros segundo o sexo, mas são salientes os índices de solteiros representando estes 73,3% entrevistados, ou seja, 11 comerciantes. Os casados importam um quantitativo de (4) pessoas. Comumente identificou-se que o público alvo das entrevistas não possui um casamento legal e registrado, o que dificultou para muitos se reconhecerem enquanto tal. Entretanto esse aspecto foi pontuado durante as entrevistas e alguns voltaram atrás nas respostas. Essa questão também incidu no número de divorciados, já que os casamentos não formais incorriam em separações e não em divórcios. Talvez por isso algumas mulheres em vez de se intitulem separadas, já se declaravam enquanto solteiras mesmo.

No que diz respeito à ocorrência de filhos, com exceção de uma jovem de 18 anos, os demais entrevistados declararam que possuíam filhos. Entretanto a média de filhos mostrou-se maior para as mulheres (3,6 filhos) do que para os homens (3 filhos). A união desses últimos indicadores apresentados também possibilita a seguinte reflexão: o número alto de trabalhadores solteiros, associado ao também grande quantitativo de filhos, impulsionariam essas pessoas a buscarem uma alternativa rápida de sobrevivência, restando-lhes a informalidade como saída.

As afirmações precedentes têm um peso ainda maior para as mulheres solteiras, já que na maioria dos casos estudados a remuneração desta é a principal fonte de renda da família, ao mesmo tempo em que existe um número maior de filhos para elas, se comparado aos homens. Convém ainda lembrar que as entrevistadas apresentam muitas vezes como motivo de adentrar na informalidade o fato de possuírem filhos, haja vista que a rigidez de horário do emprego formal não permitiria que elas pudessem se

ausentar muitas vezes para cuidar dos filhos ou levarem eles para o seu trabalho que é o que ocorre costumeiramente na Feira.

Essas motivações também são expostas nos índices nacionais (ECINF 2003) principalmente pelas mulheres (3,9% das mulheres apresentaram os filhos como fator motivacional de adentrar na informalidade; com relação aos homens que indicaram o mesmo motivo esse índice cai para 1,1%), que alegaram o horário flexível do trabalho informal como motivo que as levou a iniciar um trabalho por conta própria. O relato de uma das trabalhadoras expressa o intuito de trabalhar na Informalidade, no caso, a Feira das Trocas:

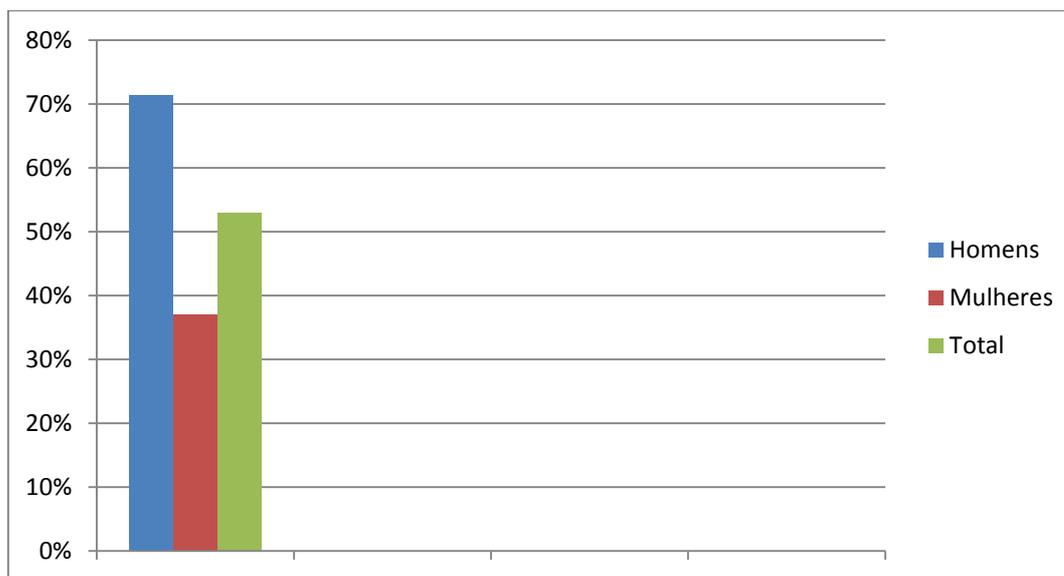
Que queria ganhar dinheiro e não tinha como, e eu vi que o barzinho não dava mais dinheiro pra meus filhos comer, porque pra pagar algumas pequenas dívidas, do que outra coisa, uma faxina ou trabalhar na casa de família porque eu não posso trabalhar em casa de família com esses meninos pequenos não posso trabalhar em casa de família, porque muita gente quer pra dormir. (Josefa, comerciante autônoma, 37 anos).

Não podemos esquecer que tanto para as mulheres que levam seus filhos para feira, como para aquelas que deixam seus filhos em casa para irem trabalhar, sempre existe um sentimento de culpabilidade por elas não exercerem a maternidade de forma plena tal qual a sociedade exige, que possam estar com seus filhos em tempo integral.

Foi elencada também outra característica proeminente com o intuito de demonstrar o quantitativo de trabalhadores autônomos que já possuíram vínculo empregatício formal. As disparidades no tocante ao sexo dos entrevistados são insofismáveis.

Vejamos o gráfico a seguir:

GRÁFICO 2: RELAÇÃO DOS TRABALHADORES DA FEIRA DAS TROCAS POR SEXO, QUE JÁ POSSUÍRAM VÍNCULO EMPREGATÍCIO FORMAL:



Fonte: Elaboração própria obtida por meio da amostra da pesquisa de campo

Conforme os dados apresentados no gráfico, fica evidente que as mulheres que adentraram na Feira das Trocas tiveram menos oportunidade de possuir um emprego com vínculo formal do que os homens, representando um pouco mais da metade da proporção atingida pelos homens. Ou seja, somente 37,5 % das mulheres entrevistadas responderam que já tiveram ocupações com vínculo empregatício, enquanto 71,4% dos homens declararam já possuírem esse tipo de experiência na sua trajetória ocupacional. Antecipamos assim a conclusão que a saída das mulheres do mercado formal colaborou para sua entrada no comércio informal.

Segue abaixo a tabela contendo informações acerca da região de moradia dos comerciantes autônomos da Feira das Trocas.

TABELA 4: LOCALIZAÇÃO DE DOMICÍLIO POR SEXO DA AMOSTRA DOS TRABALHADORES DA FEIRA DAS TROCAS.

Localização de Domicílio	Homens	Mulheres	Total
Morou na Zona Rural	3	4	7
Mora na Zona Rural	-	-	-
Sempre Morou na Zona Urbana	4	3	7
Não respondeu	1	-	1

Fonte: Elaboração própria obtida a partir da amostra da pesquisa de campo

Apreende-se por meio da tabela exibida que boa parte desses trabalhadores informais veio do ambiente rural, sendo que este índice é mais alto quando se refere às mulheres. Vê-se que metade das mulheres afirmou ter vindo da Zona rural. Os homens por sua vez aparecem numa razão um pouco menor ao número de mulheres, mas também significativa, com (3) entrevistados, declarando-se originários da Zona rural. Como forma de compreender esses indicadores e sua representatividade no contexto em questão, reitera-se novamente a análise apresentada por Oliveira (2009) que evidenciou a migração da população rural sergipana para Aracaju nos últimos 25 anos, ocasionando um esgotamento do mercado de trabalho formal e um escoamento dessa população para a informalidade.

A despeito do grande número de feirantes que vieram da Zona rural, atualmente 100% destes moram na Zona urbana. Isso porque eles alegam a falta de oportunidade e perspectiva em suas regiões de origem, além da pouca rentabilidade para aqueles que já trabalhavam com comércio. A possibilidade de ter maiores oportunidades de emprego foi um dos fatores mais relevantes que atraiu essa população para região urbana. No que tange o local de moradia desses trabalhadores, é interessante frisar que 100% deles habitam atualmente as regiões periféricas da Grande Aracaju (que inclui neste caso além de Aracaju os municípios de Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão).

Outrossim, a situação domiciliar desses comerciantes revela não apenas sobre a situação econômica do público alvo da pesquisa, como também as expectativas deles no que diz respeito a Feira. A tabela abaixo nos coloca algumas informações sobre o assunto.

TABELA 5: SITUAÇÃO DOMICILIAR POR SEXO DA AMOSTRA DOS COMERCIANTES DA FEIRA DAS TROCAS.

Situação domiciliar	Homens	Mulheres	Total
Proprietário	4	3	7
Locatário	2	4	6
Agregado familiar	-	1	1
Não respondeu	1	-	1

Fonte: Elaboração própria obtida a partir da amostra da pesquisa de campo

Verifica-se a partir dessa amostra, que as mulheres padecem mais a carência de um imóvel próprio, pois, enquanto mais da metade das trabalhadoras entrevistadas (5 mulheres) vivem de aluguel ou como agregada familiar nas periferias da capital sergipana, 4 entre 7 entrevistados homens declararam serem proprietários das casas em que residem. Um percentual significativo de trabalhadores sem imóvel próprio para ambos os sexos, mais um tanto díspar se comparado um ao outro.

Com relação aos entrevistados que habitavam no seu próprio imóvel, eles informaram que essa conquista foi graças a Feira das Trocas, e os que não possuíam afirmaram que estavam se organizando na Feira para que um dia pudessem usufruir de um. Fica nítido aí, que a despeito de exercerem uma atividade que não oferecia nenhuma garantia, eles depositavam suas perspectivas de vida neste trabalho.

Outro condicionante que contribui para caracterização do perfil desses trabalhadores e o seu histórico ocupacional é a idade em que começaram a trabalhar. O cenário nacional, de acordo com os índices ECINF (2005), evidencia que 56,4% dos comerciantes informais iniciaram suas atividades no mundo do trabalho com até 14 anos. Acrescentando o percentual dos que encetaram entre os 15-18 anos, essa proporção alcança 87% desses trabalhadores. Observamos também na Feira das Trocas certa similitude com as estatísticas brasileiras. Vejamos a tabela abaixo:

TABELA 6: AMOSTRA DOS COMERCIANTES POR IDADE EM QUE COMEÇARAM A TRABALHAR, POR SEXO.

Faixa Etária	Homens	Mulheres	Total
Até 9 anos	1	3	4
10 a 14 anos	4	2	6
15 a 17 anos	0	2	2
18 a 19 anos	0	1	1
20 a 24 anos	2	0	2
25 anos ou mais	0	0	0

Fonte: Elaboração própria obtida a partir da amostra da pesquisa de campo

Percebe-se na tabela acima que a maioria das mulheres da Feira das Trocas começou a trabalhar ou na infância ou na adolescência, somando essas duas opções, temos o número de (7) mulheres entre (8) que foram entrevistadas. Já com relação aos

homens, uma parcela majoritária alega que iniciou às suas atividades produtivas entre 9 e 14 anos de idade. No entanto há casos em que homens começaram a trabalhar entre 20 e 24 anos, já entre as mulheres não existe nenhuma ocorrência desta variável. Neste sentido, visualiza-se uma realidade muito semelhante entre esses trabalhadores, o que torna visível a longa trajetória ocupacional desses comerciantes que estão na Feira das Trocas.

Ainda a respeito da trajetória ocupacional desses comerciantes, perguntamos a eles se já haviam trabalhado em outras feiras antes da Feira das Trocas e obtivemos o seguinte resultado: Apenas (3) mulheres informaram já ter trabalhado em outras feiras. Já entre os homens esse quantitativo sobe para (4) feirantes. Deduzimos assim que provavelmente esses trabalhadores, em especial as mulheres, quando optaram por trabalhar na Feira das Trocas é porque não tiveram outras oportunidades de empregos ou mesmo outro tipo de trabalho com vínculo precário.

Importa saber, além disso, como forma de complementar a dimensão da condição socioeconômica dos entrevistados, o modo como esses fazem para obter informações e como eles aproveitam seu momento de “lazer”, ou em outras palavras, longe do espaço de trabalho. Neste sentido, as respostas obtidas foram as seguintes: Todos os entrevistados afirmaram ter a Televisão como principal meio de informação, sendo que destas, 4 pessoas também mencionaram fazer uso também do rádio, 5 pessoas liam jornais, ainda que de forma esporádica e 3 pessoas usavam a internet. Quatro entrevistados relataram fazer uso apenas da Tv para se informar. Todas as 4 pessoas citadas anteriormente eram mulheres.

Sobre a relevância da caracterização antecedente, diz respeito a um fato notório ainda nos dias de hoje em que as mulheres possuem mais escolaridade que os homens, entretanto a literatura do trabalho vem demonstrando como as mulheres tem menos acesso às novas tecnologias de informação e comunicação.

A Televisão também aparece como principal forma de lazer desses comerciantes. Além disso, eles apontam as praias e os bares como espaços de lazer. Todavia cabe destacar que o lazer no caso desses feirantes aparece como algo bastante eventual. A rotina do trabalho na Feira das Trocas, associada ao trabalho doméstico (para a grande maioria das mulheres) os deixam sem tempo e desestimulados para esse tipo de prática. Pode-se também associar os baixos rendimentos como fator coadjuvante a esse desestímulo. A fala de Josenilton, 38 anos, confirma esse desânimo e a ocasionalidade do lazer na vida desses trabalhadores.

Eu não sei qual foi o dia que eu tive um lazer pra falar a verdade. Não quando eu quero curtir mesmo, quando eu quero passar uns dias fora eu vou pra Salvador pra casa de minha mãe. Aí eu ia pra lá. De ano em ano eu vou pra lá. Só que esse ano eu não fui não, eu tava meio apertado e não fui não. Agora tem assim de 2 ou 3 meses eu vou pra praia, as vezes 1 mês e meio. Eu não gosto muito de curtir não. Meu tempo de curtir acabou. Eu sou mais caseiro agora, tá em minha casa.

Vale ressaltar ainda, que se trata de uma parcela da população que de modo geral não teve escolaridade, já que relataram majoritariamente só possuírem o ensino fundamental incompleto. Isso implica afirmar a existência de várias limitações na vida desses trabalhadores, inclusive que lhes é negado o acesso à informação, cultura, lazer, para ambos os sexos. Isso implica dizer que, o trabalho acaba se transformando na maior primazia de suas vidas. O lazer desta forma estaria associado ao tempo despendido com a família dentro da esfera privada. Pode-se visualizar essa premissa através da fala de D. Ionice,

Vou aqui na casa de minha filha. Também assisto Televisão. Vou na casa de minha filha e pronto é só. (Ionice, comerciante autônoma, 56 anos).

3.1.2 Renda e Divisão Sexual do Trabalho

Existem ainda outras variáveis que merecem destaque na caracterização do perfil desses trabalhadores/as, já que revela o lugar das mulheres na Informalidade bem como a valor que o seu trabalho adquire. A primeira delas refere-se à renda desses trabalhadores: Entre os (7) homens que foram entrevistados, (4) trabalhadores nos informaram que percebiam em média uma renda em torno de dois a três salários mínimos. Outro trabalhador relatou receber cerca de um salário mínimo e os demais dois, abaixo dessa renda mínima.

No que tange à remuneração das mulheres um aspecto sobressaiu-se entre outros: metade das mulheres que foram entrevistadas (4 mulheres) afirmou que não conseguiam contabilizar a renda que recebiam, pois à medida que auferiam seus lucros iam gastando de imediato e que por isso não possuíam uma média. Disseram também ter ciência que não deveria ser muito, dada às condições de pobreza em que se encontravam. Algumas dessas mulheres também alegaram só ter noção do que

conseguiram receber via política pública do Governo Federal, leia-se aí, Bolsa Família²². Concernente às demais trabalhadoras entrevistadas duas delas apresentaram renda superior a um salário mínimo, outra conseguia uma renda um pouco superior a um salário mínimo e a restante afirmou receber apenas 1/3 de salário.

Compreende-se a partir daí, que em média, os homens percebem rendas superiores à renda das mulheres. Duas análises nos permitem ponderar melhor sobre essa realidade que não é apenas da Feira das Trocas: A primeira diz respeito ao fato das mulheres exercerem atividades que são consideradas extensão das atividades do lar, ou seja, àquela que são naturalmente atribuídas a elas e conseqüentemente gratuitas. A outra dimensão leva em consideração a questão particular da Feira das Trocas, já que são os homens em sua maioria que assumem as atividades mais vinculadas a ilicitude na Feira. De acordo com a fala dos entrevistados, fica subentendido que a venda de produtos roubados possuem uma margem bem maior de lucratividade.

Segundo Lobo (1991), a lógica dual do mercado (Formal X Informal) que indica a existência de um setor estável e bem remunerado de um lado e outra vertente que não recebem bons salários e que possuem vínculos trabalhistas precários não consegue dar conta da questão que envolve a divisão sexual do trabalho. Como explicar, por exemplo, que em meio a essa população com baixos salários a mulher tenha remunerações ainda menores?

Com efeito, vale ressaltar que estudos realizados por Nogueira (2004) demonstram que esta é uma realidade não somente da informalidade Brasileira/Sergipana, do contrário, está é uma tendência mundial. Nogueira apresenta dados estatísticos já na década de 90 mostrando que as mulheres trabalhadoras percebiam onerários inferiores não só nos países periféricos como também em todos os países europeus. Todavia as disparidades salariais eram mais aviltantes nos países periféricos com diferenças salariais em torno de 50% a mais nos salários quando comparada aos homens.

Não obstante a renda das mulheres trabalhadoras consistir em um valor rebaixado quando confrontado aos trabalhadores, ela já não tem a mesma representação de complementariedade que tinha há alguns anos atrás (quando as mulheres começaram a se inserir nas fábricas). Grande parte dos entrevistados (11 pessoas) respondeu que estavam solteiros, destes, 6, eram mulheres. Esses dados coadunam com uma condição

²² É um programa criado no Governo Lula de transferência de renda, que consiste na ajuda financeira as famílias pobres que tenham renda per capita entre 70 a 140 R\$.

atual da mulher, que demonstra que elas assumem sozinhas seus lares. Isso significa que sua renda, hoje em dia, tem outro peso para estrutura familiar. Nestes casos podemos então concluir que a saída cada vez mais intensa das mulheres para o mercado de trabalho não tem como única explicação a busca de uma autonomia ou libertação feminina, mas substancialmente uma tentativa de manutenção/sobrevivência familiar. Apesar da constatação do surgimento de novas formas de organização das famílias, incluindo muitas famílias chefiadas por mulheres, também precisamos reconhecer que prevalecem ainda os papéis sociais hierarquicamente estabelecidos dentro dos lares (NOGUEIRA, 2006) e tudo isso coaduna para a presença feminina neste tipo de atividade.

Ainda para lograr os objetivos desta pesquisa, faz-se necessário também expor mais alguns questionamentos que darão subsídios à questão central deste estudo. Neste sentido, quando interrogamos aos trabalhadores homens sobre os produtos que eles comercializavam na Feira, ou o tipo de atividade que desempenhavam na feira, obtivemos respostas diversas: 2 responderam que vendiam peças para eletrônicos e computadores; 1 trabalhador vendia ferragens; 1 trabalha com a compra e venda de ciclomotores, 1 vende e conserta de relógios; 1 vende utilidades de modo geral e 1 vendia laranjas. Contudo, o que se pretende tornar visível neste tópico é a diferença entre as atividades exercidas por homens e mulheres nesta feira.

Conforme amostra da pesquisa de campo, 7 mulheres trabalham no ramo da alimentação e 1 apenas com bebidas. Isso significa que todas as mulheres entrevistadas estão envolvidas com as atividades tidas como “femininas”, aquelas diretamente associada à esfera reprodutiva, que abrange o fazer alimentício e ato de servir. Quando foram indagados se eles sempre comercializaram os mesmos produtos na Feira ou se já comercializaram outros, apenas um trabalhador respondeu positivamente a essa pergunta, advertindo que já havia vendido amendoim, caldo de cana há mais de trinta anos atrás, o restante reafirmou sempre vendeu o mesmo tipo de produto.

É interessante contextualizarmos esses dados relativos ao tipo de atividade desenvolvido pelas mulheres na esfera pública. Para tanto, é relevante exemplificarmos que o fato das mulheres estarem hoje se multiplicando no mercado de trabalho não significa que assumiu os postos qualificados em condições de igualdade com os homens. Conforme literatura do trabalho, o panorama mundial do emprego confirma que as mulheres continuam exercendo as funções vinculadas aos setores de saúde, educação e serviços de cuidado. Tal constatação não pode ser feita de caráter aleatório,

é preciso entender que as mulheres foram e são preparadas desde sua infância para exercer as tarefas de mãe/esposa: costura, cuidado com as crianças e os afazeres domésticos. Muito embora essa afirmação possa parecer óbvia hoje, durante muito tempo, a qualificação tácita feminina era vista como algo natural, ou enquanto algo que não foi fruto de uma formação. Isso tudo acarreta na desvalorização desse tipo de trabalho.

Dessa forma, partimos da percepção que não dá para entender o trabalho produtivo desarticulado das relações sociais e familiares. Logo, os dados já apresentados em outro momento confirmam que a maioria desses feirantes iniciaram suas atividades produtivas desde cedo, já que ainda crianças eles eram direcionados para aprender determinadas atividades que de certa forma contribuíram para suas escolhas futuras. É claro que o fator “estruturas familiares/sociais” não é o único elemento explicativo, tão pouco determinante para escolha profissional desses trabalhadores, no entanto são elas que apontaram o caminho profissional possível: “eu aprendi a fazer isso”, “eu só posso fazer isso”, “o mercado de trabalho só tem isso a oferecer para pessoas com baixa qualificação”. Vejamos o relato de algumas feirantes,

Com 8 anos de idade já tomava conta de crianças. Nunca tive muita sorte não. Minha mãe era muito rígida comigo. A vida foi muito dura comigo. (Josefa Conceição, comerciante, 37 anos)

Com 9 anos eu fui estudar na casa de minha avó, aí no Bairro América, que eu morava no interior mesmo, não era nem em Laranjeiras, era numa fazenda, aí não tinha como estudar aí eu fui pra casa de minha avó, como lá eu não tinha condições de ficar aí eu fui trabalhar na casa de uma pessoa, sendo babá né? Aí foi com 9 anos e passei 1 ano na casa dela, depois saí, fui trabalhar como uma doméstica nas casas, aí com 15, conheci meu marido, 16 fiquei grávida, tive que sair pra casa de minha mãe, depois foi quando eu me interessei pro lado dos salgadinhos. Aí fui trabalhar na casa de uma pessoa, aí fui aprendendo, aprendendo, aí depois saí da casa dela aí fui trabalhar pra mim. (Rosana, comerciante, 39 anos)

(...) É assim, eu comecei com 12 como eu falei, mas não foi ne Feira de Troca não. Isso aí foi, as Trocas começou ne minha vida tem uns 5 ou 6 anos. Não, eu trabalhei, eu ajudava minha mãe, minha mãe vendia peixe na Feira do Siqueira, ali na antiga oficina, que tinha ali na Feira do Siqueira ali na Carlos Correia, aí como eu já negociava sempre, desde pequena, fiquei com aquele vínculo de negociar, entendeu? (Maria José, comerciante, 44 anos).

No mesmo diapasão, interrogamos a amostra populacional da pesquisa se estes possuíam box ou construção na Feira, e todos eles nos responderam que sim, com exceção duas entrevistadas já que uma apenas servia em um pequeno restaurante da

Feira e a outra vendia seus salgadinhos para uma pessoa que possui um box. Verificou-se também, ao mesmo tempo, que a população da pesquisa não exercia outro tipo de atividade remunerada para além dessa que cumpriam na Feira das Trocas.

Podemos visualizar, sob a luz dos dados apresentados, que apesar de falarmos em mutações no mundo do trabalho, quando nos reportamos ao trabalho feminino o que predomina é o fato das mulheres terem menos oportunidades de emprego, renda e vínculo formal que os homens. Essa situação pode estar também associada ao fato de que as mulheres têm menos oportunidades de profissionalização e capacitação e neste caso específico de escolarização – as responsabilidades domésticas inviabilizam muitas vezes a participação delas em cursos profissionalizantes ou de capacitação. A permanência e a combinação desses fatores contribuem para desvalorização do trabalho feminino.

Por fim, queremos ressaltar que todas as variáveis apresentadas neste capítulo também refletem as mudanças experimentadas pelo mundo do trabalho nos últimos anos. O perfil traçado e as nuances da trajetória ocupacional desses trabalhadores também nos ajudam a compreender os caminhos que levaram precisamente essas pessoas a adentrarem na Feira das Trocas. É evidente que não estamos apontando isso como algo determinado, pois cada um dos entrevistados possui suas motivações e particularidades. No entanto, desde já ponderamos que esse foi apenas um viés parcial dos dados obtidos, outras abordagens serão feitas nos próximos capítulos, sem o objetivo de esgotar o assunto.

3.2 Breves Considerações:

Com efeito, identificou-se que as relações diferenciadas de gênero têm implicações diretas para o mundo do trabalho. Neste sentido, vale a pena retomar as caracterizações apresentadas não apenas como forma de síntese, mas para conectarmos as análises em questão.

Observaram-se possíveis explicações para que a Feira das Trocas tenha se tornado uma opção de trabalho para as mulheres nos últimos anos, já que o número de trabalhadoras havia crescido de forma notória. Em suma, viu-se que as mulheres possuem uma trajetória ocupacional mais distante do segmento formal de emprego, restando-lhe como alternativa a informalidade. Do mesmo modo ainda pode-se associar a faixa etária de idade avançada e o alto índice de filhos como fatores que

impulsionariam de forma contundente a mulher a este tipo de emprego, pois permitiria maior flexibilidade para cuidar dos filhos.

Os dados apresentados também apontaram para algumas mudanças quanto a escolaridade. Sabe-se que historicamente a mulher sempre teve menos acesso a educação formal do que os homens, mas que esse quadro vem se modificando na atualidade. No entanto, também se pode afirmar que as alterações neste sentido não repercutem na valorização do trabalho feminino, do contrário, os indicativos revelam certa tendência mundial na percepção de rendimentos inferiores por parte das mulheres.

E por fim, ressalta-se que diferente dos homens, a participação feminina na Feira das Trocas restringiu-se a realização de atividades no setor alimentício. Esta separação está ancorada na percepção de que as mulheres não possuem a capacidade necessária para assumir determinadas funções. Em contrapartida, conforme visão hegemônica do mercado de trabalho, ela deveria ocupar os postos mais próximos as atividades domésticas, tendo em vista que a mulher teria atributos naturais para desenvolver tais afazeres. Como resultado, visualiza-se a taxação desse tipo de trabalho como não-qualificado, o que legitimaria os baixos rendimentos.

CAPÍTULO IV– NUANCES DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA INFORMALIDADE.

O trabalho assalariado não está isento das relações de trabalho doméstico, e os antagonismos de sexo atuam tanto no trabalho como no conjunto da vida social. Com efeito, as diferenciações sociais entre os sexos aparecem igualmente constitutivas das relações fundamentais do trabalho assalariado. (CHABAUD E FOUGEYROLLAS, 1986, P.117).

4.1 Condições de Trabalho e Jornada dos Trabalhadores (as)

Ao longo da História, foram forjadas desigualdades que afetaram as relações sociais entre homens e mulheres em favor dos homens. Em virtude disso os estudos que partem de uma perspectiva de gênero buscam sempre realizar análise sob o viés sócio-histórico. Compreende-se que essa lógica hegemônica e desvantajosa para as mulheres foi assimilada e aprofundada pelas relações sociais capitalistas, atribuindo-se a ela uma conotação natural. A sociedade capitalista passa a fazer uso do trabalho feminino, mas não abre mão dos discursos biologicizantes que separam as mulheres da esfera produtiva, já que isso contribuiria para rebaixar os salários destas. Por isso, observa-se que o advento da mão-de-obra feminina ao mercado de trabalho (na esfera pública) durante o processo de revolução industrial vem para garantir as funções vitais do modo de produção capitalista, tornando-se algo de grande relevância para lucratividade do capitalista.

. Assim a força de trabalho de mulheres e crianças torna-se de grande importância

O emprego das máquinas torna supérflua a força muscular e torna-se meio de empregos para operários sem força muscular ou com desenvolvimento físico não pleno, mas com grande flexibilidade. Façamos trabalhar mulheres e crianças! Eis a solução ao que pregava o capital quando começa a utilizar máquinas. Essa potência que substituía o trabalho e operários se torna o meio de aumentar o número dos assalariados, englobando todos os membros da família submetendo-os ao capital. (MARX, 1969: 90).

Por conseguinte, permanecem as disparidades que designam papéis distintos pra homens e mulheres e que envolvem relações de poder entre os sexos. Quando essas relações desiguais são assimiladas no mundo do trabalho têm-se a divisão sexual do trabalho, que designa tarefas com maior valor social aos homens. Neste sentido, a categoria “Divisão sexual do Trabalho” é imprescindível não só para reconhecimento

dessas dessemelhanças, mas também para realizar-se todo e qualquer estudo que abrange a esfera do trabalho, visto que, esta surge para questionar conceitos sociológicos, pretensamente neutros, mas que possam recair em percepções estereotipadas e biologicizantes (LOBO, 1991).

Por meio da categoria “Divisão Sexual do Trabalho” também se pode averiguar com clareza a relação causal que se estabelece com frequência no processo de feminização do trabalho desqualificado. O conceito em questão nos dá subsídios para questionar a pré-noção que naturaliza a qualificação feminina, ou seja, a ideia que a mulher já nasceu com determinados “dons” para desenvolver certas tarefas e que por isso a atividade desempenhada por elas são consideradas menos complexas. Sob a ótica dessa categoria, a qualificação feminina deixa de ser algo biológico e reaparece como algo cultural, que foi adquirido ao longo da vida das mulheres numa relação de aprendizagem não formal.

Em face dessa questão, rejeitamos outra vertente explicativa da precarização feminina que credita o pauperismo das mulheres apenas utilizando do argumento da falta de qualificação feminina, pois é nítida a forma como o capitalismo se apropria das qualificações femininas, embora não as reconheça ou valorize enquanto tal.

A disparidade existente entre produção/reprodução vai se expressar numa divisão sexual do trabalho que sustentará as relações sociais entre os sexos (COMBES e HAICAULT, apud, LOBO, 1991), isto é, ela é basilar na construção do poder exercido pelos homens sobre as mulheres principalmente na composição familiar (Nogueira 2006). Por isso se faz imperativo a análise do trabalho em um viés em que se articulem as esferas da produção/reprodução, quer seja trabalho de mulheres quer seja trabalho de homens (KERGOAT, 1986).

Alicerçada na literatura que envolve a temática “Trabalho e Gênero” e nos dados empíricos que dão suporte a essa pesquisa, indica-se fortemente neste estudo a presença de uma divisão sexual do trabalho nas duas esferas da vida humana: produção e reprodução. Especificamente neste item buscou-se analisar as condições de trabalho na Feira das Trocas para homens e mulheres. A avaliação das entrevistas tentou abandonar a percepção dicotômica entre objetividade e subjetividade, partindo de uma lógica de inter-relação desses conceitos. Neste primeiro momento, as perguntas abordarão a experiência desses(as) trabalhadores(as) na Feira das Trocas: o que esses feirantes comercializavam, a jornada de trabalho, se eles exerciam outra atividade

remunerada, se já ocorreu de ficarem doentes por causa do trabalho, se tiravam férias por conta própria dentre outros temas.

Salienta-se que o intuito analítico centrado na Divisão Sexual do Trabalho não se constitui na realização de uma mera descrição sobre as diferenças existentes entre homens e mulheres na sociedade contemporânea, isso seria insistir numa situação pleonástica. É muito mais que isso. É tentar entender como historicamente as especificidades de gênero se forjou e fundamentou uma desigualdade que é utilizada pela sociedade capitalista em forma de “sexualização das ocupações”²³, para baratear os custos com mão de obra da classe trabalhadora. (NOGUEIRA, 2006). Não é por acaso que a mulher vem ganhando cada vez mais espaço no mundo do trabalho em um momento de crise do capital e de intensa destruição de direitos da classe trabalhadora.

Portanto, daremos enfoque no diagnóstico que revela as assimetrias de gênero nas condições de trabalho. Com efeito, isso só foi possível por meio da análise dos dados que evidenciam a presença da divisão sexual do trabalho não somente na esfera privada e reprodutiva como também seus novos contornos na esfera produtiva, e de como ela é recriada na informalidade. Assim, apresentaremos um comparativo para expormos as disparidades e similitudes nas respostas de homens e mulheres que compunham a Feira, bem como, demonstrar através da fala dos próprios entrevistados como as duas esferas do trabalho estão conectadas, uma influenciando a outra de forma direta ou indireta.

Dessa forma, quando os comerciantes foram interrogados sobre as motivações que os levaram a irem trabalhar na Feira das Trocas, tinha-se como objetivo analisar os fatores que contribuíram para que um trabalhador se submetesse a condições laborais tão degradantes: se era apenas pela dimensão econômica, o desemprego ou por que assumiram o discurso mais voltado para concepção empreendedorística: a de que seria melhor trabalhar para eles mesmos, pois assim teriam mais autonomia. Ao passo que obtivemos diversas respostas, também se constatou certa regularidade em alguns aspectos. Predominam nas declarações dos entrevistados abaixo, a justificativa do desemprego e da falta de perspectiva profissional. Além do mais, os relatos trazem outros elementos para se pensar a realidade da população pesquisada em questão.

Falta de emprego mesmo, opção. Já ficando velho e a firma não querendo mais aceitar, aí vim procurar o trabalho informal. (José Nery, 59 anos, comerciante).

²³ Expressão retirada de: BRUSCHINI, M. C. Aranha. Sexualização das ocupações: O caso brasileiro. IN: Cadernos de pesquisa, nº 28. Fundação Carlos Chagas: 1978.

Pra ganhar meu dinheiro né? Vender minhas coisas, ter meu dinheiro. É é é pra sobreviver, que nêgo só ganha mesmo é pra sobreviver. (Joselita, 46 anos, comerciante).

A partir dos depoimentos expostos sugere-se que o desemprego masculino, contribui ou em certa medida é o fator motivacional da inserção feminina no trabalho na esfera pública. Não obstante, a desocupação do marido ou companheiro dessas feirantes tem repercussões diretas na renda familiar. Isso não quer dizer que as mulheres aderem a informalidade tão só com esse pretexto, mas que o trabalho fora de casa não se impõe enquanto um princípio na vida da mulher, haja vista toda cobrança social para que ela permaneça no lar, em razão da família etc. Assim o trabalho na história da mulher não acontece somente de um querer subjetivo, mas sim a partir de uma necessidade objetiva de sobrevivência e garantia da própria reprodução e de sua família.

Adianta-se que os relatos não tiveram grandes alternâncias quanto a este quesito. Porquanto, em conformidade com o que foi apresentado, Pacífico (1986) nos mostra que é necessário entender as ações das mulheres, suas motivações a partir do seu cotidiano familiar. Comumente, as mulheres optam por trabalhar fora de seus lares por necessidade econômica. O Trabalho aí não aparece como um objeto de suas vontades e sim como algo imperativo devido à necessidade de criar os filhos e etc. Mesmo quando elas relatam que foram atraídas pelo ideal sedutor de fugir do controle patronal e “ser patrão de você mesma”, este acaba sendo apenas um reflexo do motivo concreto de se apostar numa informalidade tão precária.

Assim porque, pra trabalhar pros outros, ou você ganha ou a mesma coisa daqui ou menos do que aqui, e assim, a cobrança é maior neh? E lá você tem que cumprir horário (de 8h até 7h ou de 8h às 8h né?) e aqui não, eu chego 5h da manhã e 2h (14h) eu vou embora. E abro no dia que eu quero, se eu não quiser abrir hoje,...tenho mais tempo pra ficar com meus filhos, que eu tenho filho gêmeos. (Valéria, comerciante, 37 anos)

Além disso, são as mulheres que frequentemente abdicam do sucesso profissional da busca de qualificação para o trabalho, para não fugirem “ao seu destino natural” que é o de ser esposa, mãe e dona de casa. Assim, restam poucas opções no mercado de trabalho aquelas mulheres que não “abandonaram seu destino”, sendo que das poucas opções existentes, presencia-se que estão normalmente associadas aos trabalhos com salários menores, a não garantia de direitos sociais dentre outros.

Os homens por sua vez não veem sua vida fora do trabalho. É claro que as condições econômicas também estão atreladas a sua escolha, no entanto, é algo considerado natural ele ter que trabalhar. Isso quer dizer que para além das necessidades econômicas os homens buscam no trabalho satisfazer anseios individuais, leia-se também, projeções culturais sobre sua função em sociedade. Quando isso não ocorre, a informalidade nestes casos aparece como alternativa rápida ao desemprego ou inatividade, algo impossível de pensar para estes homens que aprenderam que seu papel social é o de provedor.

É importante destacar também que no caso específico da escolha pela Feira das Trocas, aparece para ambos os sexos, a compreensão de uma maior rentabilidade dos comerciantes ao fugir do controle do Estado, na medida em que eles não precisam pagar impostos aos órgãos estatais.

É realmente porque quando você começa a trabalhar pra si próprio, aí quer dizer, eu me sinto mais a vontade. Achei bom, quer dizer, antigamente eu já tava acostumado daí insisti pra ver como é que tá. É que é melhor, pra mim é melhor do que, eu já fui até pro centro, trabalhar no centro, mas fica cercando, até na feira livre, se a gente bota uma banquinha tem que ter aquele negócio todo. Eu botei até uma rodeirinha pra andar, uma tela com uma rodeirinha, mas se você para um pouco, aí já fica complicado, aí eu não gosto de ser chamado atenção, eu já tô coroa já, aí é chato. (Lucas, comerciante, 46 anos).

Aí agora, o que? Uns 5, 6 anos, eu tinha, eu morava na Soledade, passei a morar na Soledade, montei um trailer de lanche lá, só que a prefeitura depois desativou o meu trailler que eu tinha, eu pagava certinho mas desativou, e eu fiquei sem noção. Aí foi quando eu fazia lanche, foi quando surgiu essa feira das trocas, que começou lá no Bairro América, na época eu tinha conhecimento na linha do trem, mas nunca fui pra lá. Aí quando surgiu lá no Bairro América eu fui, assim entregar lanche, essas coisas e fiquei e até o momento que desativou eu também tava lá entregando. (Maria José, comerciante, 44 anos).

De antemão vale destacar que muitas das condições indignas de trabalho são sofridas por toda uma categoria de feirantes. Entretanto, as consequências mais graves das situações expostas alcançam de modo mais incisivo as mulheres. Assim, apresentaremos no primeiro instante, as circunstâncias que são comuns para ambos os sexos, mas que servem para conhecer a realidade desses comerciantes.

Neste sentido, é interessante trazer à baila que o cotidiano desses trabalhadores sempre fora marcado por inseguranças e incertezas, mesmo antes de adentrarem a Feira das Trocas, mas principalmente depois dela. Conforme perfil dos

comerciantes, já verificado neste estudo, identificou-se que muitas deles já vivenciavam o desemprego antes da informalidade. Porém ao se inserirem nesta feira, a dúvida permanece enquanto algo constante em sua rotina: esses feirantes ao irem para o trabalho, não tem a certeza de que continuará no local que estão ocupando, ou se serão expulsos de lá; não sabem se será preciso fechar o comércio mais cedo ou se perderão suas mercadorias sem notas fiscais, haja vista a chegada das batidas policiais; não tem a certeza dos rendimentos, nem tão pouco se a mudança climática os obrigará a fechar a barraca em que trabalham, dentre outras tantas incertezas que afetam a vida de muitos trabalhadores informais.

Entretanto, mesmo diante de um contexto tão instável que esses feirantes vivenciavam, todas as vezes que eles ocuparam ou ocupam uma região e principalmente quando eles estavam situados no terreno da Av. Tancredo Neves (concedido pelo Estado) eles depositavam expectativas futuras de permanências na localidade. Isso explicaria o fato deles sempre procurarem investir suas finanças para melhorar a estrutura do local que ocupam, já que a grande maioria dos trabalhadores que foram entrevistados possuía alguma construção na feira, ou mesmo uma barraquinha, até em momentos em que a Feira se desloca para outras localidades com frequência, homens e mulheres buscam improvisar suas construções.

Cabe assinalar também que 14 dos 15 feirantes entrevistados asseveraram que não possuíam outra atividade remunerada. Apenas uma trabalhadora confessou comercializar peças íntimas para adquirir maior percentual de renda. A falta do exercício de outras atividades remuneradas indica não apenas uma escolha desses trabalhadores, como também a falta de oportunidade desses comerciantes para trabalhar em outra empreitada senão a Feira das Trocas. Cabe lembrar também que a imagem negativa que a referida Feira tem para a sociedade colabora para que isso ocorra, tendo em vista que o trabalhador carregaria este estigma para outras funções que viesse a desempenhar.

Quando inquirimos os entrevistados sobre a forma utilizada para adentrarem a feira das Trocas, identificamos que para os antigos feirantes bastava se aproximar para que pudesse se estabelecer na Feira. Depois que a Feira se instalou no terreno concedido pelo Estado durante quase 9 anos, diversas construções de alvenaria se proliferaram no local. Muitos feirantes antigos construíram lojas que não iriam utilizar, apenas para vender. Então, muitos dos vendedores recentes, principalmente as mulheres que chegaram à Feira há pouco tempo, fixaram-se na feira após ter comprado ou alugado

algum box, ou construção como eles mesmos chamavam. É evidente que a venda dessas construções não se dava apenas por aqueles que investiram na construção como forma de lucrar. Muitas vezes, depois de algum tempo que o feirante estava estabelecido, este acabava desistindo de permanecer com esta profissão e efetuava a venda da lojinha que havia erguido.

Neste sentido, era muito comum os casos em que trabalhadores que acompanham a Feira há muitos anos, tivessem mais de 5 construções na localidade que eles alugavam principalmente às mulheres. É interessante registrar que todo esse processo em que os comerciantes realizavam construções de alvenaria, venda e aluguel destas, se dava na mais completa ilegalidade. Os trabalhadores não tinham autorização sequer de fazer edificações num terreno do Estado, tão pouco de vendê-las. As seguintes falas são ilustrativas neste sentido:

A gente veio, aí o moço tava vendendo o terreno aí a gente comprou. Só fez um contrato de gaveta, de compra e venda. Só, mais nada. (Valéria, comerciante, 37 anos)

Comecei a andar, comecei a gostar e continuei. Porque a Feira é aquele processo, vai quem quiser. (Rick, 34 anos, comerciante).

Uma parcela significativa dos trabalhadores entrevistados afirmou possuir parentes na Feira das Trocas, principalmente quando nos referimos às mulheres. Como tentativa de entender esse fato, torna-se conveniente recordar um pouco do histórico recente da Feira. Como já fora afirmado anteriormente, nos primórdios, a Feira das Trocas era formada basicamente por homens. As primeiras mulheres que se atreveram comercializar alimentação no local tinha grande rentabilidade, se comparada à outros lugares, afinal de contas eram mulheres num ambiente eminentemente masculino e carente daquele serviço. No entanto, as pioneiras da Feira das Trocas tinham que conviver com este universo incerto, masculino em que ocorriam prováveis assédios. Contudo, quando a feira passa a adquirir localidade própria, os comerciantes que lá estavam perceberam a lucratividade das 2 ou 3 mulheres que trabalhavam lá e passaram a vislumbrar a possibilidade de suas mulheres, filhas e parentes mulheres de forma geral ir comercializar lá e complementar a renda familiar. Possivelmente, esta situação comentada pela comerciante Rosana (39 anos) nos permite compreender um pouco mais as relações de parentesco existentes na feira. Vejamos o que nos diz a comerciante.

“Quando eu fui vender não tinha mulher nenhuma, aí quando os maridos via que eu ia e não conseguia nem colocar a mesa, que eu era

mocinha, que eu era casada, mas tinha tipo de menina, era menina né? Porque eu acho que comecei o que a vender na Feira, eu acho que eu tinha 18 anos (...) menina..., eu não conseguia nem armar a mesa, quando eu colocava, quando me avistava, aí pronto, já vinha um segurava a garrafa, outro segurava o isopor, aí pronto, no mesmo instante, eu chegava umas 9h, 10h30min-11h eu já tava indo embora. Rapidinho tudo. Tudo rápido! Aí depois os maridos das mulher depois vendo isso, aí foi levando filha, aí contratava menina, já pra..., entendeu? Aí encheu toda de menina de mulher e tudo.”

Outra questão que se coloca em grande evidência neste estudo diz respeito à quantidade de horas que esses comerciantes trabalham. Todos os trabalhadores homens que foram entrevistados relatam que durante o período que a Feira estava no terreno cedido pelo Estado (Av. Tancredo Neves), trabalhavam todos os dias. A jornada de trabalho deles oscilava entre 8 e 12h. Apenas um desses comerciantes não possuía uma carga horária semelhante porque na verdade ele fazia uso da Feira para negócios escusos. No que diz respeito às mulheres (3) entrevistadas afirmaram que trabalhavam em média 12 horas por dia. Outras (3) trabalhadoras tinham uma carga horária de trabalho que arfava entre 6 e 9h. Ainda houveram duas comerciantes que disseram ter uma jornada diária de trabalho de aproximadamente 6h. Apesar de não haver ocorrências de mulheres que disseram trabalhar todos os dias, elas relataram que trabalhavam de segunda à sábado, exceto uma feirante que trabalhava 4 dias com jornada de 12h. Para alguns entrevistados a jornada variava conforme interesse e vendas.

Neste caso, é importante analisar a situação das mulheres de forma específica para que haja maior apreensão dessa realidade. Todas as mulheres que foram entrevistadas, e que relataram uma quantidade de horas um pouco inferior (6-9h) a que os homens informaram, mas também extensa, costumam chegar à Feira das Trocas muito cedo. Ainda que o objetivo dessas mulheres seja comercial, pois elas vendem café da manhã aos trabalhadores que estão chegando à Feira, elas almejam, acima de tudo, chegar em seus lares ainda no turno da tarde, que é o que ocorre para a maioria delas, para poderem prosseguir com o outro trabalho que deixou quando saiu para feira, que são os afazeres domésticos e o cuidado dos filhos.

A digressão analítica que se faz neste estudo é que embora o tempo de trabalho das mulheres seja um pouco menor na Feira das Trocas, a rotina de trabalho dessas mulheres era muitas vezes mais cansativa que a dos homens. Para que este diagnóstico ficasse mais nítido, pedimos para que os entrevistados descrevessem um dia

de trabalho estipulando o tempo gasto com as atividades. É notório que os homens entrevistados não despendiam tempo com atividades domésticas, a não ser que se tratasse de algo muito esporádico, casual. No caso das mulheres, após chegarem em seus lares elas ainda trabalhavam em torno de 4-6 horas por dia com afazeres domésticos, mesmo para aquelas que trabalhavam 12h na Feira. Isso sem falar nos domingos das mulheres todo voltado para as atividades do lar. O depoimento de Joselita (46 anos) pincela um pouco desse cotidiano.

Eu acordava umas 05h30minh aí fazia o café né. (Na feira) aí o almoço 11:30h tinha de tá pronto, que eles comem cedo que 11:30h...de almoço, 11:30 meu almoço tava pronto, café...eu fazia lá mesmo, 11:30h já tava pronto. De noite eu fazia cachorro-quente, lanches, de noite eu ia pra casa de tardezinha, ia assim a tarde, mas o café de manhã tinha de tá cedo que tem nego que 6:30h já quer tomar café (...)

Quando chegava em casa a sra. ainda trabalhava?

Fazia lavar prato, café, barrer a casa. Parava umas 9:30h pra 10h (22h). É a hora que vai parar, e se continuar ainda arranja né?

A ênfase neste tipo de informação deve-se ao intuito desta pesquisa de desassociar todo e qualquer conceito que conecte esta Feira a uma lógica empreendedorística, como tentou por algum tempo o presidente da ACAFT, inclusive tentando cadastrar esses feirantes ao MEI²⁴ e divulgando esta imagem para contar com apoio popular. Ficou claro a partir das informações citadas que qualquer entendimento que vincule a permanência desses trabalhadores na Feira a um “empendedorismo” ou “a ideia de ser patrão de você mesmo” não passa de um mito. Porquanto, o que se verificou aqui é a existência de muitos comerciantes que vão a Feira de domingo à domingo, executarem uma atividade numa jornada de trabalho exaustíssima uma vez que os níveis de rendimento são muito baixos. Por isso, a permanência deles na feira a maior parte do tempo de suas vidas é a tentativa de assegurar uma renda mínima para sobrevivência. A margem de escolha desse público é muito pequena quando o assunto é jornada de trabalho, isto é: Ou você escolhe trabalhar exaustivamente de domingo a domingo para obter uma remuneração um pouco melhor, ou você trabalha menos e vive abaixo da linha da pobreza como é o caso de muitas mulheres e homens que ali se encontram.

²⁴ MEI é a sigla de Microempreendedor Individual, ou seja, o trabalhador informal que busca a formalização por meio desse cadastro.

Todo dia. Eu chego de manhã e só saio à noite da Feira. Das 7 às 7h, não tem esse negócio comigo de horário não. Era todo dia, eu chegava cedo lá e só saía tarde (...) não tem feriado, não tem domingo, não tem nada não. Eu tava lá todo dia, eu tava na Feira das Trocas. (Gilson Omena, 42 anos, Comerciante autônomo).

Entretanto, mesmo com a carga horária de trabalho altíssima, os trabalhadores e trabalhadoras não costumavam reclamar diante de tal situação. Eles pareciam estar acostumados com esse estilo de vida. Talvez o histórico de trabalho explique a posição desses feirantes, tendo em vista o relato da maioria dos entrevistados afirmando que começaram a trabalhar ainda na infância/adolescência sendo-lhes negado dessa forma o acesso à educação e ao lazer. De certo modo, essas pessoas não conheceram uma vida para além do trabalho precário ou do subemprego. O depoimento da feirante Joselita (46 anos) exemplifica essa cena:

Trabalhava, tava acostumada, porque tem gente que trabalha e nunca cansa, eu canso agora sem fazer nada é.²⁵

Ademais, Josenilton, 38 anos completa:

“Eu sempre quero ajeitar alguma coisa, ajeitar um telhado, limpar o terreno. Eu caço o que fazer, que é de mim mesmo, é o costume, eu não sei ficar parado não. Quando eu fico parado me dá assim aquela agonia.” Josenilton, 38 anos, comerciante

Considerando que a jornada de trabalho executada por esses feirantes não é o único parâmetro para medirmos a sobrecarga de trabalho dos feirantes, ainda inquerimos ao público entrevistado se havia algum período no ano em que eles trabalhassem mais e obtivemos respostas diversas quanto a essa questão. É indiscutível para todos os entrevistados que o dia em que eles mais trabalham é o sábado. Todavia como a pergunta almejava verificar uma temporalidade maior, percebeu-se que a experiência desses feirantes parece-nos um tanto distinta uma da outra. Se não, vejamos, algumas pessoas indicaram o fim do mês, outras, início, meio e final do mês, pois todos alegaram que seria o período condizente com recebimento de salário da clientela. Também houve menção aos festejos de final de ano. Uma parcela disse não ocorrer isso durante o ano, somente relativo aos sábados. Joselita, apesar de sempre bem disposta, confessou:

²⁵ D. Joselita foi entrevistada logo após o fechamento da Feira na Av. Tancredo Neves. No primeiro momento ela continuou vendendo bebidas no local onde morava.

Ói lá tinha dias de eu dizer assim: Meu Deus, eu tô com as minhas pernas cansada, era eu e a menina, não era todo dia neh. Não era todo dia. Dia de sábado mesmo

Ademais, buscou-se perceber outras dimensões deste tipo de trabalho, por meio dos entrevistados, para que não ficasse tão ancorado ao olhar do pesquisador. Para tanto, solicitou-se da amostra populacional da pesquisa que descrevesse os principais problemas encontrados no dia a dia da profissão. Um dos principais entraves abordados pelos feirantes foram as constantes batidas policiais, pois isso tinha implicações no fluxo da feira e conseqüentemente havia uma queda nas vendas, isso sem contar com aqueles casos em que a mercadoria sem nota era apreendida. É verdade que os homens padeciam mais com a apreensão de mercadorias, tendo em vista que eles estavam mais envolvidos com negócios ilícitos, porém há que se reconhecer também que uma batida policial repercutia para todos comerciantes, uma vez que afugentava toda a clientela.

Porque (a polícia) chegava sem maneira de chegar na Feira das Trocas. A Polícia ambiental mesmo chegava empurrando e quem tivesse na frente era empurrado e por isso o povo se amedrontava e ia embora. Então a feira terminava, que poderia até ser uma feira boa, mas devido a polícia chegar de uma forma agressiva aí afastava todo mundo. (Lívia, 20 anos)

Outras barreiras enfrentadas no cotidiano desses feirantes também foram mencionadas ao longo das entrevistas, algumas pessoas trouxeram à baila a discriminação social de que são alvos, já que, quando eles procuram qualquer instituição e dizem que são vendedores na Feira das Trocas, de imediato as pessoas os associam enquanto criminosos. Os trabalhadores também fizeram referência ao fato de estarem presentes na vida do sergipano há muitos anos, mas até agora não conseguiram um espaço fixo para venderem seus produtos e que por causa dessa instabilidade, o movimento da feira caiu. Além disso, os feirantes apontaram, como uma forma de denunciar, que determinados visitantes utilizam do espaço da feira com o intuito de consumir drogas.

Igualmente, é importante considerar outras queixas apontadas especificamente pelas mulheres que trabalhavam na Feira. As declarações de algumas delas revelaram alguns constrangimentos sofridos por elas, no qual, dificilmente um homem passaria por tal situação. Esses relatos tratavam da dificuldade que muitas atravessavam em fazer com que os clientes homens a respeitassem e pagassem o preço

estabelecido por elas após a comercialização de um produto. De acordo com as trabalhadoras, isso ocorria porque muitos desses clientes faziam uso de bebidas alcoólicas e consideravam que as mulheres eram mais “frágeis” e não conseguiriam peita-los, também porque achavam que ali na Feira das Trocas todos os produtos deveriam estar abaixo do preço de mercado (não era o que ocorria nos restaurantes/bares, tendo em vista que os produtos não eram mercadorias ilegais). Em certos casos, havia até desrespeito com as feirantes, pois associavam-nas às mulheres que são profissionais do sexo.

Eu, aqui no meu restaurante, não sei as outras pessoas, acha porque é feira das trocas as coisas tem que ser baratas, acha que é porque é feira das trocas as coisas é roubadas. Ta entendendo como é que é? Acha que tá se prostituindo, eu não sei, eles não vê a gente como pessoas honestas. Por mais que você tente ser, ou que você seja honesta, eles não valorizam. Já é generalizado, que todo mundo aqui compra roubo, que todo mundo aqui vende roubo, entendeu? (Valéria)

Não se pode deixar de retratar em que condições estruturais esses comerciantes estavam trabalhando nos últimos 10 anos, uma vez que, esse aspecto incidia diretamente na vida deles. De tal modo, convém lembrar que a Feira alvo dessa pesquisa estabeleceu-se neste período em um local que não era próprio dos feirantes. Sendo assim, esses trabalhadores não tinham autorização de realizar nenhum tipo de construção no local, tendo em vista que pertencia ao Estado, e só este através dos seus órgãos competentes poderia edificar algo. A questão é que esses comerciantes não permaneceriam no mesmo local por muito tempo embaixo de sol e chuva, utilizando apenas o terreno como foi entregue. Como já sabemos, aquela localidade ganhou uma proporção muito maior que a inicial, daí os feirantes foram realizando melhorias.

Dessa forma, vale informar que a estrutura da Feira das Trocas nos últimos tempos cresceu de forma desordenada: quem tinha dinheiro construía uma pequena calçada em frente à sua lojinha, quem não tinha permanecia sem ela, formando enormes poças de lama quando chovia. Ainda quando ocorria dos comerciantes fazerem o calçamento, não havia um padrão para isso, contribuindo para não deixar a calçada plana, tornando-a mais propícia a acidentes. Isso sem falar nas pessoas que possuíam apenas barraquinhas e ficavam mais sujeitas a chuva e a lama. Todos aqueles feirantes faziam uso de um único banheiro, que fora improvisado, mas que eles mantinham, pagando sempre alguém para limpar. Mesmo assim, é importante frisar que estamos nos referindo a um ambiente altamente insalubre, muito propício ao contágio de doenças.

A despeito de toda a falta de infraestrutura existente na feira, percebeu-se que uma parcela significativa dos entrevistados sentia-se desconfortável para afirmar que já ficaram doentes por causa da feira. Quatro entrevistados informaram nunca ter ficado doentes em razão do local que trabalhavam. Sete comerciantes admitiram ter problemas de saúde, mas não associaram diretamente a feira: falaram que poderia ser hereditariedade, contrariedade familiar entre outros fatores. Dentre as doenças citadas, ouvimo-los declararem sobre: Hipertensão, dores na coluna e braços após carregarem muito peso, depressão profunda etc. Somente 4 pessoas admitiram de forma espontânea terem ficado doentes por causa da feira, e à medida que faziam isso já correlacionaram com os possíveis fatores, por exemplo, “já tive dengue por causa da água acumulada no local”²⁶. Nenhum deles indicou a ocorrência de acidentes na localidade, mas observemos o relato da feirante abaixo:

Como ali a gente trabalhava com a barraca, o nosso lugar era encimentado porque a minha vó mandou encimentar, mas tem muita gente que trabalhava no meio da lama e tudo, a gente não. A gente podia ficar mais resfriado porque ali não tinha cobertura, então querendo ou não molhava, daqui a pouco você se seca, depois vem a chuva de novo, molha, e você tem que tá ali perseverando porque senão, não sai o dinheiro, então gripada, como eu tô gripada. Gripada a gente sempre ficava, mas agora assim, acidente de se machucar e tudo não teve, mas tomar topada no meio de pedra, que era calçado, mas não era totalmente calçado que a prefeitura não calçou. Era os próprios feirantes que calçavam, então cada um calçava de um jeito, um calçava alto outro calçava mais baixo, então tinha essa elevação. Então às vezes a gente andava e no meio da correria tomava uma topada, mas de acidente mesmo não. (Lívia, 20 anos)

Além desses problemas elencados pelos trabalhadores da feira, identificamos por meio da observação direta, uma série de outras dificuldades enfrentadas por esses feirantes no dia-a-dia de suas atividades laborais. Talvez boa parte dessas adversidades fugissem aos olhos deles próprios já que muitos não tiveram experiências com um emprego formal ou com direitos trabalhistas. Todavia, durante o período em que a Feira fora observada, foram constatados diversos problemas de infraestrutura, devido também a realização de construções de forma ilegal, sem nenhuma norma de segurança. Assim, verificou-se que muitas instalações de rede elétrica na Feira das Trocas foram realizadas de qualquer forma, as chamadas “Gambiarras”. Do mesmo modo, os botijões de gás presentes em muitas lanchonetes também estavam dispostos sem manter a devida distância de locais aquecidos.

²⁶ Comerciante Valéria de 37 anos.

Churrasqueiras também eram expostas em meio aos feirantes, podendo ocorrer riscos de queimaduras e fazendo com que as pessoas inalassem a fumaça de forma constante. Não havia regularidade no calçamento. Os comerciantes conviviam cotidianamente num ambiente mal iluminado, com forte barulho que vinha não só da Av. Tancredo Neves como também das próprias barracas que vendiam CDs pirateados, também estavam sujeitos a mudança de temperatura, a poeira que muitas vezes ficava suspensa no ar. Isso tudo, provavelmente, trazia danos a saúde física e mental dos trabalhadores.

Embora se propague uma ideia que o trabalhador informal teria mais autonomia para decidir quando fecharia seu negócio, as entrevistas revelaram que 14 dos 15 entrevistados não tinham férias. Uma grande parcela deles afirmou que o tempo mais elevado em que poderia afastar-se de suas vendas era quando existia um feriado prolongado. A única pessoa que relatou tirar férias foi a comerciante Valéria e ela também nos confirmou que gozava de um afastamento de no máximo 15 dias, nunca havia ficado um mês afastada de seu negócio. A possível explicação para tal episódio consiste na percepção de que a maioria desses entrevistados não contava com o auxílio de outras pessoas em seus negócios, por isso, afastar-se por menor tempo possível, significaria para eles diminuição drástica dos seus lucros, já que estes não eram altos. Logo, fica evidente mais uma vez, que a lógica empresarial não cabe neste estudo.

Mesmo diante de todos os problemas apresentados, de toda precariedade, falta de higiene e insegurança em vários sentidos, os entrevistados elencaram aspectos positivos no cotidiano da Feira das Trocas. Houve certa regularidade no depoimento de muitos feirantes que revelavam o alto grau de sociabilidade que eles adquiriram entre si e entre a clientela que comparecia de forma frequente a feira.

Ademais, as entrevistas deixaram claro também que, a ideia de fugir do controle exercido em um emprego formal também é atrativa para esse público. Quando nos reportamos às mulheres sabe-se que, além disso, a informalidade permite a elas a possibilidade de organização do tempo de trabalho (trabalho doméstico e o trabalho fora de casa). No caso da Feira das Trocas, muitas ainda levavam seus filhos para o local de trabalho. Apesar da dupla jornada de trabalho e da vida instável ofertada pela informalidade, o trabalho na Feira ainda significou para essas mulheres a possibilidade de fugir de uma extrema dependência financeira e do confinamento e rotina da esfera privada.

Portanto, é também inegável que para eles a Feira das Trocas era a única expressão da fuga do desemprego, e da garantia de condições mínimas de sobrevivência

e de sustento da família. Por isso a revolta de todos eles quando se reportavam a tentativa do Estado em acabar com a Feira das Trocas, pois certamente essa atitude tinha um significado mais profundo para eles: o Estado depois de fechar todas as portas, negando as oportunidades de emprego para os trabalhadores, também resolve fechar a única janela que se abriu para essa população, a informalidade.

4.2 “A obrigação de casa é da mulher mesmo”²⁷: Percepções dos Trabalhadores(as) acerca do Trabalho Reprodutivo e seus impactos no Trabalho Produtivo.

Ao passo que houveram mudanças relativas ao espaço que historicamente é destinado às mulheres, visto que não está mais somente restrito à invisível esfera privada, elas continuam dedicando boa parte de suas vidas a realização dos afazeres no espaço doméstico. Isso indica a existência de uma divisão sexual do trabalho também no trabalho reprodutivo. Entender o porquê e como isso ocorre é tarefa fundamental para qualquer estudo que enfoque as relações de trabalho.

Portanto, passaremos a partir de agora a expor e examinar algumas ponderações referentes ao trabalho desenvolvido na esfera privada. Neste sentido, faz-se primordial levar em consideração as relações estabelecidas e o “conjunto de práticas entre os diferentes membros da família (marido, mulher, filho, mas também parentes), relações com as escolas os comerciantes, relações profissionais.” (CHABAUD e FOUGEYROLLAS, 1986, p.116).

De forma geral, grande parte das mulheres tem sua vida afetada nos aspectos profissionais, pessoais e econômicos em decorrência da desigualdade entre os sexos existente no mundo do trabalho. Por isso, a vivência feminina diante das duas dimensões do trabalho “implica sempre na combinação dessas duas esferas, seja pelo entrosamento, seja pela superposição”. (BRUSCHINI, 1998:278). É importante registrar também que do mesmo modo que a esfera pública da mulher é afetada pelo trabalho na esfera privada, o inverso também é verdadeiro: as mulheres com empregos precários ficam muito mais sujeitas à opressão masculina dentro dos lares. Analogamente, o fato das mulheres estarem trabalhando produtivamente não implica em nenhuma alteração da organização dos afazeres domésticos: “Sublinhemos que o exercício de uma atividade assalariada da mulher introduz novas dificuldades na organização do trabalho,

²⁷ Resposta dada pela entrevistada Joselita, quando foi indagada sobre a possibilidade de existir atividades mais voltadas para homens e outras mais voltadas para as mulheres.

mas não acarreta uma caracterização diferente do espaço-tempo das mulheres.” (CHABAUD e FOUGEYROLLAS, 1986, p.116-117).

Por conseguinte, não é demais reafirmar o pensamento de que só poderemos compreender, de forma mais abrangente, o trabalho de homens e de mulheres se conseguirmos captar as duas dimensões do trabalho. Ao passo que esse estudo enfoca as experiências e assimetrias do trabalho feminino e masculino na Informalidade presente na Feira das Trocas, têm-se a clareza nesta pesquisa que qualquer análise realizada precisa articular ao trabalho produtivo a dimensão da reprodução da vida social. Assim, para que se tenha dimensão das relações de gênero presentes no trabalho:

Deve-se antes refletir sobre as atribuições de gênero, que envolvem a relação de homens e mulheres no processo de trabalho – tanto profissional como doméstico. Essas relações envolvem necessariamente a realidade de homens e mulheres não só na fábrica, como no dia-a-dia fora do trabalho. É nessa perspectiva que se adota a divisão sexual do trabalho. (MARCONDES; *et al*, 2003, p. 93).

Porquanto, buscou-se neste item captar a divisão sexual do trabalho no que diz respeito às atividades que envolvem a reprodução da vida humana, tendo em vista que a participação da mulher no trabalho produtivo/público não alterou a submissão social a que estão submetidas. A priori, antes de questionar os trabalhadores/as sobre o que eles/elas pensavam, perguntou-se diretamente “quem realizava dentro dos seus respectivos lares os afazeres domésticos e era responsável pela educação dos filhos?” Salvo raríssimas exceções, mulheres e homens confessaram que estas atividades eram executadas por mulheres dentro de suas casas.

Ademais, procurou-se entender naquele momento se a população pesquisada biologicizava a divisão sexual do trabalho estabelecida, visto que a naturalização muitas vezes vem acompanhada da aceitação. Sob este viés, interrogou-se aos trabalhadores/as entrevistados a respeito das atividades que envolvem homens e mulheres na sociedade. Em suma, indagamos se existiam ocupações mais voltadas para homens e outras mais voltadas para mulheres. As respostas ofertadas pela maioria da população entrevistada associavam as atribuições domésticas (que envolvia a administração da casa limpeza e organização desta, preparar refeições e a educação dos filhos) como algo que é e deve ser de responsabilidade feminina. Similarmente, ainda quando acontece de haver o reconhecimento por parte dos entrevistados de que a situação se modificou muito através dos tempos, eles acabaram admitindo que essas tarefas continuam sendo

assumidas, de forma majoritária, pelas mulheres, deixando transparecer que seria algo inerente a mulher a acumulação de tarefas domésticas. Os depoimentos abaixo confirmam a afirmação precedente:

É a maioria é das mulher mesmo né? É mulher mesmo, tenho certeza né. É! Cozinhar não é obrigação de homem. É! O homem tem que trabalhar pra botar dentro de casa. As vezes eles faz, tudo bem, mas a obrigação de casa é da mulher mesmo! (Joselita, 46 anos, comerciante autônoma)

Eu acho que existe uma diferença de trabalho, assim porque o homem tem que trabalhar em alguma coisa pesado e mulher não guenta trabalhar em coisa pesada que nem o homem guenta. Ôi hoje em dia eu tô vendo mulher trabalhando até de pedreira, eu acho que hoje em dia, eu falei mas eu volto atrás, tão se dividindo né? Depende do homem, eu acho que depende muito do homem, se ele for um homem (...), o certo é que seja a mulher, mas dependendo dos dois, de ambos, se dividirem as tarefas, não é nada demais ele lavar um prato nem varrer uma casa, mas o mais pesado deve ser pra ela né? Lavar roupa essas coisas aí não assenta muito pra homem né? (Josefa Conceição)

Muito embora as declarações anteriores transpareça certa legitimação no que diz respeito à responsabilização feminina das atividades domésticas, isso não significou que as trabalhadoras entrevistadas não ficassem contrariadas com essa condição. Em vários outros relatos, presencia-se que muitas mulheres vivem num impasse entre o que lhes foi ensinado culturalmente, ou seja, a naturalização das atividades domésticas enquanto algo feminino, e a negação dessa concepção, que lhes incube responsabilidades não remuneradas que podem ser realizadas perfeitamente por qualquer pessoa, independente do sexo. Muitas vezes esse impasse acaba se transformando num clima de tensão nas relações familiares. As trabalhadoras ouvidas culpabilizam os homens pela não equidade nas tarefas no lar, haja vista a rejeição masculina a esse tipo de atividade, posto que eles estão numa situação mais cômoda que as mulheres.

O meu ex-marido eu dizia bem assim: ‘Adilson torre um ovo pra você’ porque eu tava dando mama a menina, aqui essa pequena, aí ele dizia: “eu não sei torrar ovo”. “Não tem o que saber, é colocar o óleo, quebrar o ovo e deixa que o fogo faz o resto”. Ele “não vou nada, vou não, vou esperar você acabar.” E eu dano mama a menina. Tinha dias que eu não tinha nem tempo de comer que era comendo e dano mama a menina. Eles não querem, eles se negam. Acham que só a mulher deve. (Josefa Conceição, 37 anos, Comerciante autônoma)

No mesmo diapasão, evidencia-se do mesmo modo que, algumas entrevistadas ressaltavam a existência de certa socialização nas funções desempenhadas por homens e mulheres nos dias atuais, com uma tendência a melhor divisão das atividades domésticas. Nestas, algumas entrevistadas afirmavam a existência de homens que realizavam tarefas domésticas muito bem, e mulheres que assumiam funções tidas como masculinas. Porém, quando o assunto dizia respeito à realização dessas tarefas em seus lares elas acabavam confessando que eram realizadas pelas mulheres. O Comentário de Livia encontra-se nesta direção:

Tem mais hoje tá muito relativo, porque você conhece homem que dá de 10X0 numa mulher limpando uma casa. Tem homem que limpa uma casa que é uma maravilha, mas não é o meu caso aqui, e já tem mulher que não é muito assim de limpar a casa, que limpa a casa mas tapeia que nem eu. Tem homem que faz comida, tem outros que não.

Mas isso ocorre na sua casa?

Não, aqui não... Olha os afazeres domésticos estão mais pro lado da minha vó, quem faz mais esse lado de limpeza essas coisas. Ela quando tá trabalhando ela só trabalha no período da manhã, então fica comigo e com a minha prima, comigo fica mais fazer um arroz, temperar um feijão, lavar um prato e ela (prima), ela cuida dos dois irmãos ²⁸ (Livia, 20 anos).

A entrevistada em questão afirmava não se sentir uma “grande dona de casa” já que as responsabilidades na casa dela eram distribuídas entre as três mulheres que lá habitavam, sendo que das três, era a avó que passava a maior parte do tempo em casa, o que significa que a avó realizava mais tarefas domésticas. No lar em que residia a entrevistada, também morava o tio dela, que por sua vez, só realizava afazeres que envolvessem limpeza e manutenção dos instrumentos de trabalho que Livia utilizava na feira, ou quando ocorria de trocar uma lâmpada dentro do lar. Em outros casos, o homem dentro do lar assume aquelas funções que são eventuais ou que exigem o uso da força física. Portanto, denota-se que a participação masculina é limitada e pontual. Os homens não desempenham os trabalhos invisíveis manuais que afeta o cotidiano da maioria das mulheres.

No caso do comerciante Carlos, obtivemos uma resposta sobre o assunto, que apesar de apresentar uma tônica semelhante, tem grande diferença de ordem prática nas relações que envolvem homens e mulheres. Assim, o entrevistado nos diz que os

²⁸ A avó da entrevistada Livia é dona da Barraquinha em que a entrevistada trabalha vendendo Churrasquinho e a avó dela também é casada com um Senhor que colabora na armação da Barraca.

afazeres domésticos não são ou não deveria ser, uma atribuição de nenhum dos sexos especificamente, e continua: “Não, de acordo a pessoa souber fazer é e querer fazer também, tudo dentro de uma casa pode ser feito por um homem. Não tem coisa específica pra homem ou mulher não”.

A fala de Carlos é emblemática, pois alavanca outro debate: a da qualificação tácita, ou seja, aquelas qualificações adquiridas pelas mulheres ao longo da vida, mas que não são reconhecidas nem valorizadas enquanto tal, pois se confere a este tipo de “saber fazer” enquanto algo que é natural da mulher. Em outras palavras, seria como afirmar que a mulher tem mais aptidão para com atividades ligadas ao cuidado, ou a destreza manual, dentre outras, porque nasceu com essa competência.

Com isso não estamos querendo proferir que a participação masculina nos afazeres domésticos foi totalmente desprezível, mas sim que eles também consideram estas tarefas como algo que é de responsabilidade feminina, seja porque as mulheres teria mais “capacidade” para realizá-las não havendo a compreensão de que informalmente falando as mulheres foram capacitadas para essas tarefas, ou seja porque os homens acreditam que só devem fazer essas atividades em sua casa enquanto suas esposas estão na esfera pública, pois quando elas chegam ao seu “verdadeiro destino”, que é o espaço doméstico, devem assumir o seu posto. Foi o que o Sr. José Nery de 59 anos nos disse:

Não no caso, se precisar eu faço, mas não vou fazer com ela em casa. No caso se ela está boa, se ela está sã eu não vou fazer, mas lavar prato pra mim é normal, lavar a roupa pra mim é normal.

Além disso, mesmo nestes casos em que os homens admitem realizar com alguma frequência certas tarefas domésticas, na melhor das hipóteses eles “auxiliam” suas esposas “quando necessário”. Esta frase já deixa subentendido que socialmente a responsabilidade continua a ser da mulher, nada alterou, eles não compartilham responsabilidades. Os homens somente ajudam com uma responsabilidade que não lhes pertencem.

Para além dessa constatação, buscava-se descobrir nas entrevistas o que essas mulheres pensavam sobre este fato e qual a relação que elas estabeleciam para entender o porquê das mulheres realizarem um extratrabalho sem que houvesse remuneração. De certa forma, também queríamos entender se elas partiam de uma lógica que biologicizava os papéis sociais, visto que, essa naturalização poderia

conduzir as mulheres à resignação dessas funções, o que dificultaria o advento de uma nova cultura em que se pautasse a socialização das tarefas domésticas.

Não obstante, os resultados caminham para uma mesma direção, as trabalhadoras entrevistadas não compartilham do mesmo nível de discernimento e consciência. Verificaram-se em alguns relatos das entrevistadas avanços no sentido de vislumbrar a questão da mulher como algo “cultural” e da necessidade de socializar as tarefas domésticas. No entanto, a maioria delas não conseguia explicar o porquê de homens e mulheres exercerem determinados papéis na sociedade e reproduziam os mesmos valores tradicionais da divisão sexual do trabalho. Ionice faz parte do conjunto de mulheres que naturalizava essas tarefas e não conseguia explicar a razão desta assimetria:

“Porque o que é da gente os homens não vai fazer, porque se deixar aí com eles fica à migúé aí”. (Ionice, 56 anos, comerciante autônoma).

Na contramão deste último depoimento, está a resposta de Lívia, que relata o seguinte:

Eu acho que já vem desde a criação, porque quando a mulher ainda é pequena, ela é acostumada a brincar com boneca, com panelinha, com essas coisas, já o menino não, ele brinca com carro, com moto, com alicate, com essas coisas, então o menino ele já cresce sabendo fazer essas coisas de homem, e a menina já cresce sabendo as atividades das donas de casa, porque é como se fosse, quando ela é pequena parece que a mãe já tá instruindo ela a limpar a casa. A mulher já tem mais jeito pra pegar um menino que o homem não tem, uma mulher ela já sabe mexer numa panelinha, porque quando ela era pequena o brinquedo era uma panelinha, uma vassourinha essas coisas, e quando a menina vai crescendo a partir daí, a mãe já vai dando responsabilidade a ela “ói você vai arrumar seu quarto, você vai varrer, isso é seu” e o menino acaba sendo mais desleixado porque tem mãe que é assim se for mandar fazer vira viado, isso assim, assim, então eu acho que já vem da criação de pequeno mesmo.

Decerto, relatos como este não são tão frequentes entre esses comerciantes, mas já se identifica um incomodo por parte dessas trabalhadoras com a constatação da desigualdade existente entre homens e mulheres. Fica evidente neste último relato como a entrevistada consegue relacionar comportamentos coletivos atribuídos a mulher e considerados inerentes ao sexo, enquanto resultado de relações sociais que designam papéis diferenciados segundo o sexo.

Ademais, como explicar subjetividades tão distintas entre mulheres com experiências de vida e trabalho tão semelhantes? Sugerimos então que as mulheres

absorvem os modelos de cultura hegemônicos de forma diferenciada, isto é, o mundo que as cercam não é uma camisa de força para sua consciência. Podemos fazer uma reflexão acerca dessa questão apoiando-se no pensamento de Thompson (1987) que ao falar sobre experiência e consciência de classe (1987) afirmou que a primeira é determinada, mas que a mesma coisa não ocorre com a segunda.

Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em momentos e espaços diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma. (THOMPSON, 1987, p.10).

Além disso, procurou-se identificar se os comerciantes entrevistados conseguiam perceber se havia algum tipo de semelhança nas atividades que desempenhavam em casa com a que eles desenvolviam na Feira das Trocas. Os homens que em sua maioria, não exercem funções em casa, não conseguiam visualizar nenhuma semelhança. Já grande parte das mulheres figurou de forma específica essa similaridade. Mesmo quando os entrevistados/as não atingiam de imediato tal relação, procurávamos na entrevista esmiuçar o tipo de trabalho que desenvolviam. Fazendo isso, as trabalhadoras acabavam concebendo a analogia existente nas atividades.

A semelhança é porque, como a gente trabalha com espetinho, praticamente era como se a gente tivesse no fogão, tem de esperar assar, tem gente que gosta muito passado, mal passado, então, é como se estivesse em casa cozinhando, só que a gente tá cozinhando pra outras pessoas. Lá a gente também tem que tá limpando mesa, tem que tá com higiene porque ninguém quer comer num local que não tem higiene, a gente tem que tá limpando, coisa que a gente faz em casa também, quando vai almoçar tem que limpar a mesa e tudo. A igualdade que tem é nisso porque devido a trabalhar com comida a gente acaba que aqui em casa também tem que trabalhar com comida. (Lívia, 20 anos, comerciante).

Outro aspecto em que fica notória a assimetria conforme o sexo/gênero existente entre trabalhadores diz respeito à quantidade de horas trabalhadas pelos entrevistados. Para detectar esse tempo gasto com essas atividades, indagou-se aos feirantes, de forma direta, qual o tempo gasto com o trabalho na Feira e com o trabalho em casa. Os homens não expressaram nenhuma regularidade no tocante a atividade doméstica, já as mulheres trabalhavam em média 4h.

Rapaz, eu não sei explicar não, porque quando eu trabalhava na Feira eu não fazia nada dentro de casa. (Carlos, 32 anos, comerciante).

No caso de Valéria a resposta foi a seguinte ao tentar contabilizar as horas despendidas no trabalho fora e dentro de casa

Nove mais quatro: doze horas. (a entrevistada respondeu doze horas porque ela equivocou-se na contagem, na verdade eram treze horas).

Com base no pensamento de Chabaud e Fougeyrollas (1986) e na análise das entrevistas, considera-se ainda que, embora as trabalhadoras da Feira das Trocas aleguem que o tempo gasto com trabalho em seus lares gire em torno de quatro a cinco horas, compreende-se que o tempo despendido na atividade reprodutiva não se restringe exclusivamente ao tempo que elas gastam com cada atividade. É muito mais que isso. As mulheres precisam disponibilizar todo o seu tempo em casa em prol da realização do trabalho reprodutivo. Poderíamos elencar uma série de exemplos dessa situação muito comum entre as feirantes, mas, basta visualizar os episódios em que as trabalhadoras são mães e que precisam realizar as atividades de cuidado para com seus filhos, o que envolve a higienização constante da criança, alimentação, lazer, dentre outros cuidados específicos que exige atenção integral. “Essa relação supõe uma disponibilidade permanente de todo o seu tempo e não somente o tempo efetivamente na execução da tarefa.” (CHABAUD e FOUGEYROLLAS, 1986: 117). Por conseguinte, o tempo da mulher por certo fica totalmente comprometido com as duas esferas do trabalho.

Conforme pesquisa realizada com mulheres paulistanas (BRUSCHINI apud NOGUEIRA, 2006) constatou-se que as mulheres trabalhavam em média entre 7 e 9h por dia na realização dos afazeres domésticos. Ademais, analisando o trabalho dentro e fora do lar, o relatório da OIT (2012) com base nos dados do IBGE apontou que os homens têm jornada de 52,9 horas semanais, já as mulheres, de 58 horas, isso significa que as mulheres trabalham cerca de 5,1h a mais que homens, o equivalente a 20h a mais por semana. Além disso, o relatório constatou que quase 91% das mulheres que trabalham fora de casa também trabalham em casa, uma grande disparidade se comparada ao percentual masculino que cai para 49,7.

Outro ponto que merece atenção são os dados referentes ao trabalho estritamente doméstico: as mulheres trabalham em média 22h por semana, já os homens, numa razão bem inferior, trabalham por volta de 9, 5h semanais.

No tocante aos depoimentos proferidos por esses feirantes sobressaem-se primeiramente que: as mulheres realizam muitas horas de atividades nos seus lares e também que esta discrepância de tempo no quesito “organização do lar” tem implicações diretas no trabalho desempenhado por elas fora de casa. Na maioria das vezes as mulheres saem para trabalhar fora de casa, mas com o compromisso de retornar logo para desenvolver sua “verdadeira responsabilidade”, leia-se aí; lavar, passar,

cozinhar e cuidar dos filhos. É por isso que dificilmente as mulheres presentes na Feira trabalham o mesmo quantitativo de horas que os homens. Além disso, convém ressaltar que o cansaço adquirido com as atividades domésticas contribui para o desestímulo das atividades fora do lar, entendendo ser este outro peso necessário para o cuidado com a família, contribuindo para a sua manutenção. Em alguns casos a trabalho em casa toma conta de diversas outras dimensões da vida humana como o tempo dedicado ao lazer ou ao descanso.

Outra avaliação referente a esse mesmo episódio colabora para entendermos melhor a relação da mulher com este papel social que lhes foi incumbido socialmente: Ainda nos casos em que o entrevistado é homem, solteiro e mora só, não é ele que realiza todas as tarefas dentro do lar. Ele acaba por transferir boa parte dessa responsabilidade a mãe, ou alguma faxineira ou empregada doméstica. Procuram também alimentar-se sempre fora de casa, pois evitam aí dois serviços, o de cozinhar e o de lavar louças. Os depoimentos a seguir confirmam o que foi dito anteriormente:

O almoço, o jantar, geralmente é fora. Tomo café na rua, almoço na rua, geralmente quando não quero ficar na rua eu levo algo e esquento no micro-ondas. (Rick, 34 anos, comerciante).

O comerciante Gilson Omena presidente da ACAFT também respondeu neste mesmo sentido:

Não, eu tomava café na Feira das Trocas, eu almoçava na Feira das Trocas. Na Feira das Trocas eu só não fazia dormir, mas eu nunca fico em casa, eu só fico em casa só pra dormir mesmo, eu durmo, me levanto, tomo café na Feira, trabalho, almoço Feira, na tudo na Feira. Faz parte da minha vida e vai continuar fazendo (Gilson Omena, 42 anos, comerciante e presidente da ACAFT)

Os dois comerciantes acima transferiam as tarefas dos seus lares para mulheres de suas respectivas famílias. Hirata e Kergoat (2007) nos trazem algumas reflexões que nos auxiliam a pensar a realidade em questão, demonstrando algumas conceitualizações que retratam a relação existente entre a esfera profissional e a esfera doméstica, e apresentando alguns modelos que expressam o tipo de vinculação existente entre as duas esferas do trabalho.

Acreditamos que é possível identificar entre os trabalhadores da Feira das Trocas, pelo menos 3 tipos de modelos elencados pelas autoras: o “ Modelo tradicional”, em que o homem possui o papel de provedor e a mulher as funções

domésticas: homens que deixavam suas mulheres em casa; o “Modelo de Conciliação” em que só as mulheres articulam as atividades familiares com a vida profissional; e o “Modelo de delegação”, alusivo àquelas mulheres que saem para trabalhar e pagam a outras mulheres para exercerem uma tarefa que seria uma incumbência sua.

No caso específico da Feira das Trocas não há muitos casos de mulheres que pagam outras, mas sim que deixam suas filhas menores de idade com o encargo de organizar a casa, cozinhar e cuidar de irmãos mais novos. No caso dos homens podemos ver no depoimento acima que mesmo morando só, eles se esquivam de ter que realizar tais tarefas. Os exemplos abaixo são bastante representativos:

Ela (a esposa) queria trabalhar mas eu não aceito, ela não tem que trabalhar não. Quer dizer, ela, ela reclama, porque as vezes ela quer uma coisa e eu não tenho dinheiro pra dá, quer ser independente, mas hoje em dia, no mundo que nós estamos não dá pra confiar em ninguém, eu digo mesmo, eu só confio só em Deus, eu não confio nem na minha sombra, porque antigamente a gente tinha respeito entendeu? Mas as vezes ela não trabalha por causa disso, porque eu vejo muitos homens que dá em cima da mulher isso e aquilo outro. Do mesmo jeito que o homem tem a cara de pau a mulher também tem, o contato é pra todo mundo. É por isso que eu digo, eu não confio, se quiser trabalhar tem que deixar minha casa. Porque eu dou de comer a ela, então é melhor tá dentro de casa, se não for pra tá dentro de casa é melhor tá só. Como é que eu vou lavar roupa e botar a comida dentro de casa? É melhor ficar só. (Josenilton, 38 anos, comerciante).

Os casos que ocorrem com mais frequência entre as mulheres está circunscrito dentro do modelo de conciliação:

Acordo 4h da manhã, fico até 01h30min, quando voltava pra casa lavava os pratos, fazer almoço e deixava em ordem a cozinha. Aí quando é de tardezinha um pouquinho aí depois tinha que começar tudo de novo. De 6-9h, depois tomava banho ia dormir e acordava 4h de novo. (Rosana, 39 anos).

No tocante ao modelo de delegação em que a filha mais velha a assume a responsabilidade de um adulto para poder ajudar sua mãe enquanto ela trabalha, temos sérias implicações decorrentes deste ato. O primeiro deles é a perpetuação de um círculo vicioso que provavelmente seus pais foram vítimas e que possivelmente essas crianças e adolescentes também serão vítimas, pois a maioria dessas crianças/adolescentes não tem acesso à escola. Mesmo matriculadas, ao longo do ano abandonam a escola; talvez pelo cansaço das tarefas domésticas ou porque não conseguem obter rendimento escolar para poder passar de ano letivo. Por isso, antes mesmo que isso ocorra elas evadem.

Ao mesmo tempo, boa parte dessas meninas não possui outra qualificação senão aquela que sua mãe ensinou, daí há uma forte tendência delas continuarem a

exercer aquelas atividades tidas como femininas, o que significa desvalorização da ocupação que por sua vez percebem as piores remunerações e etc, completando assim o círculo da perpetuação das condições sócio-econômicas.

Informava a menina pra ela dar café aos meninos e já ia mais a outra. E ela era quem ficava com os meninos, era quem tomava conta ia pra escola, quando a outra começou a ir pra escola, a outra começou a ficar em casa, que a outra não quer estudar, tô tentando ver pra ver se coloco ela na escola direto, quando arrumar vaga eu vou lá assinar. (Josefa Conceição, 37 anos)

Outro aspecto presente nas entrevistas nos chamou bastante atenção, principalmente no tocante as mulheres: quando se questionou os entrevistados acerca das atividades de maior relevância para vida deles obtivemos respostas que contrariam muitos estudos sobre a relação da mulher com o trabalho assalariada ou na esfera pública. Todos os entrevistados, homens e mulheres, responderam que o trabalho mais relevante era o trabalho fora de casa, pois era deste trabalho que eles obtinham o sustento dos seus lares. Quando afirmamos que tais respostas nos chamaram atenção, queríamos justamente enfatizar a fala das trabalhadoras, pois embora elas realizem os afazeres domésticos, talvez elas não os valorizem tanto.

Alguns estudos²⁹ demonstraram que desvalorização das profissões femininas contribui para que muitas mulheres optem por permanecerem em seus lares, ou abandonem os empregos, já que não auferem grandes rendas fora de casa. No que se refere a Feira das Trocas esta tese não se confirma. Do contrário, possivelmente essa lógica tenha gerado um movimento inverso: O não-reconhecimento do trabalho doméstico associado a não remuneração deste, talvez implicasse na sua desvalorização até no olhar das próprias trabalhadoras, mesmo sendo algo atribuído exclusivamente a elas pela sociedade. Como forma ilustrar essa questão segue abaixo os relatos de dois comerciantes entrevistados:

Pra mim o mais importante é trabalho o da Feira porque dali que eu tirava o sustento da casa. (José Nery, 59 anos, comerciante).

D. Joselita de 46 anos também responde neste mesmo sentido

O de casa também é importante e mais o da Feira que a gente sobrevive dali né?

²⁹ Como é o caso da pesquisa realizada por Rodrigues, Jessita Martins (1979). A mulher operária: um estudo sobre as tecelãs. Hucitec.

Por meio de outras indagações também se compreende a dimensão diferenciada por sexo que se atribui ao trabalho doméstico e a ocupação na esfera profissional. Os homens da Feira das Trocas que foram entrevistados relataram em sua maioria que em nenhum momento as atividades do lar atrapalhavam o serviço na Feira das Trocas, apenas um dos entrevistados relatou que em casos de doença da esposa ele chegava atrasado na Feira. Já no tocante as mulheres muitas afirmaram que não interferia diretamente, uma vez que, se não desse tempo para realizar, não realizavam, e deixavam as pendências para fazer depois que chegassem da Feira. Outra entrevistada afirmou que não interferia para ela, mas sim no tempo da filha que ficava em casa.

Quando se inverteu o questionamento e perguntou-se aos feirantes se o trabalho na Feira interferia no trabalho de casa, obtivemos respostas semelhantes quanto aos homens, mas com relação às mulheres as réplicas foram diversas. Isso porque a vivência de cada uma delas era distinta: algumas chegam a casa no turno da tarde daí o trabalho na Feira das Trocas não teria como atrapalhar os afazeres domésticos; outras retornam muito tarde em casa, mas contam com o auxílio das filhas que ficaram em casa, portanto não teria como sair prejudicado o serviço doméstico, porém outras iam dormir tarde arrumando suas casas, essas mais que as outras, sentiam o peso das duas atividades.

Contudo, vale ressaltar que a maioria das trabalhadoras não percebia o impacto do trabalho fora de casa no trabalho dentro de casa. A maioria delas conseguiam adequar perfeitamente o “modelo de conciliação” ou o “modelo de delegação”. Em poucos casos, algumas mulheres a partir de sua experiência análoga, conseguia intuir essa interposição.

“Já interfere porque é como eu lhe disse, a gente tem hora pra chegar e não tem hora pra sair, então as vezes tem alguma coisa dentro de casa que você quer fazer, uma roupa que você quer lavar, mas no caso, você só vai poder lavar na segunda-feira, ou na terça que você não tá trabalhando, porque se for num dia de trabalho você não tem como, que eu saio de casa 7h da manhã e não sei a hora que vou chegar.”
(Lívia, 20 anos, comerciante).

Não obstante termos caracterizado acentuada diferença no que diz respeito a renda de homens e mulheres que trabalham na Feira das Trocas, faz-se preciso entrar na particularidade de vida desse feirantes para analisar com mais precisão a abordagem que será feita agora. Perguntou-se aos comerciantes se a renda que eles obtinham através da Feira era a principal fonte de renda da família. Com exceção de (2) mulheres

entrevistadas, todos os demais feirantes relataram que a base da renda familiar era a remuneração retirada com as vendas na feira das Trocas. Entretanto, vale recordar que a maioria desses trabalhadores se declaram solteiros, o que justificaria a resposta dos entrevistados. Além disso, também houveram casos específicos em que mesmo o entrevistado alegando ter um cônjuge que possuía outra fonte de renda, apresentava os lucros da Feira enquanto algo primordial para o rendimento familiar, isso porque os rendimentos que o entrevistado retirava da Feira era superior ao que o cônjuge obtinha em um emprego formal.

De acordo com o depoimento das trabalhadoras, a atividade desenvolvida na feira associado ao trabalho em casa não abre espaço para que elas desempenhem outras atividades remuneradas. Atinente aos homens, estes dedicam mais tempo a feira que as mulheres, os impossibilitando de procurarem outra atividade ocupacional, por isso o trabalho na feira também para eles é responsável por toda renda que auferem.

Observa-se a partir das entrevistas que a mulher vem se assumindo outro papel econômico dentro da família. Sua renda não é tão somente sinônimo de complementariedade. Muitas delas são “chefes de família” que precisam sustentar sozinhas os seus filhos. Outras contam com participação salarial do cônjuge, mas seus rendimentos mostram-se imprescindíveis à família.

Para que as apreciações presentes nesta dissertação não se restringisse apenas ao que foi observado durante o tempo em que estávamos pesquisando, resolveu-se indagar aos próprios comerciantes se eles conseguiam perceber se havia algum tipo de divisão de tarefas entre homens e mulheres na Feira das Trocas. Guardada as devidas proporções, verificou-se que quase todos os feirantes compreendiam haver uma preponderância feminina nas atividades ligadas ao setor alimentício. Apenas o presidente da ACAFT fez uma fala afirmando não haver assimetrias lá, mas acabou confirmando no seu depoimento que a maioria das mulheres estavam nos restaurantes.

Lá dentro não existia esse tipo de coisa não. Lá dentro era uma coisa bem democrática, é uma coisa bem a vontade, como você viu lá, tem mulheres que trabalham com coco, descascando coco, serviço de homem, vai lá e pega e descasca coco, tem mulher que trabalha na venda de celular, tem mulheres que... é bem claro que a maioria trabalha nos restaurantes, nos bar, isso aí é, acho que...mas lá não existe essa discriminação em relação a mulher não. A mulher lá ela é bem a vontade, ela faz o que ela quer, ela vende, ela vende produtos, ela troca, ela faz tudo, não só as mulheres que trabalha lá, é bom que se fale que a Feira das Trocas é umas portas abertas, as vezes as mulheres vem de fora, elas mesmo negocia ali no meio dos homens, se você percebeu ali no meio daquela multidão tá lá as mulheres no meio

trocando celular, trocando relógio, trocando,...e ela vai e isso não existe não. E o tratamento e o respeito é o mesmo, tanto pra homem quanto pra mulher, não existe isso não, pode perceber que não existe esse problema não.

Isso não significa que os entrevistados não reconhecessem outras atividades desempenhadas pelas mulheres, muito pelo contrário, vários trabalhadores relataram que existem muitas mulheres, que não possuem um Box, mas que aparecem lá principalmente aos sábados e realizam a venda de celulares, dentre outros produtos havendo ocorrência até de eletrodomésticos. No entanto, é preciso lembrar que optamos nesta pesquisa por entrevistar aquelas pessoas que possuíam um vínculo com a Feira e as tais mulheres que vendiam celulares não apareciam com certa regularidade. As falas abaixo são bastante elucidativas quanto à divisão de atividades na Feira das Trocas.

As mulheres mexem mais com comida né? E os homens mexem mais com venda, de troca, de celular, venda de ferramentas, eles vendem muitas ferramentas, tanto na área de construção como na área mecânica, e a gente mulher, eu acho que não tem uma mulher aqui que tem uma loja. Tem assim, que ajuda o esposo, vem limpar, mas que vendem assim. (Valéria)

Lá na Feira das Trocas é assim, tem mulher também que vende celular e tudo, mas a maioria das mulheres, a grande maioria, essas que vendem celular são poucas, a maioria elas estão ali trabalhando com comida, umas trabalham com espetinho, outras trabalhavam com café, outras trabalhavam como garçõete em bar, era mais assim. Homem já não, homem trabalhava na Feira das Trocas negociando com carro, com celular, com relógio, roupa, com essas coisas que são mais pra homem. A mulher ficava mais no lado da alimentação e né? bares mesmo como garçõete, tem mulheres que vendem celulares mais são pouquíssimas, duas, três no máximo. (Lívia)

Os depoimentos apresentados ratificam que, embora as mulheres tenham assumido na atualidade funções que antes só eram realizadas somente por homens, permanece ainda de forma majoritária a tradicional divisão sexual do trabalho, demonstrando também que as relações de poder se recriam na informalidade e que as mulheres assumem as funções que possuem menor valor social.

A ênfase na fala dos próprios entrevistados tem o intuito de revelar a evidência de uma realidade que não é apenas visível aos olhos de estudiosos, mas dos próprios trabalhadores. O que talvez não seja evidente para eles são as repercussões que

a permanência de uma divisão sexual do trabalho acarreta para a vida deles, sobretudo para a vida das mulheres, cujos efeitos são visualizados numa dupla e até tripla jornada de trabalho, comprometem não só valorização da força de trabalho e a renda das trabalhadoras do sexo feminino, mas a sua saúde, o seu estímulo com a esfera pública, as condições de trabalho, direitos trabalhistas, dentre outros fatores.

CAPÍTULO V - IMPLICAÇÕES DO TRABALHO INFORMAL-ILEGAL-ILÍCITO NO COTIDIANO DOS TRABALHADORES/AS.

“Sou camelô, sou do mercado informal, com minha guia sou um profissional (...) Quando a polícia cai em cima de mim, até parece que sou fera.” (Edson Gomes)

5.1 Apontamentos sobre a Informalidade-Ilegal e os seus sentidos na cotidianidade dos trabalhadores/as da Feira das Trocas.

Existem algumas discussões que envolvem conceitualmente as expressões utilizadas neste capítulo e que perpassam a esfera jurídica. Apesar de não termos o intuito de fazer um debate no aspecto jurídico, entende-se que é forçoso abordarmos, ainda que genericamente, as variações presentes nos termos utilizados como forma de esclarecimento. Dessa forma, apesar dos conceitos de ilegal/ilícito aparecerem de forma recorrente como sinônimo, determinados preceitos jurídicos consideram que em alguns significados eles se distinguem.

O ato ilícito seria uma prática ilegal que causa prejuízo a outra pessoa. Já o ato ilegal diz respeito apenas a quebra de um preceito legal, ou seja, não necessariamente causa dano a outra pessoa. Isso significa que todo ato ilícito é marcado pela ilegalidade, mas nem toda ilegalidade é ilícita. Sendo assim é necessário tratarmos esses conceitos de forma distinta.

Com efeito, a caracterização da formalidade ou informalidade se dá por meio da regulamentação ou não do trabalho. No caso da Feira das Trocas estamos falando de uma informalidade que possui práticas tanto ilegais quanto ilícitas, como podemos citar o fato deles estarem ocupando um terreno público sem que houvesse concessão do Estado no momento atual, ou a venda de artigos pirateados, ou até mesmo de produtos furtados. Queremos deixar claro que nem toda informalidade é ilegal ou ilícita. No entanto, identifica-se nesta pesquisa que as fronteiras entre o formal e informal, entre o lícito e o ilícito estão cada vez mais fluídas. Verifica-se que as atividades ilegais e ilícitas presentes na feira das trocas se apresentam para estes feirantes enquanto sustentáculo de sobrevivência.

Acredita-se que o crescimento desse tipo de prática marcada pela ilegalidade é fruto do próprio capitalismo, que apela para múltiplos subterfúgios com o objetivo de controlar as contradições advindas da sua própria lógica de reprodução. Não é à toa que em determinados momentos históricos cresce a ilegalidade no exercício de sobrevivência dos pobres (SOUZA, 2007). Isso também explicaria o fato do Estado ter concedido durante quase 9 anos um terreno a esses feirantes mesmo tendo a perfeita ciência das atividades de cunho ilícito que aconteciam na feira. Do mesmo modo, o poder público costuma incentivar o crescimento de atividades informais por meio de políticas públicas etc.

Em razão disso, não podemos falar que os feirantes que ali estão optaram por trabalhar nesta situação, porque a opção neste sentido precisa estar conectada à falta de oportunidade à que estão submetidos, identificando qual a solução ofertada pelo mercado de trabalho. Envolver-se com o trabalho informal/ilícito representa “muitas vezes uma questão de urgência do que uma questão de escolha” (SOUZA, 2007, p. 94). Outra vez, destaca-se que por mais que se trate de uma informalidade fomentada em determinado momento pelo poder público, foi também um espaço totalmente esquecido pelo Estado, isto é, marginalizado, e por isso mesmo, formado por pessoas que estão à margem da sociedade que não tiveram acesso a direitos básicos como saúde, educação, alimentação dentre outros. Talvez seja por esta razão que as pessoas que ali estão não se sentem na obrigação de cumprir normas e leis de um Estado que os desprezam.

As informações supracitadas não foram formuladas exclusivamente pela observação direta. Os depoimentos dos entrevistados abordaram de forma recorrente a relação da feira com o poder público, dando ênfase principalmente a duas questões: a ausência do poder estatal na localidade e também a relação conflituosa que era estabelecida com a feira, mesmo na fase em que estes ocupavam um terreno do Estado. Por meio das declarações abaixo podemos visualizar o que fora destacado.

Eu acho que eles fazem pouco caso da Feira das Trocas e dos feirantes. Eles teria que organizar melhor, procurar é botar uma pessoa correta pra coordenar aquilo, e abri um espaço próprio pra isso pra não ficar esse fecho. Hoje que o Estado que deveria vê isso, porque todo mundo que tá ali quer queira, quer não queira, por intermédio de alguma coisa, são todos consumidores e pagam impostos, então todo mundo tem seu direito. Então, porque os órgãos públicos não procuram regularizar a Feira pra que fique um negócio certo, mesmo que cobrem impostos. Eles deveriam olhar mais pra esse lado aí. (Carlos, 32 anos, comerciante).

Olhe, o poder público ele só se colocava nas Trocas quando era..., nunca foi pra ajudar, nunca! As melhorias na Feira das Trocas vinha dos próprios feirantes, se a gente queria uma luz, os próprios feirantes tinham que arranjar uma forma de atrás da luz, falar com Omena e tudo. O poder público só ia lá pra taxar a Feira das Trocas como uma feira ilegal, que tinha coisa ilegal, e o poder público só ia lá pra apurar, mesmo assim ia pra afrontar, nunca foi pra..., nunca vi ninguém do poder público pra chegar lá e dizer vamos fazer uma pesquisa, sentar com cada feirante e perguntar o que é bom, o que é ruim, o que precisa melhorar, se vocês precisam disso ou daquilo, que calce, como é que tá a situação pra vocês? Nunca! Se a gente queria um lugar calçado, limpo, os próprios feirantes iam comprar e os próprios feirantes fazer, porque se não fizesse... Ali não teve nada que o poder público chegasse e ajudou, ali não tinha uma tábua que o poder público deu, ali não tinha um saco de cimento que o poder público deu. Sempre foi tudo dos próprios feirantes, a Feira das Trocas foi esquecida pelo poder público, não tinha, só tinha policial pra afrontar, nunca pra ajudar. (Maria José, 44 anos, comerciante).

A única expressão do poder estatal na localidade sempre foi a Polícia. Para exemplificar a afirmação precedente cabe lembrar que, mesmo no momento em que o poder público concedeu o terreno situado na Avenida Tancredo Neves durante um período de 5 anos e que se estendeu por mais de 8, de imediato esse mesmo Estado afirmou na Imprensa local que não iria fazer nenhuma melhoria na região. Órgãos públicos como EMSURB e EMURB se abstiveram em fiscalizar o espaço e/ou construir algo que pudesse melhorar o aspecto e salubridade do local. Conforme informação da EMSURB, não houve nenhum cadastramento durante esses anos de funcionamento da feira.

Essa postura aparentemente contraditória do Estado nos revelam duas questões essenciais para entendimento dessa lógica: A primeira compreende as ações do poder público no tocante a promoção, em certa medida, de atividades informais/ilícitas, como forma de desresponsabilização desse mesmo Estado em oferecer direitos sociais a classe trabalhadora. A segunda é que as práticas tipificadas como criminosas desse tipo de trabalho justificariam o poder público poder usar de violência, principalmente com as classes mais pobres (JINKINGS apud SOUZA, 2007). Essa coerção é identificada, nos Estados neoliberais, pela “expansão de um gigantesco aparato repressivo estatal, voltado não somente para criminosos violentos, mas para uma população empobrecida, da qual se diz ‘propensa ao crime’”. (JINKINGS apud SOUZA, 2007)

Figura 11: Apreensão de produtos sem nota fiscal na Feira das Trocas/Aracaju.



Fonte: Infonet– Data: 02/06/2013.

Diante desse contexto é que se inserem os personagens dessa história. Portanto não se pode entender tal situação sem que haja uma noção sobre quem é esse ator social que foge da legalidade, quais as circunstâncias que ocorre esse distanciamento do que é lícito e de que forma ele se explica. Os capítulos anteriores em certa medida, já abordaram o perfil desses feirantes e qual o tipo de trabalho e vivência que possuem dentro da feira. Cabe agora revelar como os feirantes entrevistados vivenciam essa vertente do submundo ilegal do trabalho. Antes disso, é importante frisar que a perspectiva de gênero também foi utilizada pra análise das entrevistas no que diz respeito a esse assunto.

Não obstante o fato dos homens assumirem as tarefas que tinham um caráter mais fortemente associado à ilicitude, não impedia que as mulheres por assumirem aquelas funções mais vinculadas às tarefas domésticas não sofressem com os abusos policiais e represálias da sociedade. Isso porque tanto eles, quanto elas estavam envolvidos com atividades ilícitas. Porém as pequenas ilicitudes cometidas pelas mulheres eram bastante veladas.

Estamos fazendo referência a um fato de extrema relevância, isto é, entre uma “atividade feminina” e outra, três mulheres que foram entrevistadas deixaram escapar que vendiam celulares. Para utilizar uma expressão muito usada na feira elas

“reciclavam” celulares, ou seja, compravam celulares possivelmente roubados a preços rebaixados e revendiam-nos com grande margem de lucro. Entretanto, em vez delas saírem ofertando celulares na feira, elas eram procuradas pela clientela. Como elas já possuíam ponto fixo (lanchonetes, bares e restaurantes) alguns clientes que buscavam esse produto na feira já eram indicados por outras pessoas para procurarem essas mulheres.

Não podemos deixar de pronunciar que nenhuma mulher falou abertamente sobre essa atividade, mas nas suas falas acabaram revelando isso sem perceberem. Essas mulheres trabalhavam servindo em restaurantes, ou vendiam lanches/ espetinhos. Nenhuma delas era a dona proprietária do estabelecimento, o que nos faz pensar que os salários baixíssimos que recebiam foi um dos fatores impulsionador dessa prática delituosa. A revelação muitas vezes advinha depois de algum tempo de entrevista e depois dessas trabalhadoras já terem relatado sobre sua atividade no ramo de alimentação na feira. Este foi o caso de Vanessa, 18 anos, que depois de ter relatado em outras perguntas sobre a tarefa de servir as pessoas no restaurante, revelou esta circunstância quando perguntamos qual o produto que ela comercializava na feira, daí ela respondeu de prontidão: “celular”.

Neste sentido, ainda pode-se conjecturar que as razões que justificam a forte camuflagem dessa prática ilícita entre as mulheres, diferente dos outros trabalhadores, pode envolver também aspectos culturais: comumente as mulheres são associadas à emotividade, pessoas doces e frágeis. A “criminalidade” seria então um valor que se distancia do papel que deveria ser cumprido pelas mulheres, logo, as mulheres que assumem a prática ilícita sofreria de forma ainda mais contundente a discriminação social.

No entanto, não podemos restringir a vivência do cotidiano ilegal apenas àquelas pessoas que tinham ligação direta com produtos roubados, contrabandeados ou fruto de pirataria. Não é demais recordar que na maior parte do tempo a feira sempre ocupou locais sem autorização do poder público, de forma ilegal, e é assim que a feira hoje se encontra. Se formos elencar apenas este aspecto já se poderia afirmar que todos os feirantes podem ser enquadrados como pertencentes de uma informalidade-ilegal.

Isso não significa que detectamos a existência de atividades diversas dentro da feira, inclusive, muitas que não são marcadas pela ilegitimidade, mas isso não quer dizer que estes não vivam a “cultura da ilegalidade” nos seus respectivos trabalhos, já

que todos eles eram destratados e tinham suas rendas afetadas a cada batida policial, tendo que fechar seus negócios por diversas vezes.

Além disso, convém ressaltar que a experiência ilegal não está presente apenas na repressão policial, mas no senso-comum da sociedade quando os tratam como bandidos, nas instituições do Estado quando não lhes dão credibilidade dentre outras questões. É por isso que muitos feirantes compartilham do sentimento de indignação, pois a despeito de muitos terem práticas honestas, são todos colocados numa vala comum pela sociedade e pela mídia que criminaliza os trabalhadores como um todo. Por isso o receio dos trabalhadores do fechamento da feira, pois a vida de todos que passaram por lá já está afetada pela discriminação o que provavelmente será um empecilho para qualquer um que quiser encontrar um emprego formal.

Essa afirmação está baseada nas falas dos entrevistados quando retrataram suas experiências quanto aos impactos do fechamento da feira, ou com relação ao fato da sociedade taxar a feira das trocas como ilícita ou de como eles sentiam a relação existente entre a feira e o poder público. Observa-se que o sentimento desses feirantes, construído por meio das experiências de trabalho que estabeleceram na feira e é algo que é compartilhado pela maioria deles.

Em razão disso, para tentar detectar em que medida este sentimento/experiência é partilhado por todos entrevistados desta pesquisa, homens e mulheres, os entrevistados foram inqueridos sobre o que eles pensavam a respeito da sociedade taxar a Feira enquanto um espaço de ilegalidades. Muitos colocaram que a sociedade criminaliza a Feira, sem ao menos conhecê-la, e que diversos delitos são atribuídos a Feira, mas que não há respaldo concreto.

O depoimento de Vanessa, 18 anos, é ilustrativo quanto a essa questão:

Por causa da imprensa assim, a imprensa pega muito em cima dizendo que é lugar de prostituição, essas coisas. Já a imprensa diz tudo ao contrário, distorce tudo.

Outros comerciantes enfatizaram certos fatores que contribuem para criminalizar a Feira, como por exemplo, o desconhecimento da Feira por uma parcela da população e também do próprio Estado em face da ausência deste neste espaço. Vejamos:

Já começa pelo Ministério Público, esse Dr. Daniel que continua lá no MP, ele não conhecia a Feira das Trocas, ele não sabia o que era a Feira das Trocas, ele tomou uma decisão sem saber o que era a Feira das Trocas, tanto é que quando ele chegou lá ele ficou surpreso quando, é porque ele achou que ele poderia fechar e tirar as mercadorias de dentro no mesmo dia achou que era só chegar lá com os policiais, como a Feira de antigamente, achou que era a mesma coisa, quando ele chegou lá que viu a dimensão da coisa, ele se surpreendeu. É o que acontece com a sociedade. A sociedade ela não conhece a Feira das Trocas, ela vê pela televisão, ela ouve pela televisão, mas ela não sabe o que é a Feira das Trocas, é justamente por isso que eu, esse meu trabalho de tentar formalizar (...), que é pra vê se eu começo a puxar esse pessoal, essa parte da sociedade que não conhece a Feira das Trocas pra trabalhar muito isso, pra mostrar pra eles que a Feira das Trocas não é isso que se fala, (...) Quer dizer, a discriminação, eu volto a falar sobre a discriminação, a discriminação aqui fora é muito. (Gilson Omena, 42 anos, comerciante).

Eu acho assim, que existe, existe, muita coisa errada aqui na Feira das trocas, se eu falar pra você que não existe, que não tem roubo na Feira das Trocas, eu tô querendo ou acobertar ou querendo negar uma coisa que eu tô vendo, tem muita coisa errada na Feira das Trocas, mas se a gente tivesse apoio pra ter uma fiscalização, eu acho que seria mais restrito, fechava mais, mas infelizmente a gente não tem apoio de político, a gente não tem apoio de polícia, dos bombeiros. Na hora de derrubar vem todos esses órgãos, até o que você acha que não vem, ele veio, que tudo que você pensar de órgão, na hora de derrubar a Feira das Trocas ele tava lá. (Valéria, 37 anos)

A comerciante Rosana, 39 anos, explicou que para não sofrer mais com o preconceito das pessoas não informava socialmente que a lanchonete que possuía estava situada na Feira das Trocas, pois as diversas vezes em que precisou fazer isso sofreu com a discriminação.

Aí sempre, quando eu tinha que resolver alguma coisa assim no centro, banco, eu não falo que vendia na Feira das Trocas porque sempre o pessoal criticava, até no Colégio mesmo, o rapaz tava falando que disse que tinha uma lanchonete nas Trocas, “vixe você tem uma lanchonete nas trocas?”, eu disse: tenho! “Ah só tem ladrão”; não, não tem só ladrão não. Porque ladrão se tiver tem em qualquer lugar, a praça também se for pra dizer veve um monte de ladrão. Aí ele ficou calado, mas não é não? Todo lugar tem ladrão. Aonde que não tem ladrão? Até onde fica os políticos lá tudo engravatado tem ladrão e não tem nada com eles. Aí meu fio né todo mundo que é ladrão não. Tem gente também honesta que também quer ganhar o seu pão de cada dia.

Nos termos colocados pelos próprios entrevistados fica nítido que a fuga da legalidade, é compreendida e até legitimada pelos trabalhadores, mesmo para aqueles que não as praticam de forma direta (o caso de comerciantes que apesar de ocuparem

um terreno ilegalmente, não desempenham atividades ilegais ou ilícitas). Identifica-se que muitos dos feirantes que lá estão compram produtos de origem duvidosa para revendê-los. Entretanto o relato acima questiona e em certa medida rebate a criminalização feita a essa população de trabalhadores informais, mostrando que a sociedade em que vivemos demonstra contradições latentes quanto a essa questão: no depoimento supracitado a trabalhadora manifesta que os próprios legisladores são responsáveis por atos que negam as próprias leis criadas por eles, mas estes diferentes dos trabalhadores pobres não são reprimidos e discriminados.

Figura 12: Apreensão de motocicletas sem nota fiscal na Feira das Trocas/Aracaju.



Fonte: Infonet– Data: 02/06/2013.

O depoimento de todos comerciantes entrevistados também foi bastante elucidativo quando se reportaram ao processo de remoção deles da localidade em que se estabeleceram por mais de 8 anos (Av. Tancredo Neves). Muitas questões de aspecto subjetivo vieram à tona quando eles relatavam a história, inclusive fazendo-nos identificar a relevância e o sentido que o trabalho tem na vida dessas pessoas. Mesmo tratando-se de um trabalho nestas condições.

Parece, portanto, que por mais estigmatizada que a Feira fosse, o trabalho e as relações sociais estabelecidas naquele ambiente fazia com que as pessoas se sentissem úteis, revelando também que para além de suprir as necessidades humanas este trabalho também dava sentido a vida desses feirantes. Embora a atividade seja socialmente associada à criminalidade, para eles o trabalho tinha outra conotação. Neste

sentido, Organista (2006) contribui para lançar outro diagnóstico sobre a realidade quando afirma que.

A atividade do camelô, apesar de precária, desestruturada e, ainda, estigmatizada vai além de pura estratégia de sobrevivência para aqueles que as executam. Ela é a tentativa de se “auto-incluir” numa ética que opõe o trabalho a vadiagem, demonstrando que ainda existe no Brasil um forte vínculo simbólico do trabalho como dever moral e que, apesar da demanda por mão-de-obra superar a oferta, não é qualquer trabalho que é visto como portador de uma conduta moralmente aceita; por isso, a necessidade imperativa de os camelôs construírem suas representações como trabalhadores em oposição aos malandros, procurando reconfigurar os valores na busca por temperar direito com justiça no tratamento igual dos desiguais. É pelo trabalho que os sujeitos se reconhecem como agentes sociais moralmente aceitos.

5.2- As mulheres trabalhadoras e suas experiências de “fuga da legalidade” frente às exigências de qualificação do mercado de Trabalho.

Inegavelmente quando aferimos a História Social do Trabalho no Brasil percebe-se que desde o processo de inserção das mulheres nas fábricas elas assumiam postos de trabalho que representassem a extensão das atividades domésticas, por isso a maior inclusão delas ocorria naquelas fábricas que envolvessem a produção têxtil de vestuário e toucador (HARDMAN e LEONARDI 1991). Isso quer dizer que desde o advento da mão-de-obra feminina na esfera do trabalho produtivo as “qualificações de mulheres”, frutos de uma qualificação não-formal, sempre foram utilizadas pelo mercado de trabalho.

Entretanto, a atual configuração histórica não é a mesma encontrada no início do século passado. Já se abordou em outros momentos as mutações do mundo do Trabalho ocorrida nos últimos 40 anos e que compreende, antes de qualquer coisa, o advento de novas tecnologias. Neste sentido, Hirata (1998) alega que a inserção de novas tecnologias não representou apenas novas oportunidades de emprego para o trabalho feminino, mas representou também um processo de marginalização das mulheres não qualificadas ou até mesmo risco de emprego, gerando assim um movimento de dupla transformação do trabalho.

De outra forma, os novos modelos produtivos impunham exigências de qualificação que são normalmente associadas à figura masculina tais como a iniciativa, autonomia e responsabilidade. Isso de certa forma provocou um movimento paradoxal, visto

que aqueles que não se enquadrassem ao modelo exigido estariam sendo lançados em outro processo, fruto do primeiro, que levaria a instabilidade e precarização do trabalho, desemprego prolongado e flexibilidade da mão de obra. O número de mulheres admitidas nos postos que exigem conhecimento técnico, iniciativa e etc. ainda é muito diminuto. Assim não fica difícil deduzir que foram as mulheres as maiores afetadas pelo segundo processo pontuado acima (HIRATA, 1998).

Neste ínterim, concluímos que a trajetória que culminou na inserção feminina na Feira das Trocas que se deu nos últimos anos não é apenas resultado da localidade ter possibilitado a permanência e estabilidade dos feirantes em uma única região (fato que ocorreu durante os últimos 9 anos). As condições históricas de marginalização da mão-de-obra feminina são primordiais para entendimento desse fenômeno. Não é por menos, que elas exercem na Feira as mesmas atividades desvalorizadas no mercado de trabalho excludente. Talvez por isso, o afastamento da Feira das Trocas “custou tão caro” a vida dessas trabalhadoras, já que foram elas são as mais afetadas com o desemprego no mercado de trabalho.

Tem-se a clareza neste estudo de um contexto que afugenta as mulheres da informalidade na esfera pública, cabendo a elas uma informalidade mais vinculada a esfera doméstica. Historicamente a esfera pública nunca foi o espaço da mulher, mas no caso da Feira das Trocas, não é apenas o fator “público” que contribuiu para afastar o público feminino durante muitos anos. O ambiente era eminentemente masculino e havia a coexistência de práticas de caráter ilegal e ilícitas, o que poderia macular a imagem da mulher frente a sociedade, aos seus maridos etc. As mulheres que chegaram ali tiveram a coragem de romper com preconceitos e a hostilização da sociedade. E elas foram para Feiras movidas principalmente pela motivação econômica: Precisavam sustentar suas famílias. A marginalização dessa mão-de-obra já era uma realidade na vida dessas mulheres antes de adentrarem a Feira. Uma das pioneiras da Feira das Trocas conta como se deu esse processo de inserção há 18 anos:

Eu fui vender lá no mercado, eu fiquei com a caixa e com a garrafa térmica aí como eu não vendi nada, aí eu voltei numa tristeza aí eu vim andando. Eu vou lá nessa Feira das Trocas, eu ouvi falar dessa feira, eu vou lá, aí eu vim andando lá do centro (...) quando eu cheguei que eu olhei: vixe meu Deus só tem homem! Aí eu não disse, não vou não. Mas eu não vou levar esse lanche de volta, se não eu vou perder o dinheiro que eu gastei e a garrafa de suco, aí eu disse, eu não vou não. Aí eu fiquei lá e fui chegando devagarzinho, chegando de mansinho, aí uns caras veio de lá pra cá e perguntaram “tem o que menina aí”, aí eu respondi: lanche! Aí, perguntaram, é quanto? Na época era 50

centavos o salgado com o suco. Aí começou, assim que abriu, menina não tinha mais nada. Aí eu pensei: é aqui que eu vou ficar. No outro dia a mesma coisa. Aí pronto eu fui acostumando. Aí eu fui conhecendo (...). Aí se você chegar assim nas Trocas pergunte se alguém já saiu ou..., eu sempre disse “óí aqui, eu tô aqui pra trabalhar e amizade e amizade, liberdade é, sempre botei, pus respeito, então ali pode ter ladrão, pode ter maconheiro, pode ter o que for, mas quero ver ali nenhum mexer comigo é tudo ali me respeita, é graças a Deus, onde eu vou, Ave Maria!, é uma benção. Também a gente precisa dar o respeito pra ter, aí pronto, até hoje.”

Denota-se por meio deste relato que a falta de perspectiva financeira das feirantes que compunham a Feira das Trocas, associada ao receio do desemprego prolongado as impossibilitando de manter o lar, foram os fatores que mais contribuíram para que essas mulheres fossem para a Feira das Trocas. Do mesmo modo, trouxemos essa informação na tentativa de corroborar com o entendimento dos impactos do fechamento da Feira para homens e mulheres que lá trabalhavam. Verificou-se que a expulsão dos comerciantes do local em que permaneceram por 9 anos, tiveram consequências ainda mais drásticas para a vida das mulheres. Constatou-se que uma parcela significativa da população masculina da feira continuou vendendo seus produtos, seja porque alugaram outro ponto para fazer isso ou porque ocuparam logo outra região próxima à antiga localidade. No caso das trabalhadoras, ao menos durante três meses, muitas delas ficaram sem perspectiva de trabalho, passando por dificuldades financeiras e tendo que comercializar seus produtos (bebidas e comidas) no mesmo local em que moravam.

Nesse contexto o sofrimento é inevitável e ubíquo. Daí para o surgimento do sofrimento psíquico é apenas um passo: com a perda do significado do trabalho ocorre uma ruptura entre a subjetividade e a objetividade, entre o eu e o mundo. Essa ruptura retira do indivíduo o interesse e o controle sobre o trabalho. (CODO, 1998). Os efeitos do sofrimento relacionam-se com o quadro de angústias, agregam-se os dilemas das decisões que precisam ser tomadas ou implementadas e que afetam a vida de outras pessoas como eles.

Algumas mulheres declararam que entraram em depressão após o fechamento da feira, outras relataram enfaticamente que se sentiram humilhadas, escorraçadas pelo desprezo da sociedade e do Estado e a desumanidade com que foram tratadas. Quando nos referimos à palavra desumanidade estamos simplesmente vocalizando expressões que apareceram de forma recorrente na fala de certas entrevistadas. Três trabalhadoras fizeram uso de termos que comparavam a atitude da

Polícia para com eles como se estivessem lhe dando com animais. O depoimento de Joselita, 42 anos, caminhou nesta direção,

Tô ficando aqui (na própria casa em que morava), mas eu vou sair daqui, paguei esse mês, mas no outro mês não vou pagar mais não. Aqui não vende nada não. Aqui vou morrer de fome. Eu aluguei aqui porque não tinha onde botar as coisas, jogaram o povo na rua como cachorro. Aí não tinha pra onde ir, a gente ia pra onde? ...eu ainda coiso porque não tenho muito filho pequeno e muitas mães por aí, pelo amor de Deus, muitos pais de família com a mão na cabeça que vivia disso. Eu mesmo vivia dali, tinha a comida os lanches aí vieram expulsar como se expulsa cachorro. Que isso não se faz com um cachorro. Mas é, não se faz com cachorro.

Valéria acrescentou:

Eu acho que assim, todo mundo foi tratado que nem cachorro, não teve, veio assim uma liminar pra dizer, tal dia você vai sair, e isso mexeu com a vida financeira de todos.

Estas declarações são representativas principalmente no tocante a dois aspectos: o primeiro diz respeito ao que esses trabalhadores/as acreditavam sobre qual devia ser o papel do Estado perante aos comerciantes autônomos. E o segundo para auxiliar na compreensão do impacto do fechamento da feira para a subjetividade desses trabalhadores. Parece-nos que foi neste momento que eles/elas acordaram para perceber que boa parte da sociedade sergipana não os via enquanto trabalhadores, por mais que, diversas vezes, trabalhassem de domingo a domingo. A marca da ilegalidade já havia atingido a imagem destes enquanto trabalhadores/as, mesmo que nem todos praticassem comercialização ilícita. O depoimento de Lívia (20 anos) colabora para enriquecer as afirmações precedentes,

O que eu achei ali da Feira das Trocas foi um absurdo, é um absurdo porque ali, como eu já tinha lhe dito, ali tem coisa errada tem, mas também tem muito pai de família que depende dali. As vezes tem um que tem uma renda por fora, mas muitos não tinham, a gente sabe, querendo ou não, como eles alegam que tinha coisa errada, tinha, mas porque não havia, é o que o povo fala, porque não havia uma fiscalização, porque eles não se impunham pra dizer “isso aqui tá errado!, Não pode ter moradia, não pode ter de menor, o funcionamento da Feira das Trocas é de tal hora a tal hora”. Não tinha ninguém, não tinha uma pessoa, tinha Sr. Gilson Omena, só que, no meio de muita gente ele acabava sem muita voz ativa, mas não vinha ninguém de nenhum órgão público pra chegar pra falar o que tava certo o que tava errado, então eu achei aquilo ali uma tremenda ignorância, principalmente do jeito que tiraram as pessoas dali, ali foi uma humilhação e muita gente ali era tudo pai de família, tinha 10 min pra entrar lá dentro pra tirar tudo, no nosso caso a gente deu sorte porque a gente conhecia algumas pessoas da EMURB e eles tiraram a

nossa mercadoria de lá de dentro, mas teve gente que não teve a mesma sorte que a gente, teve que ficar por lá e ver o trator demolir, querendo ou não, você investe um dinheiro ali, você investe um dinheiro ali e você vê aquilo que você trabalhou de uma hora pra outra o trator passando em cima e você tá jogada, porque quem passou por ali e viu, os feirantes tudo jogado lá na frente, como se a gente fosse uns animais. A mercadoria do lado de fora e a gente como se fosse um animal, e aquele monte de polícia como se ali ele estivesse tratando só com bandido, como se ali não tivesse um pai de família, ninguém, então aquilo ali foi revoltante, pra uma pessoa que paga seus impostos, que trabalha certinho, que não faz mal a sociedade, aquilo ali foi um modo revoltante, que a pessoa se revolta, você vê a cena, todo mundo, senhoras, tinha senhoras que tava no chão, não tiro por mim porque eu sou nova, a gente aguenta baque, mas senhoras no chão, umas que moravam lá, no caso de uma senhora que a gente chamava lá de “toda feia”, ela tem 52 anos, era ilegal, era! Mas ela não pode nem entrar pra tirar a roupa dela que tava lá dentro, ninguém queria nem saber pra onde ela ia, ninguém chegou pra falar bem assim “óí vou botar a Sra. no, já que tá tirando, botar a Sra. num abrigo”, não, ela saiu e dane-se pra onde você vai, se vai dormir na ponte, se vai dormir numa praça, se vai dormir na rua, então foi uma situação que foi realmente revoltante. Até hoje todos os feirantes se sentem revoltados pela forma que a gente foi tratado, porque eu acho que se eles tivessem chegado lá, tivessem tido falado “óí isso aqui tá errado, isso aqui tá certo” e a gente melhorasse, tudo bem, mas da forma que foi tirado a Feira das Trocas dali, foi uma forma que revoltou a população em si, ficou todo mundo revoltado. Ou que fizesse um cadastro e removesse... e removesse pra outro lugar, ou então, e que desse um prazo pra todo mundo se erguer, mas não a gente chegou lá, a gente chegou lá já deu de cara com polícia, era choque, era cavalaria, aquela que tem cachorro, era bombeiro, era tanta polícia pra nada, pra tirar um bando de feirante, tirar pai de família de lá de dentro. “Quem entrou saí, ou ..., quem entrou não entra mais, e quem tá dentro tem que sair”

- Não mais tem que tirar as coisas
“tem 5 minutos pra sair”

Ninguém ia conseguir tirar os seus pertences todos em 5 minutos, não tinha condições de tirar. “Ah, mas você tem na semana pra passar, a semana tudo bem, chegou segunda, terça, quarta”, ninguém viu ninguém indo lá pra abrir o portão pra ninguém tirar, quem tirou, teve que pular o portão, quem tinha alguma coisa de valor ainda, teve que pular o portão pra poder tirar as coisas, e era arma apontada pra gente como se a gente fosse algum marginal, como se a gente tivesse fazendo uma rebelião dentro de uma cadeia então isso foi revoltante.

Compreende-se que essa circunstância deve ter causado grande angústia aos trabalhadores que estavam lá, pois todos eles investiram suas finanças para se estabelecerem lá. As trabalhadoras ficaram ainda mais revoltadas, pois muitas não tinham funcionários para ajuda-las nesse processo, nem força física para retirar todos os produtos materiais de trabalho em poucos instantes.

Contudo, parece-nos que mesmo com a retirada traumática desses feirantes da localidade, muitos homens não se sentiram amedrontados com essa ação do Estado e no outro dia já haviam se estabelecido em outro terreno público bem próximo a antiga localização³⁰. O mesmo não ocorreu com as trabalhadoras. Essas mulheres retornaram a seus lares e ficaram sujeitas a uma série de transtornos, uma vez que sucedeu delas terem que vender bebidas alcoólicas na sua própria casa em que morava com seus filhos. Uma das entrevistadas nos contou que estava correndo o risco de perder a guarda dos filhos, já que havia denúncias dos vizinhos para o Conselho Tutelar.

Não eu só lamento muito que acabou a Feira das trocas que era meu meio de vida e realmente eu precisava muito de lá e dependia de lá, e não vou mentir, eu dependia de lá e...quando acabou eu me senti sem chão. *Eu estou sem chão (...)* Mas mesmo assim ninguém pode viver porque já me denunciaram aqui. Porque eu to morando com eles aqui tudinho, que eles não tem onde morar, eu vou morar aonde?. É porque essa casa é aluguel uma casa é o barzinho, que eu to morando aqui porque eu não tenho onde morar. Eu morava em outra casa lá em baixo, lá em cima, lá em baixo primeiro e depois lá em cima, aí se mudei aqui pra cima, morei 1 ano e 1 mês lá em baixo e morei 6 meses aqui em cima, só que eu não tava muito bem e foi quando acabou o negócio das Trocas aí eu peguei e vim pra cá por que acabou esse negócio de Feira das trocas aí eu disse não, vou alugar uma que tenha um bar pra mim já morar e já trabalhar. Aí eu to esperando a polícia vir aqui-eles sempre passam aqui-aí eu vou dizer: ó moço com todo respeito eu vou falar com o senhor. Eu tenho 5 filhos, não tenho como criar, eles não tem pai, o pai deles já morreram, só tem o pai de 2 que dá 50 por semana, entendeu? E eu não tenho do que sobreviver eu sobrevivo disso, agora se o Senhor quiser me dá um salário todo mês eu não boto o bar. E ainda mais quando ta cheio de gente eu deixo as crianças lá dentro, que muita gente não gosta de criança que fica passando e quando as pessoas sai eu lavo o banheiro direitinho, como já lavei hoje ói, lavo antes das pessoas chegar, lavo depois que as pessoas saí pra não pegar micose nenhum dos dedos das pessoas né que a gente não sabe o que as pessoas tem, e eu não posso nem dizer na casa que eu to morando,...eu não tenho onde morar, vou fazer o que?. (Josefa Conceição, 37 anos, comerciante).

A declaração de Livia (20 anos) exemplifica a afirmação acima:

O impacto foi que, até hoje, vai fazer quase 3 meses que a gente saiu de lá, até hoje a gente não conseguiu se erguer inteira.

Outrossim, acredita-se que para as mulheres com este perfil, o afastamento do trabalho na Feira das Trocas tem um impacto ainda mais forte, já que para elas o trabalho é condição de sobrevivência. De acordo com Lobo (1991) o trabalho

³⁰ Ver anexo (2).

permanente (dentro e fora de casa), se impõe na vida das mulheres pobres, ou seja, é imprescindível para elas, ainda mais quando se trata de mulheres que começaram a trabalhar na infância/adolescência: “o trabalho doméstico faz parte da condição de mulher, o emprego faz parte da condição de mulher pobre”. (LOBO, 1991, p. 82).

Destarte, buscou-se entender o trabalho informal/ilegal/ilícito dentro de um contexto que promoveu a proliferação desse tipo de ocupação e que está articulado a feminização do mundo do trabalho. Neste, o capitalismo recente, com base no modelo japonês de produção precisa de uma mão-de-obra flexível, que se adequa às condições de trabalho mais aviltantes e que não tenha proteção social. Como resultado dessa imprescindibilidade do capital aparecem os empregos precarizados e a informalidade, este último mantém laços estreitos com ilegalidade.

A indubitável que a necessidade de sobrevivência impulsionou e ainda impulsiona essas pessoas a percorrerem um caminho que ora é apenas informal, outra ora, ele também é ilegal. De outro modo, vale frisar que quando a situação envolve a subsistência das pessoas, os aspectos de ordem moral permanecem em segundo plano.

Com efeito, a ilegalidade aparece de tal forma no cotidiano das classes populares que muitas vezes mistura-se com as práticas informais de sobrevivência, às vezes assumindo um manto de legitimidade, outras vezes representando meios pelos quais a dominação das elites urbanas e/ou de determinados grupos locais que surgiram na mesma situação de pobreza se manifestam. (SOUZA, 2007, p.82).

Por fim, traremos uma última reflexão, com a finalidade de repensarmos a crescente criminalização social da Feira das Trocas e o ambiente em que estão inseridos os atores sociais dessa trama. Já foi dito em outro momento que a informalidade muitas vezes está atrelada a ilegalidade como também a própria formalidade pode estar. Todavia, existem feiras em que há uma recriminação social/moral mais forte que outras: A Feira das Trocas é uma delas. Mas isso não ocorre por acaso. As autoridades públicas e a sociedade de modo geral sabe da existência de vários tipos de práticas que são enquadradas como “comércio ilegal”, como por exemplo as que envolvem o jogo do bicho, ou o comércio de bebidas alcóolicas contrabandeadas, ou até mesmo que abrange a adoção de bebês no exterior dentre outros. Todos esses exemplos estão associados ao crime. Contudo, como explicar que muitas vezes esse tipo de comércio tenha uma aceitação social maior do que a Feira das Trocas?

Decerto, o aumento da criminalização não ocorre para todas as pessoas e classes sociais. Há uma relação direta entre os dados que apontam as camadas sociais

mais pobre e que mais sofrem com o desemprego e vulnerabilidade social e o perfil das pessoas que são mais criminalizadas no país. Assim, quando é conveniente para o Estado ele se autoriza “ser ilegal”, quando não, aplica-se com o violência os ditames da lei. Visualizamos ao final da pesquisa que surge uma nova fase na relação do Estado com dessas categorias que não absorvidas pelo mercado de trabalho, fase esta que já está marcada por uma lógica penalizante dos grupos sociais em que este mesmo Estado não oferece alternativa de vida/sobrevivência.

Finalmente, observou-se que o preconceito social que sofriam associado às fortes investidas do Estado com o intuito de acabar com Feira tiveram implicações ainda mais fortes na vida da mulher. Inegavelmente colaborou muitas vezes para o retorno delas aos lares, tendo em vista toda uma pressão familiar e comunitária para que elas não retornassem a um ambiente impróprio para elas. A mulher que trabalhava na feira das Trocas além de se revoltar com atitude do poder público, também se intimidava com este. Assim, desde que saíram do terreno cedido pelo Estado, a segurança pública do Estado vem acuando cada vez mais esses feirantes. Isso tudo contribuiu para que o número de mulheres na Feira reduzisse consideravelmente na atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

“Desse modo, um desafio maior da humanidade é dar sentido ao trabalho humano, tornando a nossa vida também dotada de sentido. Instituir uma nova sociedade dotada de sentido humano e social dentro e fora do trabalho. Este é um desafio vital em nossos dias.”
Ricardo Antunes

Com efeito, o problema central nesta pesquisa tinha o intuito de analisar e reconhecer em que medida as atividades que as trabalhadoras informais desempenham na Feira das trocas reproduzem o mesmo modelo tradicional de divisão sexual do trabalho. Sendo assim, para avaliar as respostas encontradas para a pergunta de partida, será necessário a partir de agora fazer uma síntese argumentativa dos principais resultados deste estudo.

Considerando-se que as mudanças que marcaram a esfera do trabalho nos últimos anos, tiveram resultados expressivos para a trajetória ocupacional feminina, o objetivo fundamental desta pesquisa priorizava uma análise das relações de gênero no trabalho informal por meio da Feira das Trocas em Aracaju, procurando entender a configuração assumida pela divisão sexual do trabalho frente às recentes transformações do mundo do trabalho.

Neste sentido, conseguiu-se alcançar o objetivo almejado tendo em vista a verificação de certas desigualdades entre o trabalho de homens e mulheres, não só no que diz respeito ao perfil, mas identificaram-se motivações distintas para inserção na Feira, experiências e condições laborais contrastantes dentre outras questões em face de uma atribuição desigual de tarefas na esfera doméstica. Ademais, ainda detectou-se especificidades na condição de trabalhador(a) informal/ilegal na Feira das Trocas.

Assim, evidenciam-se alguns resultados que de certo modo, contribuiu para marginalização dessa população no mercado de trabalho, bem como estimulou estes a adentrarem neste tipo de informalidade/ilegal. Esses comerciantes da Feira das Trocas estão numa faixa etária de idade em que começam a ser descartados pela sociedade capitalista. Associada a este fator, vimos que a população da Feira é composta majoritariamente por pessoas solteiras, com alto número de filhos que não terminaram o ensino fundamental e já tinham um histórico de desemprego. Particularmente no caso das mulheres, em especial as que tinham filhos pequenos, elas enxergavam na Feira das

Trocas a possibilidade de poderem articular o trabalho reprodutivo, sobretudo dos cuidados, com o trabalho produtivo. Todos os fatores elencados contribuíram para um contexto de instabilidade que impulsionou essa população para este tipo de comércio.

Não só observaram-se as trajetórias desses trabalhadores, como também as expressões cotidianas desse tipo de trabalho. Conforme as entrevistas realizadas, a renda das trabalhadoras era inferior à dos comerciantes homens, chegando ao ponto delas não conseguirem contabilizar nenhuma renda, já que à medida que à medida que auferiam seus lucros iam gastando de imediato devido às necessidades que passavam.

Há que se enfatizar antes de qualquer coisa, as atividades que a população entrevistada realizava na Feira. Os homens comercializavam produtos eletrônicos, ferragens, ciclomotores, utilidades de modo geral além de conserto de relógios. Já as mulheres, todas elas trabalhavam com alimentação e venda de bebidas. Isto significa que mesmo com o crescimento do número de mulheres na Feira (um local que era eminentemente masculino), a divisão sexual do trabalho não foi alterada visto que as mulheres ainda assumem o mesmo papel que lhes é atribuído socialmente.

Essa constatação ratifica a hipótese central desta pesquisa, de que apesar de nos últimos anos termos identificado um avanço significativo do número de mulheres nos empregos mais precarizados, e aqui no Brasil, notadamente na informalidade, presenciamos também que não é toda e qualquer informalidade que é admitida por elas. Percebe-se que a divisão sexual do trabalho se recria no trabalho informal, e mesmo quando as mulheres vão para esfera pública, acabam assumindo as funções tidas como “femininas” mais ligadas às tarefas do lar.

Por meio dos depoimentos dos feirantes e da observação direta, conferimos que a jornada de trabalho dessa população é exaustíssima, sendo que muitos deles trabalham 12h de domingo a domingo. Não obstante as mulheres relatarem uma carga horária inferior à dos homens, ao final do dia elas acabavam trabalhando mais que os homens, porquanto quando chegavam a suas casas ainda iam desempenhar as tarefas domésticas, algo que lhes tomava cerca de (4-6h) diárias, mesmo para aquelas que já tinham uma jornada de trabalho alta.

A amostra populacional dessa pesquisa é formada por pessoas que dependiam/em quase que exclusivamente da renda extraída com a feira e que sofriam todo tipo de transtorno por causa dos graves problemas de infraestrutura no local. Eles também não tiravam férias por conta própria, pois prejudicariam os rendimentos familiares.

Destarte, embora se reconheça todos os problemas existentes para os trabalhadores e principalmente trabalhadoras na Feira das Trocas, compreende-se que essa situação tem raiz explicativa na legitimação social de que é a mulher a responsável pelas atribuições domésticas. Ora, conforme a análise dos dados identificou-se que as tarefas do lar continuam concentradas nas mãos das mulheres, até mesmo quando as mulheres discordavam de tal situação.

Conclui-se através dos casos investigados que as mulheres não trabalham apenas para complementar a renda familiar, do contrário, sua participação é vital para a manutenção da família, haja vista a constituição de um novo modelo familiar atual. No entanto, as transformações que influenciaram a esfera do trabalho e que permitiu uma maior inserção da mulher na esfera produtiva, não foram suficientes para a organização de uma nova divisão de tarefas, principalmente dentro do lar, mas também fora dele.

Observou-se também que o fato de estarmos tratando de uma Feira com atributos ilegais e até ilícitos tinha implicações diretas no cotidiano desses trabalhadores. Conquanto nem todas as trabalhadoras desenvolverem atividades de cunho ilegal, mas sofriam os transtornos/ efeitos da repressão policial e o preconceito do mesmo modo ou até pior. Por mais forte que essa afirmação venha parecer, é inegável que as ações mais incisivas da Polícia intimidavam muito mais as mulheres que os homens, ao ponto delas deixarem de trabalhar na Feira por algum tempo.

No entanto o que justificaria essas pessoas em meio a todas essas adversidades permanecerem na Feira das Trocas? A explicação dessa pergunta é dada pelos próprios feirantes: todos eles relataram um ótimo nível de socialização entre eles mesmos e com a freguesia. As mulheres podem deixar por algumas horas a monotonia das tarefas do lar, não abandonando esses afazeres por completo. Ao contrário, podendo concilia-los e em alguns casos até levar seus filhos para o trabalho. O trabalho na Feira também representa para eles a possibilidade do sustento de suas famílias.

É importante ressaltar que qualquer mudança na ordem hierárquica das atribuições ocupacionais acarretaria em grandes perdas para a lógica de produção e reprodução do capital (NOGUEIRA, 2006). O capitalista não precisa pagar melhores salários aos seus empregados porque ele conta com um trabalho gratuito exercido majoritariamente pelas mulheres. O trabalhador pode dedicar ainda mais tempo com o trabalho produtivo, porquanto existe alguém em sua casa exercendo tarefas de limpeza, cuidados, preparo de alimentos dentre outros. Portanto, somente pode-se fazer

referência a um novo dimensionamento “sexualização das tarefas” nos dias de hoje, mas não efetivamente de uma nova redistribuição da Divisão Sexual do Trabalho.

Em virtude disso, enquanto não houver um novo redimensionamento das atribuições domésticas, as mulheres continuarão sofrendo com a dupla jornada de trabalho e com atividades baseada em vínculos e condições precárias. Sendo assim, certamente continuarão afetadas por forte hierarquia de gênero nas relações sociais dentro da esfera privada.

Enfim, compreende-se que falar em equidade de gênero é algo que só será possível quando se abolir as assimetrias presentes nas ocupações. A aposta numa educação que abandone a biologicização da condição feminina e masculina é certamente um caminho importante e necessário para se trilhar na busca de uma nova divisão sexual do trabalho e de um possível redimensionamento da hierarquia de gênero que compõem historicamente as relações sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANTUNES, Ricardo. **A era da informatização e a época da informalização: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil- São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **A classe-que-vive-do-trabalho: a forma de ser da classe trabalhadora hoje.** In: Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5ª ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do Trabalho, São Paulo: Boitempo, 2005.

ALVES, M.A.; TAVARES, M.A. **A dupla face da Informalidade do trabalho: “Autonomia” ou precarização,** IN: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil/ Ricardo Antunes (org.). São Paulo: Boitempo, 2006.

BARBOSA, Ivan Fontes. **Políticas públicas e informalidade na grande Aracaju.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe. Documento sergipano. 2003. 115 p.

BRUSCHINI, Cristina. **Fazendo as perguntas certas: Como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade.** IN: II Congresso Latino americano de Sociologia do Trabalho. FCC/Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1996.

CACCIAMALI, M. C. **O setor informal urbano e formas de participação na produção.**São Paulo: Ed. IPE, 1983.

CAPPELLIN, Paola. **Promover a integração das mulheres no século XXI.** IN: TORNQUIST, C. S. et.al (orgs.). Leituras de resistência: corpo violência e poder. Florianópolis. Ed. Mulheres, 2009.

CARPIO, Jorge & NOVACOVSKY, Irene. **Introducción,** in: Carpio, Jorge; Klein, Emilio; Novacovsky, Irene; “Informalidad Y Exclusión Social”, Buenos Aires, Argentina, Siempro, 1999

CHABAUD, D.,FOUGEYROLLAS S.D. **Sobre a autonomia relativa da produção e da reprodução.** In: O Sexo do Trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CODO, W.; SAMPAIO, J. J. C. & HITOMI, A. H. **Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CRUZ, Maria Helena S. **A “condição informal”: Vulnerabilidades e potencialidades na atividade em Aracaju.** In: Ensaio Econômico: Conceitos e impasses do desenvolvimento regional. Ricardo O. L. de Melo e Dean Lee Hansen (orgs.), UFS:2011.

DESROSIÈRES, Alain. **Entre a Ciência Universal e as tradições nacionais,** In: A Ilusão das estatísticas, Besson I.L. (org.), SP: ed. UNESP, 1995.

GUIMARÃES, Iracema Brandão. **Informalidade e Gênero: tendências recentes**, In: Transformando as Relações de Trabalho e Cidadania, CUT / NEIM, SA, 2007.

GOODE, W.J., HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

HARDMAN, Francisco & LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do trabalho no Brasil (das origens até os anos 20)**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1991.

HARVEY, David. **Transformação político econômica do capitalismo do final do século. Os modelos de produção: Do Fordismo à acumulação Flexível**. IN: Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola.(1996), Introdução, Do Fordismo à acumulação Flexível, p. 134-184.

HIRATA, Helena. **O universo do trabalho e da cidadania das mulheres – Um olhar do feminismo e do sindicalismo**, In: Costa Ana, Lima, E, (org.) Reconfiguração das relações de gênero no trabalho, CUT, SNMT, 2004.

_____. **Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero**. IN: Revista Latino Americana de Estudios do Trabajo. Gênero, Tecnologia e Trabalho. Buenos Aires, ano 4, nº 7, 1998, p. 5-28.

_____. **Visão comparativa sobre o trabalho feminino na França, no Japão e no Brasil**. IN: LIMA, M. E. Et.all (orgs). Transformando a relação de trabalho e cidadania: produção, reprodução e sexualidade. SP. CUT/BR, 2007.

KERGOAT, D. **Da divisão sexual do trabalho entre os sexos**. Tempo Social Revista de Sociologia da USP, São Paulo, USP, V.1, N.2, p.88-96, jul./dez.1989.

_____. **Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho**. Publicado em Dictionnaire critique duféminisme- org. Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène Le Doaré, DanièleSenotier. Ed. PressesUniversitaires de France. Paris, novembro de 2000. Traduzido por Miriam Nobre em agosto de 2003.

LOBO, E. S.- **A Classe Operária tem dois sexos**, São Paulo. Edit. Brasiliense, São Paulo, 1991.

MACHADO da SILVA, L. **Trabalho informal: teoria, realidade e atualidade**. In: Tempo e presença, nº 269, ano 15, maio/junho, Cedi, RJ, 1993. p.31-34.

MALAGUTI, M. L. **Crítica a Razão Informal: A imaterialidade do salariado**. Espírito Santo: Boitempo, 2001.

MAY, T. (2004). **Pesquisa Social - questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed.

MARCONDES, Willer B.; et all. **O peso do trabalho “leve” feminino à saúde**. São Paulo Perspect. [online]. 2003, vol.17, n.2, pp.91-101.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**: livro I, tradução de Reginaldo

Sant`Anna.- 27ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MELO, Hildete Pereira de; TELES, Jorge Luiz; “**Serviços e Informalidade: o comércio ambulante no Rio de Janeiro**”, Texto Para Discussão, IPEA, Rio de Janeiro, 2000

MERLLIÉ, Dominique. **A Construção Estatística**. In: Iniciação a prática Sociológica, CHAMPAGNE, Patrick e tal (org.), Petrópolis: Vozes, 1998, p.: 107-170.

MICHELAT, Guy. **Sobre a utilização da entrevista Não-diretiva em Sociologia**, IN: THIOLENT, M. J.M. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. SP: Ed Poli, 1980.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O Trabalho Duplicado – a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **A Feminização do mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. IN: O avesso do trabalho. Ricardo Antunes e Maria Aparecida Moraes Silva (orgs.). 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004. P. 242-281.

NORONHA, Eduardo G. “**Informal**”, **ilegal e injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo: vol.18, nº 53, out.2003.

SOUZA, Marcos Barcelos de. **Capitalismo e Clandestinidade: os subcircuitos ilegais da economia urbana metropolitana**. Campinas, SP: 2007.

OLIVEIRA, Kleber Fernandes. **Demografia da pobreza em Sergipe: migração, renda e características municipais a partir dos anos 80**. UNICAMP: Campinas, SP, 2009.

PACÍFICO, Mariella. **Operárias numa região do sul da Itália**. In: O Sexo do Trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa qualitativa crítica e validade** IN: Pesquisa social. Métodos e técnicas. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de Pesquisa**. Petrópolis RJ: Vozes, 1998.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. Porto Alegre, n. 20, v. 2, p.71-99, jul/dez, 1995.

SEGNINI, L. **Mulheres no trabalho bancário**. Edusp/FAPESP, São Paulo. 1998.

SILVA, Carlos Freire. **Viração: O comércio informal dos vendedores ambulantes**. In: Saídas de emergência. R. Cabanes et al (orgs)- São Paulo: Boitempo, 2011.

SILVA, Nanci S. **Reestruturação produtiva e gênero: um estudo de caso em duas empresas de linha branca**. Tese (doutorado) UNICAMP, Campinas, SP. : 2005.

THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**. Tradução Denise Bottmann – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Referências Eletrônicas:

ANTUNES, Ricardo. **Sec. XXI: Nova era da precarização estrutural do trabalho?** IN: Seminário nacional de saúde mental e trabalho, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/dominios/CTN/anexos/Mesa%201%20-%20Ricardo%20Antunes%20texto.pdf>.

ALVES, G.; ANTUNES, R. **As mutações do mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. In: Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

ARAÚJO, AMORIM, FERREIRA. **Os sentidos do trabalho da mulher no contexto da reestruturação produtiva**. VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2004. Disponível em:

http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel29/AngelaAraujo_ElaineAmorim_VeronicaFerreira.pdf

BRAGA, Thaiz, S. **“O setor informal e as formas de participação na produção”**: Os casos das regiões metropolitanas de Salvador e Recife. Trabalho apresentado no XV Encontro Brasileiro de estudos populacionais, ABEP, Setembro, 2006. Disponível em:

http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/ped_estudos_especiais/setor_informal.pdf

HIRATA, Helena. **A precarização e a divisão internacional e sexual do Trabalho**. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 24-41. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/03.pdf>

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. In: Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

MACHADO, Rosana Pinheiro. **China-Paraguai-Brasil uma rota para pensar a economia informal**, In: Revista brasileira de Ciências Sociais, v.23, n.67, São Paulo, junho-2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092008000200009&script=sci_arttext.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. **Usos e abusos dos estudos de caso**, In: Cadernos de pesquisa, v.36, n. 129, p. 637-651, Set./Dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n129/a0736129.pdf>

SANTOS, Ruth C.F. **Mulheres chefes de família e mercado de trabalho informal: uma alternativa de sobrevivência**. In: 59ª reunião anual da SBPC. Disponível em: <http://www.sbpnet.org.br/livro/59ra/livroeletronico/resumos/R6821-1.html>

Fontes Impressas e Eletrônicas:

❖ Cadastro de ambulantes EMSURB (2009).

❖ CIFORM (abril-junho 2002).

_____ (Julho-agosto 2007).

❖ INFONET

www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=129225&pagina

www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=129163

www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=129060

www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=131563

www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=129717

www.infonet.com.br/claudsonunes/ler.asp?id=129079

www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=129957

www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=129327

www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=129124&pagina=1

www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=129109&titulo...

www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=129263

www.infonet.com.br/economia/ler.asp?id=131049

www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=108513&titulo=cidade

www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=15843&titulo=cidade

www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=16608&titulo=cidade

www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=16954&titulo=cidade

www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=16999&titulo=cidade

www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=121010

www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=16957&titulo=cidade

www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=16522&titulo=cidade

www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=11722&titulo=cidade

www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=128928

www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=130030

www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=21266&titulo=cidade

www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=24108&titulo=cidade

www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=15642&titulo=cidade

www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=15672&titulo=cidade

www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=102648

www.infonet.com.br/agenda/ler.asp?id=54041...sim&acao...

www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=129183

www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=131175&pagina=1
www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=17521&titulo=cidade
www.infonet.com.br/sysinfonet/publico/comentarios.asp?id...
www.infonet.com.br/sysinfonet/publico/comentarios.asp?id...
www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=121153
www.infonet.com.br/sysinfonet/publico/comentarios.asp?id...
www.infonet.com.br/cidade//listar.asp?canal...ct...
www.infonet.com.br/cidade//listar.asp?canal...ct
www.infonet.com.br/sysinfonet/publico/share.asp?id...sim...
www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=85959&titulo=cidade
www.infonet.com.br/cidade//listar.asp?canal...ct...

Fontes audiovisuais:

- ❖ Documentário dos estudantes de audiovisual da UFS. 2010.
- ❖ Produção audiovisual da TV Sergipe, disponível em:

<http://g1.globo.com/se/sergipe/setv-2edicao/videos/t/edicoes/v/feira-das-trocas-volta-a-funcionar-proximo-a-viaduto-em-aracaju/1995818/>
<http://g1.globo.com/se/sergipe/setv-2edicao/videos/t/edicoes/v/boxes-da-feira-das-trocas-sao-destruidos-em-aracaju/1985824/>
<http://g1.globo.com/se/sergipe/setv-1edicao/videos/t/edicoes/v/policia-retira-comerciantes-da-feira-das-trocas-de-area-irregular-em-aracaju-se/2019124/>
<http://g1.globo.com/se/sergipe/setv-1edicao/videos/t/edicoes/v/comerciantes-da-feira-das-trocas-sao-autorizados-a-retirar-mercadorias/1980686/>
<http://g1.globo.com/se/sergipe/setv-1edicao/videos/t/edicoes/v/operacao-organizada-pelo-mpe-fecha-feira-das-trocas/1977219/>
<http://g1.globo.com/se/sergipe/setv-1edicao/videos/t/edicoes/v/operacao-organizada-pelo-mpe-apreende-produtos-na-feira-das-trocas/1975147/>

APÊNDICE I: ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1- Variáveis socioeconômicas.

a) Idade:	b) Sexo: () M () F	c) Profissão/Função:
d) Filhos:	e) Tempo de trabalho:	f) Estado civil:
g) Escolaridade: <input type="checkbox"/> Ensino fundamental/1º grau completo <input type="checkbox"/> Ensino Médio/ 2º grau completo <input type="checkbox"/> Ensino superior/ 3º completo <input type="checkbox"/> Ensino fundamental/1º grau incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Médio/ 2º incompleto <input type="checkbox"/> Ensino superior/ 3º incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Tecnológico <input type="checkbox"/> outros _____		
h) Renda mensal familiar: (R\$) e Renda mensal individual (R\$)		
i) Bairro domiciliar:	j) Telefone:	
l) Situação domiciliar: <input type="checkbox"/> Proprietário <input type="checkbox"/> Locatário <input type="checkbox"/> Agregado familiar		
m) Meios de informação: <input type="checkbox"/> TV <input type="checkbox"/> Internet <input type="checkbox"/> Livros <input type="checkbox"/> Jornais / Revistas impressos		
n) Lazer: <input type="checkbox"/> Internet <input type="checkbox"/> Viagens <input type="checkbox"/> Praias <input type="checkbox"/> Bares <input type="checkbox"/> TV <input type="checkbox"/> Cinema <input type="checkbox"/> Shows		
o) Procedência? Você é de Aracaju mesmo, ou veio de outro município? () sim () não; Se sim, qual? (); Se sim, há quantos anos? ()		

A- Percurso ocupacional e história de vida

- 1- Com que idade começou a trabalhar?
- 2- Quais trabalhos o Sr.(a) já desempenhou? Sob quais vínculos de trabalho? Durante quanto tempo permaneceu em cada trabalho?
- 3- Já ficou desempregado(a) alguma vez antes de entrar na Feira das trocas?
 - 3.1- Quando ficou desempregado(o) teve que realizar algum “bico”? Qual?
- 4- Último emprego, antes de começar a trabalhar nesta Feira: () Formal (com registro em carteira) () Informal (sem registro em carteira) () estava desempregado(o).
- 5- Quando e por que saiu desse trabalho?
- 6- Há quanto tempo está na Feira das Trocas e o que lhe motivou adentrar??
- 7- Já trabalhou em outras Feiras antes da Feira das Trocas? Quais?

8- Já recebeu seguro-desemprego alguma vez? Comente sobre o uso do dinheiro do seguro desemprego.

B- Condições de trabalho e sua objetividade

- 1- O que o Sr.(a) comercializa na Feira das Trocas? Sempre comercializou este produto?
- 2- Possuía um box (construção) na Feira das Trocas? Além do trabalho que desenvolve/ia na Feira, exerce/ia outra atividade? Onde?
- 3- Como você conseguiu adentrar na Feira das Trocas? Teve alguém que autorizou você a vir trabalhar na Feira ou você simplesmente veio e se instalou?
- 4- Tem algum parente que trabalha na Feira? Qual o grau de parentesco deste?
- 5- Atualmente, quais são os dias em que você trabalha na Feira das Trocas? Quantas horas por dia? Essa jornada é fixa ou variável? Comente.
- 6- Existe algum período do ano em que você trabalhe mais na Feira? Qual?
- 7- Aspectos positivos e negativos do seu trabalho na feira?
8. Principais barreiras/problemas enfrentados na rotina da sua profissão na feira na atualidade?
9. Descreva um dia de trabalho seu mostrando o tempo gasto para cada atividade.
- 10- Já teve algum tipo de problema de saúde causado pelas condições de trabalho na feira? Tem plano de saúde ou procurou ajuda médica?
- 11- Você tira “férias” por conta própria em alguma época no ano?

Até agora só abordamos o trabalho na Feira das Trocas, a partir de agora iremos falar de outro tipo de trabalho:

C- Trabalho doméstico - (abordar a divisão sexual dos papéis: trabalho doméstico; administração da casa e educação dos filhos).

- 1- Como e por quem é realizada a administração da casa / afazeres domésticos?
Educação dos filhos e orçamento doméstico? Com quem ficam os seus filhos quando você vai trabalhar? O/a Sr. (a) deixa os filhos com alguém tomando conta (quem)? Em creche, ou outro tipo de escola infantil? Pública ou privada?
- 2- Quais as tarefas que o Sr.(a) considerada responsabilidade das mulheres e de homens?

- 3- Por que você acha que os homens e as mulheres assumem tarefas diferentes no trabalho doméstico?
- 4- O trabalho na Feira tem alguma semelhança com o trabalho que o/a Sr. (a) realiza em sua casa? Explique
- 5- Juntando o seu tempo de trabalho na Feira, com o trabalho de casa, quantas horas o/a Sr.(a) trabalha por dia?
-Dividi o tempo para cada um dos trabalhos.
- 6- Qual trabalho é mais importante para o/a Sr.(a)? O trabalho de casa ou o trabalho da Feira? Por quê?
- 7- O trabalho de casa interfere no trabalho da Feira? Como?
- 8- O trabalho da Feira interfere no trabalho de casa? Como?
- 9- A sua remuneração é a principal fonte de renda de sua família?
- 10- Você consegue perceber algum tipo de divisão de tarefas para homens e mulheres na Feira das Trocas?

D- As relações de trabalho, vida e a subjetividade do(a) trabalhador(a).

- 1- Ocorreram mudanças ao longo do tempo em seu ambiente de trabalho na feira?
- 2- Qual sua posição sobre *o fechamento da feira e impacto que ocasionou em sua vida?*
- 3- O que o/a Sr.(a) pensa sobre o fato de taxarem a Feira das Trocas como ilícita?
- 4- Houve alguma mudança na sua vida fora do trabalho depois que você adentrou na Feira das Trocas? Explique.
- 5- Como você descreveria a relação da Feira com o Estado/poder público?
- 6- Se o (a) Sr.(a) tivesse uma proposta para ser um(a) empregado(a) com carteira assinada, ganhando em média o mesmo que ganha hoje, deixaria a Feira?
6.1- Se sim, por quê? 6.2- Se não, por quê?
- 7- Devido à situação inconstante que sempre se encontrou a Feira, como você descreveria os impactos corporal/mental/psicológico a cada batida policial/retaliação do Estado?
- 8- O/a Sr.(a) tem algum projeto de vida, um sonho que queira realizar?
- 9- Caso as suas respostas sejam transcritas no texto final, como o(a) Sr.(a) gostaria de ser identificado(a)? Com seu nome? Com um nome fictício?
- 10- Outra questão, sugestão ou comentário que queira incluir.

ANEXO I: RETIRADA DA FEIRA DAS TROCAS DA AVENIDA TANCREDO NEVES

02/06/2012 - 11:53

Operação conjunta da polícia fecha Feira das Trocas

O Ministério Público solicitou o fechamento do comércio ilegal

Na manhã deste sábado, 2, foi realizada uma operação conjunta da polícia e representantes da Secretaria da Fazenda e Ministério Público Estadual (MPE) na 'Feira das Trocas', localizada no bairro Capucho, que acontece aos sábados na capital sergipana. O mercado ilícito de mercadorias funciona desde 2008, mas os comerciantes e moradores do local estão sendo retirados. Segundo a polícia, o local é território do Estado e os comerciantes não possuem alvará.



Fiscalização percorre Feira das Trocas (Foto Portal Infonet)

A operação foi iniciada às 6h e a polícia conseguiu apreender produtos furtados e animais silvestres, além de constatar diversas irregularidades nos estabelecimentos comerciais que não possuem norma de segurança para funcionamento.

MPE

O Ministério Público Estadual recebeu denúncias de irregularidades da ocupação do local, incluindo sonegação fiscal, venda irregular de armas e produtos de crimes. "O Ministério Público abriu um procedimento e convocou a operação policial com o objetivo de estabelecer a ordem e segurança. Não houve prisões, mas todos os estabelecimentos serão fechados", afirmou o delegado coordenador de polícia da capital, Flávio Vasconcelos.

A operação interna foi realizada pelo Batalhão da Polícia de Choque e Pelotão Ambiental. Cerca de 50 aves foram apreendidas. "O objetivo é coibir a comercialização de animais silvestres, principalmente pássaros. Só um comerciante foi notificado, a maioria quando viu a polícia se afastou, com isso fica difícil a identificação dos vendedores", explica o tenente Josenilton de Deus Alves.



Produtos sem nota fiscal sendo recolhidos

Os comerciantes assinaram as notificações

apresentadas pela polícia e a Empresa Municipal de Obras e Urbanização (Emurb) realizou o cadastramento para ser enviado ao Ministério Público.

Comerciantes

Muita correria e desespero dos comerciantes com a notícia da retirada. O comerciante José Francisco Conceição montou a sua barraca de venda de eletrodomésticos há dois anos. "É daqui que tiro a minha renda, trabalho em algumas feiras mais é muito pouco. Agora não sei como será, pois nem um prazo para a retirada foi dado", lamenta.

Os detalhes da operação, incluindo as providências que serão tomadas para manter o comércio fechado serão apresentadas durante entrevista coletiva agendada para segunda-feira,4, na sede do Ministério Público.



Animais silvestres recolhidos pelo Pelotão Ambiental

Por Adriana Freitas e Kátia Susanna

Infonet → Cidade → notícias

**ANEXO II: FEIRA DAS TROCAS VOLTA A FUNCIONAR
NA AVENIDA MARECHAL RONDON.**

'Feira das Trocas' volta a funcionar próximo a viaduto, em Aracaju

Comerciantes estão negociando na Avenida Marechal Rondon.

Feirantes querem um local autorizado para comercialização.

Flávio Antunes Do G1 SE



Comerciantes estão negociando na Avenida Marechal Rondon (Foto: Flávio Antunes/G1 SE)

Após a ordem de fechamento e conseqüentemente da derrubada dos estabelecimentos comerciais da Feira das Trocas, comerciantes resolveram comercializar seus produtos em outra área.

Com o fim do prazo dado pelo Ministério Público no dia 8 de junho, a feira, localizada na Avenida Tancredo Neves, Zona Oeste de [Aracaju](#), passou a funcionar na Avenida Marechal Rondon, próximo ao viaduto.

O presidente da Associação dos Feirantes, Gilson Almeida, foi ao fórum, Gumercindo Bessa, para uma audiência sobre a situação dos feirantes.

Há 13 anos vendendo produtos de som automotivo e peças de carro, o feirante Jamisson de Almeida, de 33 anos, conta o desejo de um local autorizado para o funcionamento da Feira das Trocas.



Feirante mostra o que vende na feira

(Foto: Flávio Antunes/G1 SE)

Não só eu, mas outros feirantes queremos deixar a ilegalidade, pois assim que começamos a negociar nesse novo lugar a pressão de policiais é constante. Não somos bandidos apenas queremos ganhar nosso dinheiro honestamente”.

Jamisson até sugere que após um local ofertado para o funcionamento regular da feira, algum órgão fique responsável por uma cobrança simbólica dos feirantes.

“Se nos for dado um local para comercialização eu sugiro que algum órgão fique responsável por uma cobrança simbólica do espaço”.

ANEXO III: PRESIDENTE DA ACAFT, SR. GILSON OMENA.



Fonte: Infonet, 04/06/2012.

ANEXO IV: COMERCIANTE DA FEIRA DAS TROCAS.



Fonte: Infonet, Data: 02.06.2012

ANEXO V: DESTRUIÇÃO DAS CONTRUÇÕES EXISTENTES NA FEIRA DAS TROCAS, SITUADA NA AV. TANCREDO NEVES.



Fonte: Infonet, Data: 08.06.2012

ANEXO VI: COMERCIANTES PERMANECEM DE VIGÍLIA NA FEIRA DAS TROCAS APÓS O SEU FECHAMENTO.



Fonte: Infonet, Data: 05.06.2012

ANEXO VII: BLITZ POLICIAL NA FEIRA DAS TROCAS QUE OCUPA AGORA TERRENO DO ESTADO CONHECIDO COMO ANTIGA INVASÃO DA TIETA.



Fonte: Infonet, Data: 28.05.2013